

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO

PUC-SP

Bruna Luíza de Camillo Allegretti

Gênero na polarização:

análise discursiva sobre os antagonismos midiaticizados a partir de
embates no Twitter

Mestrado em Comunicação e Semiótica

SÃO PAULO

2021

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO

PUC-SP

Bruna Luíza de Camillo Allegretti

Gênero na polarização:

análise discursiva sobre os antagonismos midiáticos a partir de
embates no Twitter

Mestrado em Comunicação e Semiótica

Dissertação apresentada à Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de MESTRE em Comunicação e Semiótica, área de concentração: Signo e significação nos processos comunicacionais, sob orientação do Prof. Dr. José Luiz Aida Prado.

SÃO PAULO

2021

Banca Examinadora

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

This study was financed in part by the Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Finance Code 001.

Agradecimentos

À CAPES e à PUC-SP por viabilizarem a realização desta pesquisa.

Ao meu orientador Prof. Dr. José Luiz Aidar Prado por todo o ensinamento, pelas oportunidades e pela paciência ao longo desta trajetória.

Aos professores Christine Greiner, Eugênio Trivinho, Amálio Pinheiro e Helena Katz, que mobilizaram inquietudes e trouxeram novos pontos de vista que muito contribuíram com esta pesquisa.

Às professoras Carla Longhi e Heloisa Pereira pelas contribuições na Banca de Qualificação.

Aos colegas do grupo de pesquisa “1 dia, 7 dias” pelas trocas e pelo aprendizado em conjunto.

A todos os amigos que de alguma forma me incentivaram no decorrer desta pesquisa.

Ao meu pai, minha mãe e meu irmão pelo apoio incondicional.

À minha matilha por todo amor.

RESUMO

Esta pesquisa examina como os discursos atualmente majoritários sobre gênero, o neoconservador e o identitário liberal, organizam o campo discursivo no contexto da polarização política que se sedimentou após a eleição de Jair Bolsonaro. Nessa perspectiva, buscou-se entender como cada discurso é construído e como eles se dão em relação, sem desconsiderar a existência de uma assimetria decorrente de o neoconservadorismo partir de premissas antidemocráticas. Ao analisar dois embates no Twitter em torno do gênero, selecionados a partir de seu destaque nos *Trending Topics* e de sua circulação entre meios *on* e *off-line*, examinou-se como a polarização acontece concretamente e como os antagonismos midiáticos acionam elementos dos discursos majoritários abordados. O objetivo é que se possa entender como se dão as construções desses discursos sobre gênero no contexto da polarização, quais seus impactos em processos políticos mais amplos e quais as influências das redes sociais digitais e de uma sociedade hipermediatizada nesse contexto. Como suporte teórico-metodológico, os discursos foram analisados a partir da teoria de Laclau e Mouffe (2015); os percursos passionais dos grupos antagonistas, a partir da Semiótica das Paixões de Greimas (2014); e a circulação midiática, a partir de Mario Carlón (2020). As reflexões políticas partiram principalmente dos estudos de Mouffe (2015) sobre antagonismos e agonismos; de Butler (2018 e 2019) e Safatle (2019) sobre gênero, identidade e reconhecimento; e de Biroli, Machado e Vaggione (2020) sobre as relações entre gênero e democracia na América Latina. Trabalhou-se com a hipótese de que o discurso neoconservador operacionalizado pela extrema direita aciona o gatilho para os embates polarizados ao instaurar uma dinâmica de ódio ao outro, que ganha força nas redes sociais digitais, enfraquecendo uma perspectiva democrática radical. Já os discursos identitários que assumem posições antagônicas ao extremismo da direita, apesar de manterem uma busca democrática, não conseguem propor uma abordagem que escape da dinâmica polarizada e que possibilite a formação de equivalências mais amplas com outros setores democráticos. Propõe-se, em alternativa, uma articulação entre lutas democráticas que pense o gênero de maneira desidentitária, por meio de um reconhecimento antipredicativo (SAFATLE, 2019), um reconhecimento *queer*.

Palavras-chave: gênero; discurso; polarização; antagonismo; mediatização.

ABSTRACT

This research examines how the currently majority discourses about gender, the neoconservative and the liberal identity discourse, organize the discursive field in the context of political polarization that settled down after the election of Jair Bolsonaro. From this perspective, this project sought to understand how each discourse is constructed and how they relate to each other without disregarding the existence of an asymmetry resulting from anti-democratic premises of neoconservatism. By analyzing two clashes on Twitter that involved gender, selected from their prominence in Trending Topics and their circulation between on and offline media, we examine how polarization happens concretely and how mediatized antagonisms trigger elements of the majority discourses that we deal with. The objective is that we could understand how the constructions of these discourses on gender take place in the context of polarization, what are their impacts on broader political processes and what are the influences of social media and a hypermedia society in this context. As a theoretical and methodological support, we analyze the discourses based on the theory of Laclau and Mouffe (2015), the passionate paths based on the semiotics of the passions of Greimas (2014), and media circulation based on Mario Carlón (2020). The political reflections were mostly based on Mouffe's (2015) studies about antagonisms and agonisms; Butler's (2018; 2019) and Safatle's (2019) studies about gender, identity and recognition; and the studies of Biroli, Machado and Vaggione (2020) about the relations between gender and democracy in Latin America. We work with the hypothesis that the neoconservative discourse operationalized by the extreme right gives the trigger for polarized clashes by establishing a logic of hatred towards the other that gains strength in social media, weakening a radical democratic perspective. Regarding the identity discourses that take positions antagonistic to the extremism of the right, despite maintaining a democratic search, they fail to propose an approach that escapes the polarized dynamics and that allows the formation of broader equivalences with other democratic sectors. We alternatively propose an articulation between democratic struggles that considers gender in a disidentitary way, through an antipredicative recognition (SAFATLE, 2019), a queer recognition.

Keywords: gender; discourse; polarization; antagonism; mediatization.

LISTA DE FIGURAS

- Figura 1** – Publicação da página *Quebrando o Tabu*, de 28/06/2020, com menção à projeção colorida no Congresso Nacional em homenagem ao Dia do Orgulho LGBT. Fonte: <https://www.facebook.com/pg/quebrandootabu/posts/?ref=page_internal>.....**50**
- Figura 2** – Post da página *Quebrando o Tabu* no Facebook, de 28/06/2020, contendo um vídeo de divulgação do novo produto da marca Havaianas. Fonte: <<https://www.facebook.com/quebrandootabu/videos/307393707102140/>>.....**52**
- Figura 3** – Post da página *Quebrando o tabu* no Facebook, de 06/03/2020, exaltando a tolerância como saída ao ódio. Fonte: <<https://www.facebook.com/quebrandootabu/photos/a.177940715595657/3239503542772677/?type=3&theater>>.....**58**
- Figura 4** – Vídeo de Eduardo Bolsonaro sobre o caso Patrícia Campos Mello em seu canal no Youtube. Fonte: <https://www.youtube.com/watch?v=YUxHQ86J_u0&feature=youtu.be>.....**74**
- Figura 5** – Tuíte de Allan dos Santos. Fonte: <<https://piaui.folha.uol.com.br/lupa/2020/02/12/verificamos-hifenizada-folha/>>.....**75**
- Figura 6** – Tuíte de André Fernandes, deputado estadual pelo Ceará. Fonte: <<https://twitter.com/andrefernm/status/1227346650265456640>>.....**75**
- Figura 7** – Tuíte com conotação sexual reproduz a imagem do vídeo do canal *Hipócritas*. O perfil que veiculou essa postagem teve sua conta suspensa no Twitter.....**78**
- Figura 8** – Tuíte de Carlos Bolsonaro. Essa postagem não foi localizada posteriormente no perfil do vereador.....**79**
- Figura 9** - Tuíte de Felipe Neto a favor de Patrícia Campos Mello. Fonte: <<https://twitter.com/felipeneto/status/1227433510694203392>>.....**81**
- Figuras 10 e 11** – Tuítes de Eduardo Bolsonaro. Fontes: <<https://twitter.com/BolsonaroSP/status/1227988094193930240>> e <<https://twitter.com/BolsonaroSP/status/1227693331754385408>>.....**83**
- Figura 12** – Tuíte de Jair Bolsonaro. Fonte: <<https://twitter.com/jairbolsonaro/status/1235898655946743810/photo/1>>.....**83**
- Figura 13** – Tuíte no perfil de Ros Atkins, da BBC Britânica. Fonte: <<https://twitter.com/BBCRosAtkins/status/1230464493920169984>>.....**83**
- Figura 14** – Ataques a Patrícia Campos Mello entram na lista dos 10 mais graves internacionalmente da One Free Press Coalition. Fonte: <<https://www.onefreepresscoalition.com/list/march-2020>>.....**84**
- Figuras 15 e 16** – Tuítes atacando Patrícia Campos Mello, com base em supostos dados ou apenas em ofensas. Fontes: Pesquisa Avançada do Twitter, disponível em: <[https://twitter.com/search?lang=pt&q=Patricia%20Campos%20Mello%20%20\(jornalista%3B%20OR%20folha%3B%20OR%20Patrica%20OR%20Campos%20OR%20Mello\)%20until%3A2020-02-17%20since%3A2020-02-11&src=typed_query%3E](https://twitter.com/search?lang=pt&q=Patricia%20Campos%20Mello%20%20(jornalista%3B%20OR%20folha%3B%20OR%20Patrica%20OR%20Campos%20OR%20Mello)%20until%3A2020-02-17%20since%3A2020-02-11&src=typed_query%3E)> e <[https://twitter.com/search?lang=pt&q=Patricia%20Campos%20Mello%20%20\(jor](https://twitter.com/search?lang=pt&q=Patricia%20Campos%20Mello%20%20(jor)

nalista%3B%20OR%20folha%3B%20OR%20furo%3B%20OR%20bolsonaro)%20 until%3A2020-03-18%20since%3A2020-02-18&src=typed_query>.....	86
Figura 17 – Posicionamento contra os jornalistas. Fonte resultados da Pesquisa Avançada do Twitter conforme links anteriores.....	87
Figura 18 – Tuíte em reação a Vera Magalhães. Fonte: resultados da Pesquisa Avançada do Twitter conforme links anteriores.....	87
Figuras 19 e 20 – Postagens em defesa de Bolsonaro. Fonte: resultados da Pesquisa Avançada do Twitter conforme links anteriores.....	87
Figura 21 – Tuíte de Vera Magalhães. Fonte: resultados da Pesquisa Avançada do Twitter conforme links anteriores.....	88
Figuras 22 e 23 – Posicionamentos contra os Bolsonaro e o “gabinete do ódio”. Fonte: resultados da Pesquisa Avançada do Twitter conforme links anteriores.....	89
Figura 24 – Portal G1 noticia as reverberações do caso Patrícia Campos Mello. Fonte: resultados da Pesquisa Avançada do Twitter conforme links anteriores.....	89
Figura 25 – Jornalistas mulheres são questionadas em seu posicionamento sobre Dilma Rousseff. Fonte: resultados da Pesquisa Avançada do Twitter conforme links anteriores.....	90
Figura 26 – Tuíte de Eduardo Bolsonaro sobre o porto de Mariel. Fonte: < https://twitter.com/BolsonaroSP/status/1227987353999945730 >.....	94
Figuras 27 e 28 – Postagens do dia 02 de março da página <i>Quebrando o Tabu</i> no Instagram. Fonte: < https://www.instagram.com/p/B9O-senFH_q/ > e < https://www.instagram.com/p/B9P-BxWFcl5/ >.....	100
Figuras 29 e 30 – Postagem da página <i>Quebrando o tabu</i> no Instagram de 03 de março de 2020. Fonte: < https://www.instagram.com/p/B9RkDn-Fot-/ >.....	100
Figuras 31 e 32 – Postagens da página <i>Problematizadoras</i> no Instagram de 02 de março de 2020. Fontes: < https://www.instagram.com/p/B9PxclyJwEt/ > e < https://www.instagram.com/p/B9PykffJxTf/ >.....	101
Figuras 33 e 34 – Posts da página <i>Problematizadoras</i> , no Instagram, e da Bancada Ativista, no Twitter. Fontes: < https://www.instagram.com/p/B9eEcPTJ1yW/ > e < https://twitter.com/bancadaativista/status/1236370391846866949 >.....	101
Figura 35 – Matéria do Portal G1 de 07 de março sobre a repercussão do caso Suzy. Fonte: < https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2020/03/07/detenta-trans-suzy-ja-recebeu-234-cartas-apos-reportagem-do-fantastico-diz-secretaria-de-sp.ghtml >.....	103
Figura 36 – Tuíte de colunista da <i>Folha de S. Paulo</i> sobre linchamento de Suzy. Fonte: < https://twitter.com/folha/status/1237021778670768129 >.....	103
Figura 37 – Nota de esclarecimento na página oficial de Drauzio Varella no Instagram. Fonte: < https://www.instagram.com/p/B9fTdCWJtZL/ >.....	103
Figura 38 – Vídeo no canal da Rede TV! no Youtube com trecho do programa Alerta Nacional que se refere ao caso de Drauzio Varella e Suzy. Fonte: < https://youtu.be/-34hF0vQIz0 >.....	104

Figura 39 – Postagem contra a Rede Globo em percurso crítico. Fonte: resultados da Pesquisa Avançada do Twitter. Disponíveis em: < https://twitter.com/search?q=Drauzio%20Varella%3B%20Suzy%3B%20Globo%20until%3A2020-03-15%20since%3A2020-03-01&src=typed_query >; < https://twitter.com/search?q=(Drauzio%20OR%20Varella%3B%20OR%20Globo%3B%20OR%20Suzy)%20(%23GloboMentirosa%3B%20OR%20%23DrauzioVarellaLixo)%20until%3A2020-03-15%20since%3A2020-03-01&src=typed_query >; < https://twitter.com/search?q=Drauzio%20Varella%20%20until%3A2020-03-15%20since%3A2020-03-01&src=typed_query >; e < https://twitter.com/search?q=Drauzio%20Varella%20%20until%3A2020-03-10%20since%3A2020-03-01&src=typed_query >.....	108
Figura 40 – Postagem contra a Globo em percurso de ódio. Fonte: resultados da Pesquisa Avançada do Twitter conforme links anteriores.....	108
Figuras 41 e 42 – Tuítes de Jair e Eduardo Bolsonaro contra a Globo. Fontes: < https://twitter.com/jairbolsonaro/status/1237120872676237312 > e < https://twitter.com/BolsonaroSP/status/1237723985279926273 >.....	108
Figura 43 – Tuíte de Eduardo Bolsonaro contra Suzy. Fonte: < https://twitter.com/BolsonaroSP/status/1237109633694695425 >.....	109
Figura 44 – Tuíte contra Suzy exemplifica sujeito fortemente modalizado. Fonte: resultados da Pesquisa Avançada do Twitter. Disponíveis em: < https://twitter.com/search?q=Drauzio%20Varella%3B%20Suzy%3B%20Globo%20until%3A2020-03-15%20since%3A2020-03-01&src=typed_query >; < https://twitter.com/search?q=(Drauzio%20OR%20Varella%3B%20OR%20Globo%3B%20OR%20Suzy)%20(%23GloboMentirosa%3B%20OR%20%23DrauzioVarellaLixo)%20until%3A2020-03-15%20since%3A2020-03-01&src=typed_query >; < https://twitter.com/search?q=Drauzio%20Varella%20%20until%3A2020-03-15%20since%3A2020-03-01&src=typed_query >; e < https://twitter.com/search?q=Drauzio%20Varella%20%20until%3A2020-03-10%20since%3A2020-03-01&src=typed_query >.....	109
Figura 45 – Tuíte com narrativa de pânico moral. Fonte: resultados da Pesquisa Avançada do Twitter conforme links anteriores.....	109
Figuras 46 e 47 – Tuítes contra Drauzio Varella. Fonte: resultados da Pesquisa Avançada do Twitter conforme links anteriores.	110
Figura 48 – Tuíte com defesa de Dráuzio na perspectiva da idealização eufórica. Fonte: resultados da Pesquisa Avançada do Twitter conforme links anteriores.....	110
Figura 49 – Tuíte com defesa de Dráuzio em perspectiva mais moderada. Fonte: resultados da Pesquisa Avançada do Twitter conforme links anteriores.....	110
Figura 50 – Tuíte que se posiciona contra o linchamento. Fonte: resultados da Pesquisa Avançada do Twitter conforme links anteriores.....	111
Figuras 51 e 52 – Posicionamentos contra Bolsonaro e o bolsonarismo. Fonte: resultados da Pesquisa Avançada do Twitter conforme links anteriores.....	111
Figura 53 – Tuíte fortemente modalizado contra Globo, Drauzio e Suzy. Fonte: resultados da Pesquisa Avançada do Twitter conforme links anteriores.....	112

Figura 54 – Tuíte a respeito da “lacração”. Fonte: resultados da Pesquisa Avançada do Twitter conforme links anteriores.....	112
Figura 55 – Tuíte sem posicionamento faz referência à emergência do novo Coronavírus. Fonte: resultados da Pesquisa Avançada do Twitter conforme links anteriores..	112
Figura 56 – Tuíte com argumento que procura aprofundar o debate. Fonte: resultados da Pesquisa Avançada do Twitter conforme links anteriores.....	113
Figura 57 - Coluna da <i>Folha</i> usa maternalismo e vira argumento de defesa no Twitter. Fonte: < https://twitter.com/folha/status/1232330662738374656 >.....	120
Figura 58 – Tuíte sobre o caso Campos Mello trata a defesa da jornalista e as divergências ideológicas com o bolsonarismo como ameaça e opressão. Fonte: resultados da Pesquisa Avançada do Twitter. Disponíveis em: < https://twitter.com/search?q=Drauzio%20Varella%3B%20Suzy%3B%20Globo%20until%3A2020-03-15%20since%3A2020-03-01&src=typed_query >; < https://twitter.com/search?q=(Drauzio%20OR%20Varella%3B%20OR%20Globo%3B%20OR%20Suzy)%20(%23GloboMentirosa%3B%20OR%20%23DrauzioVarellaLixo)%20until%3A2020-03-15%20since%3A2020-03-01&src=typed_query >; < https://twitter.com/search?q=Drauzio%20Varella%20%20until%3A2020-03-15%20since%3A2020-03-01&src=typed_query >; e < https://twitter.com/search?q=Drauzio%20Varella%20%20until%3A2020-03-10%20since%3A2020-03-01&src=typed_query >.....	126
Figura 59 – Postagem da página de Eduardo Bolsonaro no Twitter. Fonte: < https://twitter.com/BolsonaroSP/status/1236839254816436225 >.....	127
Figura 60 – Post da página <i>Quebrando o tabu</i> no Instagram exaltando Drauzio Varella. Fonte: Perfil @quebrandootabu no Instagram.....	128
Figura 61 – Post de Eduardo Bolsonaro no Twitter criticando Drauzio Varella. Fonte: < https://twitter.com/BolsonaroSP/status/1236801613228113920 >.....	128
Figura 62 – Post da página <i>Quebrando o tabu</i> sobre o casamento gay. Fonte: < https://www.facebook.com/quebrandootabu/videos/244600999882691/?v=244600999882691&external_log_id=86727394-6a62-470a-9d22-e6236a93e6ab&q=Quebrando%20o%20Tabu%20casamento >.....	134

SUMÁRIO

Introdução	13
1 A polarização midiaticizada	24
1.1 O fenômeno da polarização.....	25
1.2 O peso das redes sociais digitais.....	31
1.3 Polarização assimétrica.....	35
2 Os discursos sobre gênero.....	42
2.1 Identitarismo liberal e essencialização da identidade.....	45
2.2 O discurso neoconservador e a extrema direita.....	60
3 Os antagonismos midiaticizados.....	71
3.1 Caso Patrícia Campos Mello.....	73
3.1.1 Posições antagonistas e percursos passionais.....	84
3.2 Caso Drauzio Varella.....	97
3.2.1 Posições antagonistas e percursos passionais.....	107
3.3 Análise discursiva: as relações entre gênero e democracia.....	117
Considerações finais.....	129
REFERÊNCIAS.....	135

Introdução

A presente pesquisa teve início quando, no início de 2019, Jair Bolsonaro havia acabado de tomar posse como presidente e, enquanto campos progressistas e de esquerda procuravam explicações para a eleição de um candidato extremista, com ideais regressivos com relação a políticas sociais e até então sem grande expressividade política, a direita e o campo conservador protagonizavam articulações políticas e discursivas, cujos contornos, dentro dos limites do recorte de gênero, procuramos desenhar ao longo desta dissertação. Observando na mídia, especialmente nas redes sociais digitais, a recorrência de embates em torno de termos controversos como “ideologia de gênero” e “valores da família”, muitos deles instaurados por personalidades da direita bolsonarista como os próprios filhos do presidente Eduardo e Carlos Bolsonaro, além do chamado “gabinete do ódio”, selecionamos esse ambiente digital para investigar o porquê da centralidade do tema no cenário político atual e como esse discurso antigênero funciona como operador de um processo mais amplo de erosão da democracia.

Biroli, Machado e Vaggione (2020), procurando esmiuçar esse contexto das “cruzadas” contra o gênero e suas relações com a democracia, explicam que, a partir da década de 2010, começou a ocorrer um desmantelamento dos governos de centro-esquerda na América Latina, incluindo episódios como as destituições de Fernando Lugo no Paraguai (2012) e Dilma Rousseff no Brasil (2016) e o golpe de estado contra Evo Morales na Bolívia em 2019. Muitos desses episódios foram seguidos de um direcionamento à direita das políticas locais, como na eleição de 2018 acima mencionada. Com isso, explicam os autores, uma parte significativa das sociedades latino-americanas passou a enfrentar processos marcados não só por instabilidade política, mas também por uma acentuação do conservadorismo político e religioso e do neoliberalismo, com posicionamentos que ignoram políticas em prol dos direitos humanos e retrocedem no campo da sexualidade e dos direitos reprodutivos. Para os autores, “essa forma atual do conservadorismo latino-americano está relacionada a uma temporalidade marcada pelos avanços dos movimentos feministas e LGBTI e expressa coalizões políticas de grupos cristãos com setores não religiosos da direita” (BIROLI; MACHADO; VAGGIONE, 2020, p. 8).

Para entender as particularidades dessa conjuntura e diferenciá-la de movimentos conservadores acontecidos em outros momentos da história, como nos períodos ditatoriais, por exemplo, os pesquisadores defendem o uso do termo “neoconservadorismo”, um conceito que nos permite melhor compreensão da “conexão entre as disputas em torno do gênero e os

processos de erosão da democracia” (*ibidem*) e que adotaremos nesta pesquisa por compartilharmos deste enfoque. Seus primeiros usos datam da segunda metade do século XX, nos Estados Unidos, e faziam referência às reações de intelectuais conservadores dos anos 1970 aos movimentos da contracultura. A partir de então, explicam os autores, o termo seria usado para elucidar as coalizões políticas entre diferentes atores em prol da manutenção do patriarcado e do sistema capitalista, ganhando força na América Latina. A escolha em falar de neoconservadorismo também envolve tratar das aproximações entre conservadorismo cristão e individualismo liberal, que operam com força em nossa região graças à guinada recente dos evangélicos e suas afinidades com neoliberais expressas pela “teologia da prosperidade”, que une a ideia de mérito individual com a de empreendedorismo (BIROLI; MACHADO; VAGGIONE, 2020).

Assim, ao falar em “neoconservadorismo”, é preciso olhar para essa conjuntura brasileira de “atualização do conservadorismo religioso”, com o declínio do catolicismo e a expansão do neopentecostalismo. As novas alianças entre católicos e evangélicos atuam tanto no combate aos direitos reprodutivos e sexuais quanto na direção de uma “renaturalização da moral religiosa como ética pública” (BIROLI; MACHADO; VAGGIONE, 2020, p. 10), ancorada em argumentos como a “defesa da família”, que descolam de seu contexto religioso e migram para o campo do direito, servindo de fundamento para leis, e para o campo da política institucional, já que esses grupos ampliaram sua atuação em cargos públicos e passaram a implementar uma agenda antipluralista. Os religiosos conservadores são centrais no movimento neoconservador, mas não são um grupo isolado, dividindo espaço com setores seculares em torno de interesses em comum. Esse movimento neoconservador se desenvolveu principalmente a partir dos anos 1990, em reação à incorporação da agenda da igualdade de gênero e da diversidade sexual no sistema internacional de direitos humanos e nas diretrizes da ONU, quando a noção de “ideologia de gênero” foi cunhada pela Igreja Católica como “estratégia política que facilitou a atuação conjunta de diferentes atores conservadores e forneceu novos recursos para a mobilização popular” (*idem*, p. 14).

Examinaremos essas pontes entre grupos à direita sob a ótica da teoria do discurso proposta por Ernesto Laclau e Chantal Mouffe (2015). Para isso, é necessário pontuar que utilizaremos termos como direita e esquerda para situar o leitor no espectro de demandas e princípios políticos a que nos referimos, assim como para fazer referência ao campo a que se vinculam, no senso comum, os grupos de que trataremos. Mas, partindo da abordagem de Laclau e Mouffe (2015), não consideramos ambos os grupos como unidades fechadas portadoras de alguma essência que não seja construída discursivamente. Diferentemente das teorias marxistas ou leninistas a respeito de socialismo, os autores abandonam o apego a categorias como “classe” ou “proletariado” para investir na hegemonia como conceito-chave,

entendendo que todo suposto grupo homogêneo é, na verdade, uma articulação contingente em torno de equivalências, que está em constante disputa e sempre passível de ser reorganizada em formações totalmente diversas, já que os sujeitos também não têm uma identidade política dada *a priori*. Assim, existe uma referência às teorias marxistas (trata-se de um pós-marxismo), mas que se distancia de suas concepções originais e da visão tradicional de direita e esquerda do tempo dos girondinos e jacobinos.

Por entendermos que o discurso neoconservador não acontece de forma isolada, mas se constrói em relação, optamos por analisá-lo em paralelo a outro discurso também majoritário no campo de gênero: o identitarismo liberal, que requer e reforça abordagens que essencializam a identidade. Este último assume uma posição antagonista ao primeiro, especialmente nas mídias sociais, ainda que tenham alguns pontos em comum, especialmente com relação ao neoliberalismo. Essa dinâmica de embates discursivos que vemos protagonizar as redes digitais é predominantemente instaurada pelos extremistas de direita e pautada principalmente em afetos de ódio ao outro, fazendo parte de uma conjuntura de polarização política que se desenhou no Brasil após as Jornadas de junho de 2013. Na época, grupos de manifestantes se organizaram para protestar contra o aumento da tarifa do transporte público e, após cenários de dura repressão policial, milhares de pessoas, com demandas variadas que iam da diminuição da violência até o antipetismo, tomaram as ruas em um movimento que se desprende de sua finalidade inicial, configurando um acontecimento, no sentido estabelecido por Badiou (1996). Prado e Prates (2020), em interlocução com Fontanille e Zilberberg (2001), explicam esse conceito como o rompimento de um antigo regime de verdade, que “num primeiro momento se mostra indecível: ele tem um máximo de potência e um mínimo de legibilidade” (PRADO; PRATES, 2020, p. 3). Em um cenário pós-acontecimental, a política trata de dar sentido ao que os autores chamam de “pura anomia”, conferindo legitimidade ao acontecimento por meio de um discurso. Assim, um novo regime de verdade surge quando surgem sujeitos fiéis ao acontecimento. “Os sentidos do acontecimento são disputados por sujeitos fiéis e por sujeitos reativos; estes últimos recusam as consequências do acontecimento” (*idem*, p. 4), como no caso das novas direitas. É nesse contexto pós-acontecimental que a polarização se deu, com grupos se posicionando à direita e à esquerda. Prado (2018) explica:

A polarização petismo X antipetismo, em torno da agenda anticorrupção foi uma totalização discursiva que surgiu em 2014, capturando os sentidos da revolta de 2013, construindo um discurso ideológico, que se dizia anti-ideológico, contra a corrupção, e a serviço de uma moral conservadora dos costumes (contra cotas e contra a luta por reconhecimento de gays, mulheres e trans). A polarização em torno da luta anticorrupção e do antipetismo construiu um circuito de afetos em torno do ódio às esquerdas e provocou, por parte destas, uma reação também de ódio, caracterizando um processo de espelhamento e enfrentamento que impossibilitou qualquer tipo de diálogo

entre os dois pólos e gerando alta carga de agressividade. (PRADO, 2018, p. 5)

Os protestos de 2013 foram, em grande parte, organizados na internet, passando, na sequência, para as ruas, e voltando, de forma acentuada, ao digital, que já vinha sentindo os ânimos agitados desde a Primavera Árabe em 2010. Esses eventos instauraram uma forma de interação polarizada no cenário *online*, que se agravou com as eleições de 2014. Como característica desse processo, entram a alta carga passional dos discursos, a centralidade do ódio como afeto forte, a constante construção de inimigos e a necessidade de se posicionar a respeito de eventos polêmicos. Ainda segundo Prado (2018),

A revolta de junho de 2013, em torno de paixões mais alegres se transformou, com a polarização, em uma reação das paixões tristes, em torno do ódio e do medo, deslocando uma luta contra os políticos e contra um tipo de governamentalidade para uma luta interiorizada dentro da sociedade, projetando-se todo o mal na esquerda e nas lutas de reconhecimento e defendendo a volta a valores tradicionais vistos agora como absolutos, segundo uma visão fundamentalista e em grande parte orientada por valores religiosos (*ibidem*).

A polarização midiaticizada, apesar de apresentar uma lógica própria, da qual trataremos no capítulo 1, tem motivações complexas e pode envolver diferentes grupos a depender do tema em questão. Quando recortamos a temática de gênero e optamos por analisar o discurso neoconservador em paralelo com as abordagens identitárias liberal e essencialista, não assumimos que esses discursos, ao assumirem posições antagônicas, têm um mesmo peso no processo de desdemocratização em curso, nem que partem das mesmas premissas ou estão em um mesmo patamar. Partimos da ideia de uma polarização assimétrica, que “não só pressupõe que existam agrupamentos nos polos à direita e à esquerda, mas também que as forças não tenham a mesma intensidade de radicalização” (BRUGNAGO; CHAIA; 2015, p. 109). O neoconservadorismo, mobilizado no recorte de gênero pela extrema direita, parte de premissas antidemocráticas, higienistas e que buscam eliminar o outro, são os sujeitos reativos de que tratam Prado e Prates (2020). Trata-se de uma lógica diferente daquela na qual operam os identitarismos de que tratamos, que têm uma perspectiva democrática, ainda que entrem na dinâmica polarizada e apresentem pontos passíveis de crítica com relação ao seu comprometimento com a causa de gênero – como aprofundaremos no capítulo 2.

Também é importante pontuar que nem todo discurso que parte das identidades é necessariamente liberal ou essencialista. Guacira Lopes Louro, em *Um corpo estranho* (2018), faz um breve panorama do surgimento da abordagem identitária no Brasil partindo da perspectiva das sexualidades. Usando como pressuposto a ideia de Foucault (2018) de que o discurso sobre o sexo foi criado, incitado e não reprimido, a autora explica que a ideia de

um sujeito homossexual foi uma invenção do século XIX. Até então, falava-se sobre práticas sexuais ou amorosas com pessoas do mesmo sexo, mas não havia uma identidade atribuída àquele que a praticava – apesar de ser considerado pecado e até crime. Na segunda metade do século, porém, o ato passou a definir um tipo de sujeito, categorizado como desvio da norma e que passou a ser objeto de diferentes instituições como a Igreja, a Ciência e a Justiça. Em oposição ao estigma negativo criado sobre essa identidade, movimentos passaram a se organizar reivindicando respeito e uma imagem positiva aos gays. Em 1975, surge o Movimento de Libertação Homossexual no Brasil, incluindo intelectuais exilados que traziam ideias do seu contato com mobilizações fora do país. Já perto do final dos anos 1970, o movimento, em termos majoritários, deixou de lado seu caráter libertário, que reivindicava um olhar para a sociedade fora das categorias normatizadoras, para se entender como grupo e pleitear uma inserção na sociedade como ela é, afirmando uma identidade homossexual e demandando uma representação positiva sobre ela. Para fazer parte dessa comunidade de acolhimento, era necessário afirmar-se como detentor daquela identidade, revelando sua verdade numa espécie de confissão – armadilha que, retomando Foucault (2018), é justamente o que pretende o dispositivo da sexualidade. Como explica Louro (2018):

O discurso político e teórico que produz a representação “positiva” da homossexualidade também exerce, é claro, um efeito regulador e disciplinador. Ao afirmar uma dada posição-de-sujeito, supõe, necessariamente, o estabelecimento de seus contornos, seus limites, suas possibilidades e restrições. (LOURO, 2018, p. 31)

Apesar de assumir esse “caráter unificador e assimilacionista” (*idem*, p. 32), o movimento tinha tensões internas, com questionamentos que levavam em consideração cruzamentos com raça e classe, e outros que apontavam para as limitações e exclusões da abordagem identitária, como o fato de que essa identidade homossexual, no início, dizia respeito majoritariamente ao homem branco gay. Com o surgimento da Aids, nos anos 1980, apesar de o discurso ter sofrido um leve deslocamento das identidades para as práticas sexuais, com campanhas enfatizando o “sexo seguro”, os preconceitos e estigmas sobre a comunidade homossexual cresceram. Falou-se muito sobre o grupo, fato que, para João Silvério Trevisan (2018),

realizou em alguns anos uma proeza que nem o mais bem-intencionado movimento pelos direitos homossexuais teria conseguido em muitas décadas: deixar evidente à sociedade que homossexual existe e não é o outro, no sentido de um continente à parte, mas está muito próximo de qualquer cidadão comum, talvez ao meu lado e – isto é importante – dentro de cada um de nós, pelo menos enquanto virtualidade (TREVISAN, 2018, p. 425).

Nesse momento, multiplicaram-se os movimentos em defesa da diversidade e, enquanto alguns grupos seguiram lutando por reconhecimento e inclusão, outros optaram por ir além dos referenciais conhecidos, desafiando as fronteiras de gênero ou vivendo na “ambiguidade da própria fronteira” (LOURO, 2018, p. 34). Esses movimentos que seguiam uma abordagem pós-identitária, questionando tanto o regime de verdade (FOUCAULT, 2014) da heteronormatividade, quanto a estabilidade das identidades que serviam de base ao movimento homossexual dominante, fazem parte do que se denomina hoje movimentos *queer*, que usam a desconstrução como operador teórico-metodológico. Em termos de produção teórica, a abordagem ganhou força a partir dos anos 1990, em um contexto de teorias pós-estruturalistas e, especialmente, com a publicação de *Problemas de gênero: feminismo e subversão de identidade*, por Judith Butler (1990). Na época, o termo gênero já havia saído das proposições de intelectuais feministas, nos anos 1970, e passava não só a ser debatido no ambiente acadêmico, mas também a aparecer, a partir de meados dos anos 1990, como mencionado anteriormente, em documentos oficiais da ONU e da Igreja Católica (BIROLI; MACHADO; VAGGIONE, 2020), difundindo-se em ampla escala e com abordagens diversas. Entenderemos esses discursos cuja abordagem busca subverter as identidades como discursos antiopressão de gênero ou discursos emancipatórios de gênero, para diferenciá-los das abordagens identitaristas nas quais nos aprofundaremos. Consideramos que, ainda que possam partir da identidade ou servir-se dela para construir sua argumentação, esses discursos mantêm em seu horizonte a perspectiva de abandoná-la ou superá-la e não de mantê-la ou reafirmá-la.

Assim como apontado em *Gênero, neoconservadorismo e democracia* (2020), consideramos para este trabalho o fato de que, apesar de muitas pesquisas recentes se dedicarem ao campo dos estudos de gênero e sexualidade, ainda são poucas as que debatem as imbricações entre gênero e política, apesar de este ser um tema que impacta diretamente a democracia, já que corrói a noção de igualdade, subverte a de liberdade e busca minimizar o pluralismo e a diversidade. Além disso, o aspecto religioso que aparece neste recorte é fundamental para entender as disputas políticas na América Latina, marcada por uma relação histórica muito próxima entre religião e Estado. Também são poucos aqueles que se debruçam nas relações entre gênero, política e discurso ou comunicação.

Em uma análise exploratória, mas não exaustiva, da produção científica a respeito de gênero, observa-se grande quantidade de trabalhos que se dedicam a estudar feminismos; violência contra a mulher; representação e visibilidade de mulheres; mulheres e políticas públicas; e, mais recentemente, homofobia, estereótipos e identidades LGBT. Com relação à pauta das sexualidades não-normativas, um trabalho apresentado em congresso da Intercom em 2014, de Lazarin e Rodrigues, se propôs a fazer um panorama das teses e dissertações

que abordaram a temática LGBT entre 1992 e 2008. Observou-se que a maioria dos trabalhos acadêmicos também focava na representação da mulher e, em menor quantidade, nas masculinidades e minorias LGB+. No período de 16 anos analisado, 51 trabalhos entre 7350 apresentados nos Programas de Pós-Graduação em Comunicação do Brasil passaram pela temática LGBT, sendo apenas 34 deles com referência direta ao tema. Quando se trata de cruzar o estudo LGBT com a área de comunicação, o enfoque dos trabalhos levantados é predominantemente com relação a telenovelas e seus personagens.

No período posterior a 2008, uma análise do catálogo de teses e dissertações da CAPES com relação ao termo “heteronormatividade”, que nos permite recortar um atravessamento biopolítico com relação ao gênero, revela que as novelas ainda ganham em quantidade dentro do campo midiático, com propostas de análises de construção de personagens e estereótipos. Ainda sob o mesmo termo, dentro das discussões de gênero, mas não necessariamente relacionados a mídia, aparecem em maior volume do que no período anterior estudos sobre identidades transsexuais e travestis – que dentro da própria sigla LGBT costumam perder em visibilidade para os debates da pauta gay. No geral, a maior parte das pesquisas acadêmicas que envolvem o termo “heteronormatividade” observadas neste catálogo buscam entender o impacto social desse regime, atuando dentro das áreas de Psicologia, Educação, Sociologia e Antropologia. Saindo da “heteronormatividade” e incluindo o termo “discurso”, a predominância é dos discursos político e publicitário, além do discurso televisivo no geral, com um enfoque para o meio e sua recepção. Pesquisas sobre discursos de programas específicos veiculados na televisão também aparecem.

Com relação à polarização política, artigos e dissertações analisaram, a partir de 2014, temáticas como: análise da polarização nas novas mídias (Twitter, Facebook, Instagram, Youtube etc.); o impacto das redes sociais nas campanhas políticas; dinâmicas de intolerância na internet; campanhas eleitorais específicas, como as de 2014; e as chamadas Jornadas de Junho de 2013. Relacionadas a discursos midiáticos, pesquisas ainda procuram investigar coberturas jornalísticas sobre eventos específicos, como o impeachment de Dilma Roussef. Outros autores, como Biroli, Machado e Vaggione (2020), buscando debater a pauta de gênero no contexto brasileiro pós-2013, têm se debruçado sobre o tema desta pesquisa, construindo panoramas históricos e sociais que nos servirão de base.

Entendendo a importância do tema para a área de Comunicação, definimos como objeto do presente estudo os discursos majoritários sobre gênero veiculados nas redes sociais digitais com enfoque nos embates polarizados no Twitter. Examinaremos como se dão os antagonismos midiáticos a partir da análise de dois casos polêmicos que geraram circulação hipermidiática (CARLÓN, 2020), ou seja, que circulam de um meio a outro, e que

tiveram alto grau de repercussão, aparecendo nos *Trending Topics* do Twitter. Utilizaremos o conceito de “gênero” na perspectiva de Judith Butler (2018), entendendo que falar em gênero é também falar em sexo e sexualidade porque todos são igualmente construções performativas e discursivas direcionadas por uma matriz normativa heterossexual. A ideia é que possamos entender tanto como se dão as construções desses discursos sobre gênero no contexto da polarização e quais seus impactos em processos políticos mais amplos, quanto quais as influências das redes sociais digitais e de uma sociedade hipermediatizada nesse contexto. Olhando para esse objeto e partindo de uma análise das práticas articulatórias envolvidas nos discursos hegemônicos, pretendemos responder: como os discursos majoritários sobre gênero organizam o campo discursivo em um contexto de intensa polarização política? Como as redes sociais digitais influenciam essa organização? Como essa dinâmica polarizada sobre gênero influencia perspectivas democráticas? E, a partir disso: quais as possibilidades de emergência de uma construção discursiva contra-hegemônica que fuja da dinâmica de ódio ao outro, mas que também não seja identitária?

Para isso, iniciaremos com uma apresentação sobre a polarização política midiaticizada, tema do capítulo 1. Exploraremos com mais detalhes o contexto de surgimento do fenômeno e suas conformações com relação à temática de gênero. Definiremos conceitos importantes para a pesquisa, como “discurso” e “política”, para estabelecer nossa perspectiva de análise. Partiremos da teorização de Chantal Mouffe (2015), em *Sobre o político*, para entender como construções discursivas antagonistas, pautadas em relações amigo-inimigo e que entendem o outro como ameaça, estão presentes na conjuntura polarizada e como prejudicam os preceitos democráticos. Apontaremos também as influências do discurso neoliberal e da dinâmica das redes sociais digitais para essa construção polarizada, atuando na formação de subjetividades autocentradas e indisponíveis ao debate. Finalizaremos o capítulo explicando por que adotamos a ideia de uma polarização assimétrica e quais os princípios e articulações que diferenciam os discursos majoritários de que trataremos no capítulo seguinte.

No capítulo 2, falaremos mais a fundo sobre os discursos selecionados dentro do recorte de gênero, o identitário liberal e o neoconservador. Explicaremos como surgiram e quais os atravessamentos das abordagens identitárias essencialistas e liberais, diferenciando suas especificidades de outros movimentos pró-gênero. Investigaremos a causa da centralidade das identidades dentro do espectro da esquerda, apontando também para as consequências desse fenômeno. Incluiremos exemplos que possam ilustrar ao leitor o teor desses discursos identitários que circulam nas redes sociais e examinaremos sua vinculação com o neoliberalismo. Em contrapartida, veremos como significantes vistos como negativos pelo capitalismo, como “fracasso”, podem servir de operadores para pensar abordagens não identitárias. Já no espectro à direita, buscaremos compreender as articulações que permitiram

ao discurso neoconservador alcançar uma hegemonia que o lançasse ao poder. Contextualizaremos o termo “ideologia de gênero”, entendendo-o como parte de uma estratégia de instaurar “pânico moral”, e investigaremos sua função dentro do discurso. Passaremos por certos imaginários brasileiros, como o mito da não-violência (CHAUÍ, 1995), para entender como o autoritarismo que nos constitui estruturalmente, somado ao neoliberalismo e à despolitização, caracteriza o movimento reacionário que é protagonista da nossa política hoje.

No capítulo 3, partiremos do referencial teórico desenvolvido nos capítulos anteriores para analisar o *corpus* da pesquisa. Optamos por analisar dois casos em que a polarização discursiva na temática de gênero apareceu com destaque na mídia. Analisaremos os antagonismos midiáticos a partir da controvérsia gerada no Twitter, mas considerando um contexto mais amplo de circulação intra e intermediária. O primeiro caso refere-se aos ataques, em 2020, à jornalista Patrícia Campos Mello, da *Folha de S. Paulo*, que havia escrito uma matéria sobre o envio ilegal de mensagens em massa pelas campanhas eleitorais de 2018 e depois foi acusada pela sua fonte, na CPMI das *Fake News*, de ter mentido sobre a informação e oferecido favores sexuais em troca de um furo de reportagem. Esse evento tem enfoque no gênero em seu sentido mais estrito, mobilizando abordagens em torno do significante “mulher”, enquanto o segundo caso, também de 2020, aborda as sexualidades desviantes e os discursos que as envolvem, em embate ocorrido nas redes sociais após a veiculação de um quadro no programa *Fantástico*, da TV Globo, no qual o médico Drauzio Varella entrevistou transexuais e travestis presas em penitenciárias masculinas. Após o programa, militantes identitários passaram a exaltar o ato de humanidade do médico ao abraçar uma das detentas, Suzy, que não recebia visitas há 8 anos, enquanto conservadores, tomando conhecimento do crime de Suzy, passaram a linchar ambos nas redes sociais. Além de mapear a circulação discursiva dos eventos, faremos uma cartografia dos discursos, identificando posições antagonistas, percursos passionais e principais significantes mobilizados por cada grupo. Ao final, veremos como esses elementos se relacionam com o background discursivo de que tratamos no capítulo anterior.

Para fundamentar a análise sobre as questões de gênero, utilizaremos as perspectivas de Judith Butler (2018 e 2019) de que a heterossexualidade compulsória é uma instituição definidora das categorias de gênero como as conhecemos e a identidade de gênero, enquanto relação entre sexo, gênero, prática sexual e desejo, é construída no e pelo discurso, ideia sintetizada no conceito, emprestado da linguística, de “performatividade”, que se refere a um falar-fazer, um discurso que, ao nomear, institui o gênero e suas regulações. Citando Foucault, Butler traz a ideia de identidade como uma “ficção reguladora” (BUTLER, 2018, p. 55). Com isso, não existem definições ontológicas de gênero, nem um sujeito pré-

discursivo; a performatividade se dá sem que haja um executor por trás (definição que a distingue de “performance”). A esse respeito, explica a autora:

[...] certos tipos de “identidade de gênero” parecem ser meras falhas do desenvolvimento ou impossibilidades lógicas, precisamente por não se conformarem às normas de inteligibilidade cultural. Entretanto, sua persistência e proliferação criam oportunidades críticas de expor os limites e os objetivos reguladores desse campo de inteligibilidade e, conseqüentemente, de disseminar, nos próprios termos dessa matriz de inteligibilidade, matrizes rivais e subversivas de desordem do gênero. (BUTLER, 2018, p. 44)

Para apoiar a análise sobre identidades e as consequências políticas de seu uso na busca democrática, utilizaremos autores que problematizam as políticas identitárias tanto no campo da filosofia política, quanto em áreas correlatas das ciências sociais e da psicanálise, como Wendy Brown (2001), Asad Haider (2019) e Vladimir Safatle (2019). Para pensar soluções contra-hegemônicas partindo de uma abordagem *queer*, traremos as contribuições de Jack Halberstam (2020) e Guacira Lopes Louro (2018).

Para entender o contexto da polarização discursiva, partiremos do conceito de “acontecimento”, de Alain Badiou (1996, 2002), e das análises de Prado (2018) e Prado e Prates (2019a, 2019b e 2020) sobre o contexto brasileiro após junho de 2013. Já sobre as articulações da direita, além destes últimos, partiremos também das teorizações de Biroli, Machado e Vaggione (2020), Balieiro (2019), e Miskolci e Campana (2017) sobre o chamado “pânico moral”.

Para embasar a análise, partiremos da teoria do discurso desenvolvida por Ernesto Laclau e Chantal Mouffe (2015), que investiga a forma como práticas sociais articulam ou contestam os discursos que constituem a realidade social. Adotaremos, especialmente, seu conceito de “ponto nodal”, que caracteriza uma posição na cadeia significante em que é posto um significante vazio que adquire sentido no discurso, costurando-o e criando uma lógica retroativa em relação a significantes anteriores. Dessa forma, será possível “tratar a linguagem não somente como representação dos estados do mundo, mas como campo de falar-fazer simbólico” (PRADO, 2013, p. 89). Para mapear a circulação discursiva dos casos que compõem o *corpus*, utilizaremos diagramas temporais conforme proposto no dispositivo de análise de Mario Carlón (2020), que nos permitirão acompanhar, em cada caso, seu surgimento na mídia e sua repercussão, percorrendo o caminho de um meio de comunicação a outro. Tendo o panorama da circulação discursiva, examinaremos como os grupos antagonistas se posicionam no Twitter com relação a cada caso e como a construção discursiva se relaciona com os discursos majoritários sobre gênero. Além dos pontos nodais,

identificaremos os percursos passionais que mobilizam paixões enquanto efeitos de sentido inscritos e codificados na linguagem (BERTRAND, 2012), recorrendo à Semiótica das Paixões, desenvolvida por Julien Greimas (2014).

No decorrer da dissertação, trabalharemos a hipótese de que o discurso neoconservador operacionalizado no recorte de gênero pela extrema direita dá o gatilho para os embates polarizados ao instaurar uma dinâmica de ódio ao outro, que ganha força nas redes sociais digitais, enfraquecendo uma perspectiva democrática radical. Já os discursos identitários que assumem posições antagônicas ao extremismo da direita, apesar de manterem uma busca democrática, não conseguem propor uma abordagem que escape da dinâmica polarizada e da lógica amigo-inimigo e que possibilite a formação de equivalências mais amplas com outros setores democráticos. Desse modo, defendemos que um discurso que pretenda pleitear o fim da opressão de gênero sem endossar a lógica discursiva que pretende combater, questionando as estruturas que geram tais opressões e não somente os efeitos dessas opressões, deve fazê-lo não por afirmações identitárias, mas pela construção de um reconhecimento antipredicativo (SAFATLE, 2019), um reconhecimento *queer*.

Capítulo 1

1 A polarização midiaticizada

1.1 O fenômeno da polarização

Em 2018, com as eleições presidenciais no Brasil, exacerbou-se um processo de polarização de discursos já iniciado anos antes, após as manifestações de junho de 2013. Analisando um panorama geral com relação ao gênero, observa-se uma organização discursiva protagonizada por dois discursos majoritários, que frequentemente assumem posições antagonistas de enfrentamento nas redes sociais digitais. Um deles faz parte de um campo progressista, no qual movimentos sociais brigam pelas chamadas “pautas identitárias” e por maior visibilidade de minorias e grupos vulneráveis, para que suas demandas sejam incluídas na agenda política. Muitas dessas abordagens investem em uma perspectiva identitária essencializante e vinculada a noções liberais, que discorreremos mais detalhadamente no capítulo dois. Na posição antagônica, em um campo à direita, discursos neoconservadores, muitos com viés antidemocrático, argumentam pelo retorno aos “antigos valores da família”, instaurando uma lógica de ódio às vivências não normativas. Essa construção discursiva se apropriou do termo “ideologia de gênero” para fazer referência a algo como uma doutrina, que estaria sendo ensinada pelo movimento pró-gênero para quebrar os padrões de comportamento hegemônicos com relação a identidade de gênero e orientação sexual – ideia reforçada em diversos discursos do presidente Jair Bolsonaro. O uso desse termo ganhou força no Brasil a partir de 2014, quando o Ministério da Educação tentou incluir no Plano Nacional de Educação as temáticas de educação sexual, combate a discriminações e promoção da diversidade de gênero e orientações sexuais, fato que gerou grande reação contrária por parte de grupos conservadores, a ponto de a proposta ser aprovada sem fazer menção a esses temas. Mas seu surgimento no debate social é anterior e, segundo levantamento de Miskolci e Campana (2017), tem um dos primeiros marcos em 1995, na Conferência Mundial de Beijing sobre a Mulher, organizada pela ONU. O evento teve como destaque a substituição do termo “mulher”, principal sujeito dos eventos anteriores de mesmo tema, pelo termo “gênero”, explicitando, em sua declaração principal, a necessidade de se adotar uma “perspectiva de gênero”. Até então, a própria noção de gênero, como um conceito não necessariamente correspondente a uma naturalidade biológica, era pouco usada, falava-se apenas mulher e homem. Com a inserção do novo termo no cenário social, a categoria gênero passou a ocupar o centro das discussões em torno do papel da mulher, causando preocupação na cúpula da Igreja Católica. Afinal, dizer que existe uma perspectiva de gênero a ser observada aprofunda o debate e questiona o discurso essencialista do catolicismo, além

de colocar em evidência lógicas normativas até então pouco visíveis. Trata-se de mais do que uma simples mudança na palavra, como comprova a reação relatada pelos autores:

Assim, por causa dessa conferência, o papa João Paulo II, em sua “Carta às mulheres”, se referiu à necessidade de defender a identidade feminina desde uma perspectiva essencialista e, alguns anos depois, na “Carta aos bispos”, de 31 de maio de 2004, manifestou-se contra o discurso feminista, reiterando que a maternidade era um elemento-chave da identidade feminina. (MISKOLCI, CAMPANA, 2017, p. 727).

O discurso da extrema direita, que é frequentemente quem aciona o gatilho para a dinâmica polarizada nas redes digitais (como veremos mais à frente ao tratar do “gabinete do ódio”), é caracterizado, quando se trata do recorte de gênero, por um tipo de moralismo repreensivo que, para a filósofa Wendy Brown (2001), em sua observação do contexto estadunidense pós-atentados de 2001, é sintoma de um tipo de perda que decorre do apego a uma concepção política teleológica. Para ela, a fixação, característica da modernidade, a uma ideia ordeira de progresso e de uma sociedade homogênea final a ser alcançada, somada à frustração decorrente da ineficiência desse modelo, gera um moralismo que, de efeito, passa a ser agente mobilizador de ações, atuando tanto na prática política quanto intelectual. Esse mecanismo paralisa a visão crítica e atua como operador de despolitização (BROWN, 2001). Mesmo assumindo uma posição de enfrentamento perante esse discurso e defendendo os preceitos democráticos pluralistas, muitos dos discursos que partem da identidade elaboram seus argumentos também com um moralismo subjacente, deslocando a pauta do político para o moral, e baseiam-se em um tipo de identidade fechada, não processual e dada *a priori* que dificulta o aprofundamento do debate para além da dinâmica oprimido-opressor.

Para entender essa perspectiva polarizada, partiremos de alguns pressupostos teóricos, acionando, primeiramente, a concepção de discurso desenvolvida por Ernesto Laclau e Chantal Mouffe em *Hegemonia e Estratégia Socialista* (2015). Os autores defendem que uma formação discursiva deve ser entendida como um conjunto de posições diferenciais articuladas que não constitui uma totalidade fechada – apesar de, muitas vezes, ser assim interpretado em contextos externos. Isso, na prática, significa que não há uma coerência lógica entre os elementos que se articulam, assim como não há uma unidade de experiência ou um sujeito dado de forma anterior ao discurso. Os sujeitos adquirem posições no discurso e articulam suas demandas encontrando lógicas equivalenciais, considerando que quanto mais os elos da cadeia apresentarem traços diferenciais, maior a possibilidade de a cadeia se romper em algum momento ou de decair a potência do discurso (PRADO, 2018). Portanto, tanto as formações discursivas são contingentes e heterogêneas, quanto as identidades dos

sujeitos ocorrem dentro dos discursos, sendo sempre relacionais. É importante que isso seja pontuado para se entender que, quando se fala em polarização, trata-se de um fenômeno que, analisado em sua exterioridade e sua visibilidade, comporta uma separação de discursos em dois pólos opostos aparentemente homogêneos, totalizantes, cada qual em suas especificidades, de um tipo de pensamento e de um tipo de sujeito – no senso comum, em se tratando de gênero, o “extremista de direita” e os “identitários”. A polarização justamente produz esse efeito totalizante. Mas, como também pontuam os autores, essa construção de uma totalidade é uma ideologia, já que aparenta algo que não é de fato. Esses grupos são, na verdade, heterogêneos e estão em constantes disputas internas. Como esclarecem os autores, “se a contingência e a articulação são possíveis, é porque nenhuma formação discursiva é uma totalidade suturada” (LACLAU, MOUFFE, 2015, p. 180), assim, toda ordem é, na verdade, uma hegemonia, uma “articulação temporária e precária de práticas contingentes” (MOUFFE, 2015, p.17) . Com esse horizonte teórico, adotaremos a perspectiva do discurso como algo dinâmico, em disputa, e cuja organização nunca é definitiva.

É importante também pontuar que a própria divisão tradicional do campo político entre direita e esquerda obedece a uma lógica dual e de pólos. Por isso, não se pode dizer que esse é o único aspecto que caracteriza o fenômeno que chamamos hoje de polarização política. Mas, diferentemente de cenários anteriores, essa conjuntura de que tratamos abriga uma polarização acentuada em intensidade e com alta carga passional. Apesar de o governo Lula ter animado o campo político em seu início, especialmente as esquerdas e os campos progressistas, passado seu primeiro mandato e até 2013, predominava na população brasileira uma aparente apatia política, com pouco interesse em participar das questões políticas e com os próprios partidos, que outrora compunham essa divisão direita-esquerda, cada vez mais próximos de um centrismo ideológico (BRUGNAGO; CHAIA, 2015). Após junho de 2013, e especialmente com as eleições de 2014 e o impeachment de Dilma Rousseff em 2016, esse cenário mudou. Hoje, é raro quem não tome posição, ainda que em assuntos mais relacionados à vida privada, em nome de um lado político – posicionar-se virou quase uma obrigação. Além disso, essa polarização atual caracteriza-se por um tipo de separação entre *nós* e *eles* que entende o outro, o diferente, como uma ameaça a ser eliminada, em uma dinâmica de afetos fortemente modalizada por um ódio ao outro. Como apontam Brugnago e Chaia (2015), retomando o pensamento de Bobbio, trata-se de uma lógica diferente daquela da divisão política tradicional, já que direita e esquerda representam uma *díade*, em que a existência de uma implica necessariamente a existência da outra, enquanto o centro é um espaço entre, que assimila um pouco de cada, mas que nunca é a ausência delas.

Chantal Mouffe (2015) investiga o caráter conflituoso do “político” e constrói uma hipótese com a qual seguiremos na presente pesquisa. Primeiramente, Mouffe faz uma

distinção entre “a política” e “o político”, entendendo, em termos heideggerianos, a primeira enquanto de um nível “ôntico”, ou seja, relacionada às práticas da política convencional, em sua existência própria; e o segundo relacionado a um nível “ontológico”, ligado àquilo que é tomado enquanto objeto de conhecimento, neste caso específico, à forma como a sociedade é fundada. Essa distinção é necessária para explicar que “o político” comporta uma dimensão antagônica constitutiva das sociedades humanas, enquanto “a política” engloba um conjunto de práticas e instituições que organizam esse contexto conflituoso. Assim, a democracia está no plano da política, mas jamais poderá ser alcançada, argumenta a autora, caso não seja entendida a natureza do político. Não se trata, portanto, de eliminar o conflito ou de imaginar que exista uma ordem e uma racionalidade que nos permitam superar esse estado primitivo de divergências. Pelo contrário, é justamente essa ideia de que há um consenso possível que impede que pensemos a política em termos políticos. Muito desse pensamento se deve, explica Mouffe, à hegemonia do liberalismo, que não só nega o caráter inerradicável do antagonismo como, ao partir de um pressuposto individualista, impede que se pense em termos de identidades coletivas. Assim, esclarece que “apesar daquilo que muitos liberais nos querem fazer acreditar, a especificidade da política democrática não é a superação da oposição nós/eles, mas a forma diferente pela qual ela se estabelece” (MOUFFE, 2015, p. 13).

A autora recupera a crítica de Carl Schmitt ao liberalismo e apresenta como, partindo dos dois paradigmas liberais, um “agregativo”, que aplica uma lógica de mercado, emprestada da economia, à esfera política, e outro “deliberativo”, que busca compreendê-la por meio da ética ou da moralidade, é impossível pensar a política em termos realmente políticos. A argumentação empreendida pela autora em 2005, ano do lançamento do original *On the political*, é ainda muito atual para se entender um contexto em que uma política liberal se une a um conservadorismo moralista, deslocando o debate para outras esferas que não “o político”, em uma perspectiva cada vez mais individualista e se distanciando da possibilidade real de uma política democrática. Assim, é preciso reposicionar a natureza do político de forma a separá-lo da racionalidade liberal e do que podemos entender como “o social”, esfera das práticas sedimentadas que encobrem a instituição política contingente. Para Mouffe, é preciso também partir de Schmitt para pensar além do que o autor sugere, já que, ao reconhecer o conflito, ele excluía a possibilidade de um pluralismo democrático. O que ela sugere é que “formulemos a distinção nós/eles de um modo que seja compatível com a aceitação do pluralismo, que é constitutivo da democracia moderna” (MOUFFE, 2015, p.13).

Apesar de parecer contraditório, a autora explica que isso é possível, porque mesmo que o potencial antagônico sempre exista, e isso se deve ao fato de a própria identidade política se estabelecer com base em uma diferença frente a um outro, a relação nós/eles não

implica necessariamente em uma relação amigo/inimigo – que só acontece a partir do momento em que se acredita que o ‘eles’ está questionando a identidade do ‘nós’ a ponto de ameaçar sua existência. O desafio da política democrática, então, é justamente encontrar formas diferentes de mobilizar essa dinâmica sem que o conflito destrua o ente político, mobilizando uma espécie de “antagonismo domesticado”: o agonismo. Mouffe explica:

Enquanto o antagonismo é uma relação nós/eles em que os dois lados são inimigos que não possuem nenhum ponto em comum, o agonismo é uma relação nós/eles em que as partes conflitantes, embora reconhecendo que não existe nenhuma solução racional para o conflito, ainda assim reconhecem a legitimidade de seus oponentes. Eles são “adversários”, não inimigos. Isso quer dizer que, embora em conflito, eles se consideram pertencentes ao mesmo ente político, partilhando um mesmo espaço simbólico dentro do qual tem lugar o conflito (MOUFFE, 2015, p. 19).

Isto posto, é possível observar como o atual contexto polarizado é marcado por um embate discursivo antagonista, que projeta cada lado como uma totalidade fechada em busca de uma ordem: o “mesmo” como único dotado da razão e o “outro” como aquele a ser eliminado, já que é um entrave para que se chegue a um contexto final ordeiro e consensual. Ocorre que projetar em um objeto, seja ele uma ideia, uma proposta de governo ou uma ação econômica, a possibilidade de levar uma comunidade à sua plenitude, é nada mais do que um efeito ideológico (PRADO, 2018). Dessa forma, a articulação que vincula a eleição de Bolsonaro, por exemplo, à salvação em um cenário de caos político é uma ideologia, na medida em que “um conteúdo particular se apresenta como para além de si mesmo” (LACLAU, 2000, p.21 apud PRADO, 2018, p. 9). E foi justamente essa fantasia ideológica, como aponta Prado (2018), que reuniu grandes contingentes da população ao redor do bolsonarismo, ainda que nem todos se identificassem com o mesmo ponto do discurso – alguns se identificaram com o líder forte, outros com a força dos militares, contra a liberdade de gênero, contra a doutrinação nas escolas, contra o comunismo ou simplesmente contra o Partido dos Trabalhadores.

Prado esclarece que esse operador ilusório utilizado pela extrema direita se sustenta em pilares que ameaçam a democracia, como: posições de sujeito muito fixas, que impossibilitam o diálogo com o diferente, e um circuito de afetos muito centrado em paixões violentas e tristes, entendendo o “outro” como uma ameaça à existência do “mesmo” (PRADO, 2018). A polarização transforma constantemente adversários políticos em inimigos, como no antagonismo descrito por Mouffe (2015), tornando não só suas existências incompatíveis, como impossibilitando o debate de ideias e projetos. O ambiente democrático fica prejudicado, uma vez que as diferenças não podem mais ser propulsoras de diálogos e disputas. Isso fica nítido quando se observa a lógica discursiva da ala mais extremista da direita e do chamado

“gabinete do ódio”: ao ser confrontada com um argumento da oposição, frequentemente responde atacando pessoalmente quem proferiu o argumento ou quem estiver ali citado. Assim, a atenção é deslocada para uma perspectiva personalista, frequentemente associada a um juízo de valor, e sai do debate sobre ações de governo, políticas públicas ou projetos como um todo. “Na polarização imaginária o inimigo deve ser abatido, separado, calado, censurado, não respondido” (PRADO, 2018, p. 11). Nessa linha, também se explica porque há um empenho grande e coordenado no espalhamento de notícias falsas, frequentemente apontadas para pessoas da oposição: basta entender que a existência de uma identidade, aquela que personifica o grupo, só pode persistir com a destruição do inimigo imaginário. Dessa forma, explica Prado, “o importante nas mensagens é a carga performativa, que traduz na forma de memes as mentiras do inimigo” (PRADO, 2018, p.12).

É importante também observar como esse mecanismo discursivo reproduz a racionalidade neoliberal. Nesse aspecto, Prado (2018) traz a análise de Isleide Fontenelle sobre como o sujeito neoliberal se regula pela competição, pela meritocracia e pelo autoempreendedorismo. Assim, surge o cidadão-consumidor, que atua em relação à política como atua em relação ao mercado, sendo também interpelado pelo governo como consumidor. Da mesma forma, é encarado assim pelos agentes mobilizadores do discurso, aqueles que operam as ferramentas do ódio, uma vez que o leitor lê as mensagens a ele direcionadas “como se estivesse consumindo mercadoria e o fluxo rápido dá uma sensação de continuidade, ao mesmo tempo que garante a filiação a uma comunidade imaginada” (PRADO, 2018, p.15). Na mesma linha, Boltanski e Chiapello (2009), ao trabalharem a ideia de “cidade de projetos”, argumentam que nesse tipo de cidadania a responsabilidade com relação aos direitos sociais passa para o indivíduo, encarado como um “consumidor dos serviços do Estado” (BOLTANSKI; CHIAPELLO, 2009, p.7 apud PRADO, 2018, p. 13). Assim, a própria democracia é encarada em uma lógica econômica na qual direitos sociais fornecidos pelo Estado são vistos como privilégios que burlam a livre concorrência e a disputa meritocrática. Especificamente no contexto brasileiro, Fontenelle (apud PRADO, 2018) enfatiza que há um risco grande no aprofundamento da racionalidade neoliberal, porque ela complexifica um processo de cidadania que já é fundado em preceitos de desigualdade e de injustiça social com base em renda, cor e educação, aumentando os abismos dentro do pouco debate político que vinha sendo estabelecido até então.

Seguindo a questão da cidadania, o filósofo político Antonio Negri, em sua vinda ao Brasil após o processo de impeachment de Dilma Rousseff, escreveu o texto “Para onde vai o PT?” (2017), tentando identificar erros do partido e possíveis reformulações futuras. Ele identificou como um dos pontos cruciais que minaram o partido sua negligência com a tal “nova classe média” que foi surgindo no Brasil ao longo dos governos Lula e Dilma. Houve,

sim, um mérito daqueles projetos em propiciar a melhoria na condição de vida de muitos grupos antes marginalizados. Mas a melhora na condição econômica e na capacidade de consumo não foi acompanhada de uma politização – foram formados novos consumidores, mas não novos cidadãos. Negri observa, diante dessa conjuntura, que a classe média aumentou em volume, mas manteve os valores conservadores – e foi esse grupo que deu corpo ao movimento antipetista. Ao sentirem que estavam perdendo, com a crise econômica, determinadas condições que haviam adquirido, passaram a se mobilizar contra o próprio mecanismo que os criou. A complexidade das Jornadas de junho de 2013 dificultou que esse processo fosse compreendido: o PT se recusou a vê-lo, enquanto a esquerda seguia fragmentada, sem encontrar uma articulação possível que explicasse ou desse conta dessas demandas. Nessa brecha, a direita conservadora começou a ganhar espaço e o bolsonarismo deixou suas sementes, impulsionado pela estratégia de sucesso que havia elegido Donald Trump à presidência dos Estados Unidos em 2016.

1.2 O peso das redes sociais digitais

Apesar de os debates pró-gênero terem ganhado mais visibilidade nos últimos anos – fato possível de se relacionar tanto com a expansão das redes sociais digitais, que permitem que outros atores tragam o assunto à pauta, quanto com a apropriação da temática pelo mercado –, nota-se que sua aparição na mídia ainda obedece a uma lógica reativa contra projetos políticos regressivos e ataques operados pelo movimento neoconservador e pela extrema direita a vivências que não são normativas. Essa lógica é agravada pelo fenômeno da polarização e pela midiaticização que opera hoje em nossas sociedades. Para entender o papel da midiaticização na polarização é possível acionar as pesquisas de Mario Carlón (2020), que recupera as ideias de Eliseo Verón sobre midiaticização, mas expande o pensamento ao contemporâneo. Carlón explica que vivemos em uma sociedade hipermidiaticizada, que traz mudanças nas condições de circulação discursiva, com grande quantidade de mensagens circulando em maior velocidade e entre sistemas diferentes – da mídia tradicional para os meios em rede e vice-versa. O autor esclarece que, tanto na modernidade quanto na pós-modernidade, só havia um sistema midiático, o dos meios de comunicação de massa. Isso gerava um caráter intra-sistêmico de circulação, em que produção e reconhecimento (ou, em outros termos, emissor e receptor) eram localizáveis e os efeitos do discurso eram mais facilmente previstos ou identificáveis. Com a vinda de um novo sistema, baseado na internet, a partir dos anos 1990, e com o desenvolvimento da rede em banda larga a partir dos anos 2000, adentramos à hipermidiaticização, que complexifica a circulação de sentidos pois insere

um caráter intersistêmico, com novas condições de enunciação, novos enunciadores e novos circuitos discursivos. Hoje, já não se pode dizer que as instituições são detentoras dos discursos, porque outros atores ganham força com as mídias sociais desde que tenham construído um bom potencial de alcance e engajamento. Isso potencializa os efeitos de uma polarização discursiva, já que cria a possibilidade de muitas vozes se pronunciarem a respeito de um mesmo acontecimento sem que para isso precisem estar vinculadas a alguma verdade sobre os fatos. E, importante lembrar, tudo isso acontece dentro de ferramentas que não são neutras e possuem formas próprias de agrupar e veicular o que está sendo dito, bem como de lucrar com esse mecanismo.

Recuperando a história da internet, Machado e Miskolci (2019) observam que já havia algo de polarizado antes mesmo da emergência das redes sociais. De início, a esquerda esteve presente, fazendo uso de uma ferramenta que, até então, se apresentava como libertária – um exemplo disso é o movimento zapatista em 1998, seguido por outros usos que buscavam uma comunicação independente, caso do *Indymedia* e *Independent Media Center*. No campo das direitas, surgiria no Brasil, na segunda metade dos anos 90, o site de Olavo de Carvalho, que mais tarde criaria o *Mídia Sem Máscara*, para se defender dos e contra-atacar os veículos de esquerda. Apesar dessa dinâmica, a variedade de canais e perfis, assim como o uso recorrente de anônimos ou pseudônimos dificultava uma polarização organizada e massiva.

Com a chegada das redes sociais digitais, a audiência paulatinamente migraria de canal, com consequentes mudanças no comportamento. Sua dinâmica, de início, favoreceu a organização de grandes mobilizações políticas como a Primavera Árabe (2010) e o *Occupy Wall Street* (2011). No Brasil, foi em junho de 2013 que esse potencial se materializou, trazendo à tona o que Machado e Miskolci (2019) consideram uma “nova gramática de disputas”, tendo como elementos centrais a “privatização da política e sua inserção em uma gramática moral” (MACHADO; MISKOLCI, 2019, p. 950). Ao longo de seu aprimoramento, as redes foram incorporando outros fatores que interfeririam em seu uso: a detenção das ferramentas por um oligopólio, que as transformaria em uma fonte de dados de alto valor; a unificação de perfis e *logins* em uma mesma rede, que potencializaria a ideia de construção de um *self online*, além de causar ruídos na comunicação na medida em que mina os contextos que antes permitiam modular a comunicação de acordo com cada receptor; o uso de algoritmos que criam bolhas de interesse e modalizam interações e relações; e a possibilidade de customizar a comunicação, ocultando, bloqueando e editando o que e quem quiser, gerando uma visão de realidade editada que se estenderia para a vida *off-line*. Com isso, “comportamentos e opiniões que não seriam tolerados em relações face a face passam a se expressar gerando apoios e rejeições para se tornar consensos polarizados”

(MACHADO; MISKOLCI, 2019, p. 954). O advento das “bolhas de opinião”, como mostram os autores, reforça convicções e amplia divergências.

Junto aos efeitos de volume de repercussão e de complexidade de circulação, potencializados pelos mecanismos algorítmicos das redes, os efeitos na própria subjetividade humana são decisivos para a construção de um contexto polarizado. Os sujeitos “enredados”, condicionados a se relacionar só com quem têm interesse e a visualizar só o que querem, praticam uma forma de interagir que foi desacostumada com a diferença e que desaprendeu a lidar com a frustração, como se as ferramentas disponíveis na internet tivessem propiciado o surgimento de sujeitos infantilizados e com pouca abertura, vontade e aptidão ao diálogo. Seria impreciso e determinista dizer que as redes sociais criaram a polarização, já que a própria retomada da história da internet mostra que já existiam tendências polarizantes anteriormente, mas é possível dizer que elas “propiciaram a revelação da diferença, de ideologias, de opiniões e pensamentos antes não expressos publicamente e que, agora reconhecidos, geram substratos para conflitos” (MACHADO; MISKOLCI, 2019, p. 959).

No extremo conservador, as redes abriram caminho para que os sujeitos obscuros se revelassem. Para o filósofo Alain Badiou (2002), esses sujeitos são aqueles que, após a emergência de um acontecimento, não só o rejeitam como buscam voltar a um contexto anterior e primário, como um marco-zero fundamentalista, apoiando-se em noções religiosas ou até mesmo higienistas, como, por exemplo, a noção de raça pura defendida pelo nazismo. Como explica Prado (2018) retomando Badiou, aquilo que ficou conhecido como Jornadas de Junho constituiu o acontecimento que abriu um novo *devenir*, já que “embaralhou as coordenadas políticas do *status quo* anterior, caracterizando-se pela emergência de uma intensidade que rompe com modos de ser, sentir e viver” (PRADO, 2018, p. 4). Em um contexto pós-acontecimental, esse cenário se fechou, com o surgimento de movimentos reativos que passaram a organizar campos de disputa para dar sentido ao acontecimento, instaurando uma dinâmica polarizada. Mais adiante e com a polarização mais sedimentada, surgiriam com força os movimentos obscuros.

O sujeito obscuro, com uma subjetividade autocentrada, incentivada pela máscara do *self online*, rejeita o politicamente correto e se posiciona abertamente em uma lógica de ódio ao outro, muitas vezes estrategicamente posicionada sob a capa de veridicção – os discursos, de tão caricatos e ofensivos, passam a ser vistos por seus seguidores como verídicos, um ponto de grande valor em um contexto de corrupção generalizada como o que se viu no Brasil após a revelação de esquemas ilícitos ligados à Petrobras e a deflagração da Operação Lava Jato. Junta-se a essa suposta transparência do sujeito obscuro, a opção por uma comunicação não-mediada e informal, como a que estabelece o presidente Jair Bolsonaro,

cuja própria imagem – por vezes de bermudas e fazendo pronunciamentos do quintal de casa – obedece ao informal, ao supostamente autêntico, ao “gente como a gente”. Assim, constrói-se paulatinamente a ideia de que o mediado é manipulado e de que a imprensa, ainda que seja uma instituição crível com base em critérios antes consensuais, distorce a verdade – a verdade passa a ser “aquilo que eu digo”. Criam-se muitas verdades, pós-verdades e *fake news*, sem que seja possível criar em igual proporção as ferramentas que permitam diferenciar uma da outra. A crise das mediações e das falas autorizadas, bem como as constantes disputas narrativas por uma suposta verdade, alimenta a lógica polarizada de maneira a criar um ciclo de múltiplas versões que se enfrentam em embates antagonistas, como aqueles que selecionamos para nossa análise.

Buscando entender o problema da pós-verdade, o pesquisador Lee McIntyre (2018) aponta a negação da ciência, propagada pela indústria do tabaco nos Estados Unidos entre os anos 50 e 60 e continuada pelas petrolíferas no início dos anos 2000, como precursoras desse movimento. À época, para manter seus mercados, as corporações passaram a divulgar, em paralelo às pesquisas científicas que associavam o cigarro ao câncer e a ação humana ao aquecimento global, respectivamente, informações para causar dúvida no público com relação a esses mesmos assuntos. Uma lógica similar pode ser observada em grupos articulados dentro do bolsonarismo conhecidos popularmente como “olavistas”, em menção a Olavo de Carvalho, que questionam fatos que vão desde o formato do planeta até o próprio malefício do cigarro à saúde. Sobre o mecanismo de atuação dos articuladores dessa realidade, esclarece McIntyre: “O uso seletivo de fatos que apoiam uma posição e a completa rejeição dos fatos que não o fazem parecem ser parte e parcela na criação da realidade da pós-verdade” (MCINTYRE, 2018, p. 34, tradução nossa). A essa dinâmica, o autor soma outros fatores de ordem subjetiva dos sujeitos aderentes ao discurso. Trazendo noções da psicanálise, aponta que há uma tendência de o indivíduo, ainda que confrontado com uma verdade factual diferente de suas crenças, continuar fixado nelas, encontrando novas justificativas para explicar essa dissonância. Haveria uma identificação com o que se acredita – e, podemos dizer também, com quem diz em que se deve acreditar – a tal ponto que renunciar a isso seria abrir mão do seu “eu”. Somam-se a isso efeitos de grupo e de pertencimento que direcionam os sujeitos a determinados vieses, altamente favorecidos pelas ferramentas *online*. Dessa forma: “Em um ambiente que o partidarismo pode ser assumido e frequentemente é suficiente ‘escolher um time’ em vez de olhar a evidência, a desinformação pode ser espalhada ao aberto e a checagem dos fatos pode ser depreciada” (MCINTYRE, 2018, p. 33 e 34, tradução nossa).

Esse tipo de sujeito e essa construção discursiva que ele articula funcionam bem nas mídias digitais, já que, como observam Machado e Miskolci (2019, p. 954), “as redes sociais

operam em uma lógica de competição em que pautas coletivas ganham mais apoio quanto mais se traduzem em um repertório moral”. Isso acontece porque a construção do *self online*, esse “eu S/A” neoliberal de que falam também Pierre Dardot e Christian Laval (2016) em *A nova razão do mundo*, passa pela elaboração de “uma identidade materializável em um estilo de vida que é, também, inseparável de valores” (MACHADO; MISKOLCI, 2019, p. 954). Com isso, apontam, apesar de aparentemente coletivas, as pautas em debate passam a operar com um viés personalístico, fundadas em valores individualistas e sob uma perspectiva privatizada da política, incentivando tipos de mobilizações que passam pela vigilância alheia, criando perseguições e até linchamentos de acordo com o posicionamento de cada um perante esses temas, como aqueles que abordaremos em nossas análises. Para os autores, “quanto mais simples e baseadas em valores arraigados, as pautas tendem a angariar mais apoio, criando redes de mobilização política assentadas em uma espécie de empreendedorismo moral” (MACHADO; MISKOLCI, 2019, p. 960).

1.3 Polarização assimétrica

Na articulação à direita, um grupo heterogêneo organiza-se em torno de suas equivalências: religiosos, militares, classe média conservadora e a própria classe trabalhadora – todos articulados em torno de um discurso neoconservador (que aprofundaremos no próximo capítulo), que argumenta pelo resgate aos valores morais perdidos, que teriam levado a um cenário de gozo desmedido na política por meio da corrupção. Retomando Laclau e Mouffe, é chamada de articulação “qualquer prática que estabeleça uma relação entre elementos de tal modo que sua identidade seja modificada como resultado da prática articulatória” (LACLAU, MOUFFE, 2015, p. 178). Já esse resultado da prática articulatória consistiria no discurso em si, neste caso o que estamos chamando de discurso neoconservador – sempre observando que essa formação nunca é homogênea ou definitiva, já que outras demandas não contempladas ou as próprias diferenças internas podem desestabilizar a organização discursiva. Como pontuam os autores, é preciso “considerar a abertura do social como o fundamento constitutivo ou a ‘essência negativa’ da existência” (LACLAU, MOUFFE, 2015, p. 166).

O controle do gozo proposto por essa articulação política, que estaria relacionado aos políticos corruptos, suas malas cheias de dólares e seus apartamentos triplex na praia, assim como o controle das pulsões, faz parte da mentalidade moderna. O conceito de “gozo”, como explica Christian Dunker (2020), aparece na psicanálise com Jacques Lacan como aquilo que é uma espécie de resíduo, de excedente, do desejo, sendo sempre este desejo direcionado

a um outro e regido pela falta. Esse gozo é aquilo que move o sujeito e, ao mesmo tempo, escapa de sua apreensão, sendo uma “espécie de retomada simbolizante de algo que foi perdido” (DUNKER, 2017) e sendo obtido apenas em escala invertida com relação à “lei do desejo” e, por isso mesmo, “interditado àquele fala”, nos termos exatos da formulação lacaniana. O desejo pode ser entendido como organizador simbólico determinado pela lei, como a lei do incesto ou a lei da castração, que funciona como ponto de articulação da sexualidade em torno do “falo”, posição significativa, não objeto, nem parte do corpo, da qual o desejo se aliena e da qual ele também emerge (DUNKER, 2020). Mais à frente, a partir dos anos 1960, Lacan expande a noção de gozo também para uma dimensão ética, entendendo que a forma como se lida com o gozo não se encaixa exatamente na dinâmica entre desejo e demanda e dando origem ao “mais de gozar”. Sobre a relação desses conceitos com a sociedade moderna, Fontenelle esclarece como Freud, em *O mal-estar na civilização*, explicava a relação entre pulsões e aculturação no momento histórico da sociedade industrial e como Bauman apontava o adiamento da satisfação do gozo como preceito do “modo moderno de estar no mundo” (FONTENELLE, 2017). Essa lógica de satisfação parcial, mas nunca plena, das pulsões é o que alimenta a mentalidade capitalista e se estende a outras esferas além do consumo. Ainda dentro da psicanálise, Lacan, retomando a ideia freudiana de “supereu”, cria o conceito de “imperativo do gozo”, que seria essa busca pelo gozar. Como diz Fontenelle ao tratar da relação entre pulsões e aculturação, podemos entender que, mesmo no contexto do imperativo do gozo, existe uma dimensão cultural que impõe limites ao gozo, como explica Bauman e como observamos no discurso neoconservador, que constrói sua narrativa em torno de limitá-lo àqueles que não fazem parte da mesma comunidade moral, versando sobre temas da vida privada, enquanto o direciona à esfera do consumo.

Essa lógica libidinal que teria levado ao gozo desmedido (a corrupção) e é condenada nas questões de gênero é, por outro lado, reforçada pelo discurso bélico, de defesa do porte de armas, e pela comemoração festiva de um suposto retorno à normatividade de gênero, como pode ser observado no discurso¹ da ministra Damare Alves na ocasião de posse, em que ela chama a todos ao redor e anuncia que “menino veste azul e menina veste rosa”, seguida por aplausos e gritos comemorativos. Não se trata de pregar uma vida pudica e recatada, mas de direcionar o gozo aos assuntos de interesse do grupo político que lidera o discurso. Se incentivo ao consumo (lembrando que o neoconservadorismo anda junto do neoliberalismo), liberação de armas e menor controle da exploração ambiental, por exemplo, estão entre as propostas políticas do governo, o gozo dentro dessa temática assume outra

1 Vídeo de 03 de janeiro de 2019, disponível no Youtube : <<https://www.youtube.com/watch?v=q6X3-nXjmv4>>. Acesso em 28 jul. 2020.

conotação, controlada porém permitida. E não só o gozo como o mais-gozar. A respeito do termo, esclarece Prado, citando Juan-David Nasio:

Nasio fala de três tipos de gozo (*jouissance*): o gozo do Outro, o gozo fálico e o mais-gozar. O primeiro, gozo do Outro, é um limite jamais atingido, uma idealização do gozo a atingir, mas sempre buscada. O gozo fálico regula, a partir de um limite, a descarga de gozo. O mais-gozar é a 'energia libidinal' que passa nessa válvula fálica (PRADO, 2013, p. 38).

Já pautas que digam respeito ao “outro”, e consequentemente ameacem o “mesmo”, como visibilidade de grupos LGBTQIA+, debates de gênero ou mesmo recursos destinados à educação, são tratados pela extrema direita com medidas moralistas e de austeridade. O próprio peso, dentro da pauta da educação, na abordagem reducionista que trata professores como doutrinadores e estudantes universitários como “vagabundos”, que abusam de drogas e do dinheiro público, os “idiotas úteis”, expressão usada pelo presidente Jair Bolsonaro ao se referir aos manifestantes presentes em atos de maio de 2019 em favor da educação, dá ideia dessa articulação em torno de gozo, permitido ao “mesmo”, *versus* limite ao gozo, imposto ao “outro”. Os universitários e professores devem ser controlados, vigiados e, se possível, censurados para estabelecer esse limite que o discurso neoconservador defende que o Brasil requer. A lógica da diferença gera uma separação com aquilo que não está articulado dentro do discurso, daí decorre a própria noção de “mesmo” e “outro”, que poderia ser superada apenas com uma costura equivalencial entre os elementos da diferença. Prado e Prates (2019b), ao analisarem a lógica discursiva do Movimento Brasil Livre (MBL) durante a campanha presidencial de 2018, explicam essa cadeia significativa que se forma pelos extremistas de direita, na qual o outro é construído como inimigo, seja ele o petista, o artista ou o professor. Para o grupo, “enquanto o povo sofre, os artistas hipócritas celebram e gozam” (PRADO, PRATES, 2019b, p.4). Junto aos artistas, estão outras categorias, como os já mencionados estudantes e políticos do grupos oposto, em uma lógica em que ações que seriam triviais à classe média, como jantar numa churrascaria ou usufruir do lazer na praia ou no sítio, passam a ser intoleráveis, já que se referem a um roubo do gozo dos conservadores, que se consideram os verdadeiros “cidadãos de bem” (*ibidem*).

Também são intoleráveis, para a extrema direita, as manifestações e mesmo as aparições de sujeitos LGBTQIA+, cuja mera visibilidade já é considerada ofensiva ao sujeito obscuro. Historicamente, construiu-se um imaginário estereotipado que relaciona esses sujeitos à perversão sexual ou à hiperssexualização, como se sua existência fosse a personificação do mais-gozar. Alguns contextos contribuíram para a construção dessa imagem, como a expansão do HIV nos anos 1980, por muito tempo (e ainda hoje) associada aos gays e seu suposto comportamento ultralibidinoso, e a marginalização de pessoas

transsexuais do mercado de trabalho, fazendo com que a prostituição muitas vezes fosse a única alternativa viável. Àqueles que pregam a contenção do gozo desmedido, essas existências são incompatíveis com seu discurso e com sua própria existência. Para Prado (2018), o ódio às lutas identitárias se junta ao medo do comunismo como questões imaginárias sobrepostas aos significantes centrais do antipetismo e da luta contra a corrupção. Citando Wilson Gomes, doutor em filosofia e colunista da revista *Cult*, afirma que a esquerda identitária oferece apenas culpa, junto a um conjunto de dívidas e obrigações decorrentes dela, ao sujeito homem, hétero, cis, branco e cristão – persona declarada do conservador bolsonarista. E nada rouba mais a possibilidade de gozo do que o dever e a culpa, que podem ser entendidos como pertencentes à instância da lei, em termos da psicanálise. O argumento da militância identitária de que esse sujeito precisa perder algo, renunciar a seus privilégios, para que o “outro” possa ganhar, já que foi vítima de uma injustiça social histórica (GOMES, 2018), causa um mal-estar irremediável. Para minimizá-lo, Bolsonaro, eleito líder mítico e porta-voz do grupo, vai tratar as reivindicações identitárias como “vitimismo” (PRADO, 2018).

Ainda na avaliação de Gomes (2018) sobre a conjuntura que elegeu Bolsonaro e a guinada do discurso conservador no geral, houve uma estratégia do bolsonarismo em utilizar um elemento central do discurso identitário, a “satanização” dos grupos que oprimem essas identidades, a seu favor. O que ocorre é que as políticas identitárias se organizam de modo a identificar as opressões, diferentes a cada recorte identitário, ou seja, diferentes para quem é mulher, para quem é negro ou LGBT, a lutar pela remoção dessas opressões e, muitas vezes, a demonizar o opressor. Quanto mais categorias o indivíduo opressor preencher, mais demonizado será, sendo o homem, cis, branco, cristão e hétero aquele que lidera o *ranking* – mas, abaixo dele, muitos outros indivíduos de alguma forma caem nessa “malha fina”. Essa lógica, defende o autor, é incompatível com uma disputa eleitoral: é praticamente impossível conquistar a maioria dos votos demonizando a maioria dos eleitores. Esse discurso identitário, explica Gomes (2018), acaba funcionando bem e gerando alguma empatia em locais predispostos a essas discussões, como os ambientes acadêmico e cultural – ainda que, por vezes, mesmo nesses locais o argumento do “lugar de fala”, usado em termos absolutos e inflexíveis, acabe impossibilitando o debate –, mas na sociedade como um todo e, principalmente, para o cidadão médio brasileiro, ele funciona como uma assunção de culpa perpétua daquele que, mesmo que não esteja implicado individualmente em algum tipo de opressão, faz parte de algum grupo opressor. Em meio a esse cenário desconfortável, o bolsonarismo surge dizendo que não tem problema ser branco, que o próprio Bolsonaro nunca escravizou ninguém e que os heterossexuais também têm seus sofrimentos – a absolvição que faltava para esse sujeito médio apertar “confirma” nas urnas. Enquanto isso, a esquerda identitária, na visão do autor, segue mais preocupada em ter razão do que ter maioria, com

argumentos justificáveis, mas ineficientes para atuar no cenário político mais amplo, ou seja, para criar uma lógica equivalencial mais larga.

Retomando a análise de Wendy Brown, aquela autora observa que esses movimentos que lutam pelas “políticas identitárias” ou “políticas multiculturais” ganharam força com o declínio de alternativas possíveis ao sistema político-econômico vigente. Brown argumenta que, com o colapso das ideologias de esquerda decorrente do fracasso de suas tentativas de governo, no lugar de uma crítica à estrutura e às causas das desigualdades, estabeleceu-se uma crítica aos efeitos, centrada na ideia de identidades vitimizadas e muito focada em apenas repetir as injúrias sofridas (BROWN, 2001). Para ela, essas instituições contemporâneas baseadas na identidade também se tornam conservadoras na medida em que essencializam a noção de identidade e naturalizam o que seriam efeitos contingentes de poderes sociais historicamente específicos (*ibidem*). Esse mecanismo funciona como uma espécie de armadilha, da qual trata também Asad Haider, em seu livro *Armadilha da Identidade*, cujo prefácio à edição brasileira traz um esclarecimento de Silvio Luiz de Almeida:

A “armadilha” de que fala Haider não está em se levar em conta a identidade nas análises sobre a sociedade, mas em analisá-la como se fosse algo exterior às determinações materiais da vida social. Afastada de sua dimensão social, a identidade passa a ser, simultaneamente, ponto de partida e ponto de chegada, colocando o pensamento em um loop infinito de pura contradição. Desse modo, o debate intelectual sobre a identidade jamais ultrapassa a si mesmo (ALMEIDA in HAIDER, 2019, p. 9).

Ainda na explicação de Almeida, a armadilha acontece quando a política se reduz à afirmação de identidades e esquece que, por trás do racismo, do sexismo ou da homofobia existem estruturas políticas e econômicas que sustentam uma transformação constante de indivíduos em “negros” e “brancos”, “homens” e “mulheres”, “gays” e “heterossexuais”. Para ele, é contra o próprio processo político de constituição das subjetividades que se deve lutar (ALMEIDA in HAIDER, 2019), já que “reivindicar a inclusão na estrutura da sociedade como ela é significa se privar da possibilidade de mudança estrutural” (HAIDER, 2019, p. 48).

Tendo em vista essa explanação teórica, é preciso pontuar que, ainda que os discursos neoconservador e identitário protagonizem com frequência embates polarizados na mídia, existem diferenças essenciais entre eles que escapam da compreensão, caso formulemos esse panorama apenas como “polarização”, na lógica totalizante criticada por Laclau e Mouffe (2015). Isso porque as abordagens identitárias compõem um campo democrático, enquanto o discurso neoconservador, ao ganhar voz pela extrema direita, já parte de princípios antidemocráticos e de uma lógica de triagem que busca eliminar o diferente. Retomando as ideias de Mouffe, podemos entender que o neoconservadorismo da extrema direita é incompatível com o pluralismo democrático e instaura uma lógica polarizada que impede a

organização dos conflitos de modo a preservar o ente político. Assim, esse cenário polarizado no qual se apresentam os antagonismos midiaticizados abriga, na verdade, uma polarização assimétrica. Prado (2018) traz a explicação do sociólogo Ricardo Abramovay para demonstrar como a palavra “polarização” acaba escamoteando essa assimetria, já que comunidades epistêmicas que funcionam a partir de lógicas bem diferentes são colocadas debaixo de um mesmo guarda-chuva. Ainda sobre o caráter assimétrico, Brugnago e Chaia esclarecem que a assimetria considera que existem pólos mais à direita e mais à esquerda, mas “é preciso que as forças não tenham a mesma intensidade de radicalização” (BRUGNAGO; CHAIA; 2015, p. 109).

Nessa assimetria, podemos entender que o campo progressista se fragmentou – e este ponto acrescentamos aqui pois, na análise dos autores, é defendida a ideia de que o espectro à esquerda se fortificou, um possível entendimento na leitura à época de 2015, mas que hoje adquire outros contornos – e a direita se radicalizou, fortalecendo extremismos e adquirindo elementos de ódio. Nessa fragmentação, os grupos democráticos muitas vezes aderem à lógica polarizada e não conseguem estabelecer equivalências mais amplas entre si de modo a propor uma saída à hegemonia das novas direitas e suas dinâmicas mobilizadas pelo ódio. Brugnago e Chaia (2015) explicam também que a esquerda, tradicionalmente quem ocupava as ruas e estava habituada a se manifestar desde a ditadura militar, havia aprendido a duras penas que a radicalização só levaria o movimento a ser repreendido e desmantelado, por isso não adotou esse comportamento – além do fato de que demorou para entender o movimento que começou em 2013 e a se posicionar com relação a ele. Enquanto isso, a direita, que não tinha um histórico de ir para as ruas, tomou gosto pelo poder de fazê-lo e foi, progressivamente, caminhando para um extremismo, na medida em que rejeitava em absoluto ideias diferentes daquelas que defendia – o que gerou, inclusive, diversos embates dentro dos protestos. Para os autores, é preciso, ainda, entender a polarização como um movimento em que os pólos se repelem ou atraem em suas ideologias e não como uma diferença estática em torno de uma dualidade. Nesse movimento, pode-se entender que a direita se distanciou mais de uma centralidade dos pólos, radicalizando-se em termos antidemocráticos.

Além disso, é preciso considerar a grande contribuição dos movimentos, hoje chamados de modo generalizante de identitários, para os avanços políticos e sociais, já que eles desestabilizam as contradições existentes na própria militância democrática, apontando seus pontos cegos e reivindicando coerência. Haider defende isso, ponderando, dentro do contexto do antirracismo nos Estados Unidos, como a noção de identidade dentro das lutas políticas não nasceu como um elemento antirrevolucionário. Pelo contrário, exemplifica como o coletivo *Combahee River*, formado por militantes socialistas negras e lésbicas, contribuiu com a crítica política apontando racismo e sexismo presentes na própria esquerda, com a intenção muito

mais de desestabilizar as identidades e demonstrar a complexidade da vida social do que de fazer da identidade seu único foco. O problema é, portanto, partir de noções essencialistas e liberais de identidade, que restringem a luta a demandas individualizantes como “empoderamento”, a reivindicações por visibilidade ou representatividade sem que se mude as condições concretas de vida dos sujeitos envolvidos, à reafirmação das diferenças e à perseguição dos opressores. Aprofundaremos essa perspectiva identitária no capítulo a seguir.

Capítulo 2

2 Os discursos sobre gênero

Olhar para a polarização política a partir do recorte das pautas de gênero permite identificar mecanismos específicos que operam nessa temática e que são sintomas de processos antidemocráticos. É importante observar, como aponta Biroli (2020), que as reações contra o gênero são características de processos de erosão das democracias que ocorrem em países como Polônia, Hungria, Filipinas, Estados Unidos, Brasil, Peru e Paraguai, já que “comprometem valores e requisitos institucionais fundamentais como pluralidade, laicidade, proteção a minorias, direito à livre expressão e à oposição” (BIROLI, 2020, p. 137), além de legitimarem lideranças autoritárias, como é o caso de Jair Bolsonaro. Assim, da mesma forma que defende a autora, entendemos que examinar a temática é mais do que olhar para gênero e sexualidade como questões específicas e implica em elucidar os entrelaçamentos do tema com os limites da democracia e da cidadania, tendo em vista que “estão em risco os fundamentos da agenda da igualdade de gênero, em conjunto com os fundamentos da democracia e do Estado de direito” (*ibidem*).

Para tratar dos discursos que operam neste recorte, adotaremos o conceito de “gênero” na perspectiva de Judith Butler, em seu *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade* (2018), que depois foi aprofundado em *Corpos que importam: os limites discursivos do “sexo”* (2019). Esse esclarecimento é necessário para diferenciar o termo daquilo que aparece no senso comum, no qual fala-se em sexo, gênero e orientação sexual, sendo o primeiro relacionado a condições biológicas, em uma dimensão natural, o segundo ligado a uma dimensão cultural, àquilo que é construído sobre um sexo natural, e o terceiro, uma dimensão que considera a quem se destina o desejo afetivo ou sexual. Para Butler, não existe essa divisão: falar em gênero é também falar em sexo e sexualidade porque todos são igualmente construções performativas e discursivas que ocorrem em uma lógica causal em que sexo, gênero e orientação sexual são direcionados por uma matriz normativa heterossexual. A autora recorre a Michel Foucault para desconstruir a ideia do sexo como natural, relacionado diretamente a uma configuração do corpo, explicando que a categoria sexo é, desde o início, normativa: “é o que Foucault chamou de “ideal regulatório” (BUTLER, 2019, p.15).

Nesse sentido, “sexo” não só funciona como norma, mas também é parte de uma prática regulatória que produz os corpos que governa” (BUTLER, 2019, p. 15). Assim, a ideia de performatividade, que Butler emprega para explicar tanto “sexo” quanto “gênero”, não é um ato individual ou deliberado, mas sim “uma prática reiterativa e citacional por meio da qual

o discurso produz os efeitos daquilo que nomeia” (BUTLER, 2019, p. 16). Com isso, Butler propõe que se pense a materialidade do corpo como um efeito do poder e não como causa de instituições, discursos e práticas (SALIH, 2018), o que elimina a ideia de que o gênero seria uma construção imposta sobre a matéria, já que a noção de sexo, entendida em sua normatividade, implica que a materialidade do corpo seja pensada juntamente à materialização de uma norma regulatória (BUTLER, 2019). Assim, usaremos “discursos sobre gênero” para fazer referência àqueles que tratam dessa dimensão normativa e das disputas narrativas construídas sobre ela.

As redes sociais são um terreno fértil para explorar essa temática porque os acontecimentos que dizem respeito ao recorte de gênero tendem a gerar alto grau de engajamento *online*, resultando em embates polarizados, graças a seu teor moralizante, que funciona muito bem na lógica das redes digitais, como descrito no capítulo anterior, e à sua capacidade de mobilizar passionalmente os sujeitos envolvidos. A isso se deve a escolha da pesquisa em analisar os antagonismos mediatizados dentro do recorte das redes sociais, mapeando sua circulação discursiva, mas com enfoque no embate no Twitter. Para dar fundamento a essa análise de que trataremos no próximo capítulo, primeiro faremos um mapeamento dos discursos que circulam com mais força no campo discursivo quando tratamos do recorte de gênero. Assim, ao examinar os antagonismos que sustentam esses embates, procuraremos entender como eles ativam significantes-chave de certos discursos majoritários dentro do recorte de gênero: o identitarismo liberal, que se vincula a uma noção essencializante de identidade, e o discurso neoconservador. Com relação a este último, verificaremos como é operacionalizado pela extrema direita e pautado por noções fundamentalistas e higienistas, operadas pelo princípio da triagem, que encontramos na semiótica tensiva. Sobre esta, Prado e Prates (2019a) explicam:

A semiótica tensiva se desloca da narrativa entendida como centro de racionalidade para um campo de presença em que no centro está um corpo que sente e vibra, ou seja, um sujeito perceptivo. As percepções desse sujeito podem ser investigadas a partir de dois eixos: da intensidade e da extensidade, ou seja, das valências afetivas (intensivas, carregadas de mais ou menos tonicidade) e das valências extensivas (ligadas ao espaço e ao tempo, no espalhamento das vibrações nesse campo de presença) (PRADO; PRATES, 2019a, p. 6).

Em sua análise sobre os discursos de direita, Prado e Prates (2019b) trazem um esclarecimento de Alexandre Bueno (2015) sobre *Tensão e Significação*, de Fontanille e Zilberberg (2001), apontando que, em um eixo semiótico que cruza intensividade com extensividade, a combinação resultante pode gerar um regime participativo, expresso pela correlação conversiva, em que predomina a mistura, ou um regime exclusivo, manifesto pela

correlação inversa, em que predomina a triagem. Assim, observando um gráfico tensivo, é possível notar como, de um lado, “a triagem tende a separar, a purificar o conjunto, tirando ou acrescentando elementos de modo a torná-lo exclusivo [...], enquanto de outro a mistura tende a incluir elementos no conjunto” (PRADO; PRATES, 2019a, p. 7). Podemos aproximar as lógicas da triagem e da mistura daquelas operacionalizadas pela extrema direita e por movimentos progressistas, respectivamente. Discorreremos mais sobre cada discurso nos tópicos que seguem.

2.1 Identitarismo liberal e essencialização da identidade

Pensar a identidade como uma dimensão essencial do sujeito, em perspectiva ontológica e daquilo que lhe seria “natural”, é diferente de pensá-la como processo, como construção discursiva contingente e instável. Essa diferença, mais do que mera distinção teórica, traz implicações com relação à profundidade do debate que se pode estabelecer partindo de uma ou outra concepção e requer um olhar atento aos pressupostos assumidos ao fazer essa escolha. Como explica Christine Greiner (2017),

Há uma distinção entre pensar corpo, imagem, realidade, eu e o outro como coisas substantivas ou como processos. Pensar processualmente implica em pensar algo enquanto está se produzindo. Autores como William James e Gilbert Simondon, em lugares e épocas distintas, afirmaram que aquilo que existe não se refere a coisas feitas, mas a coisas se fazendo – sejam estas coisas corpos, indivíduos, imagens ou ideias. As ideias são produzidas na mente e, ao mesmo tempo, a mente é produzida através delas em um *continuum* entre corpo e ambiente. O mesmo se passa com as imagens. Não são coisas dadas *a priori*, nem existem lugares/recipientes para abrigá-las. Realidades são sempre fluxos. (GREINER, 2017, p. 41)

Essa diferenciação do que é “substantivo” e do que é “processo” é uma chave de leitura com a qual seguiremos para analisar gênero em um campo progressista. Partiremos dela para examinar como se articulam os discursos que essencializam a identidade e quais as consequências desse fenômeno. Pensaremos essa questão a partir dos já citados conceitos sobre os quais Butler (2018) discorre ao problematizar a mulher como sujeito do feminismo e ao pensar gênero como construção performativa, rejeitando a ideia de que há uma “identidade de gênero” que motiva as expressões de gênero. Conforme explicação anterior, para Butler (2018), a performatividade de gênero é uma prática reiterada que não necessariamente parte da vontade daquele que a executa. É como se o sujeito, ao nascer e ser designado sob determinado sexo/gênero, entrasse em uma engrenagem já em andamento que estabelece uma maneira de ser de acordo com a normatividade de gênero (sempre orientada por uma matriz heterossexual). Ao praticar e repetir constantemente o *script*, perpetua-se determinada

concepção de gênero – sem excluir a possibilidade de agência do sujeito que, ao tomar consciência, subverte as noções de gênero de dentro do próprio sistema. Butler, ao falar em “ideal regulatório”, defende que os sistemas jurídicos de poder produzem os sujeitos que passam a representar e que esses sujeitos têm “traços de gênero determinados em conformidade com um eixo diferencial de dominação” (BUTLER, 2018, p. 19). Diante disso, quais seriam as possibilidades emancipatórias das “mulheres” quando apelam de forma acrítica a esse mesmo sistema? Butler não hesita em dizer que seria uma luta fadada ao fracasso. Em alternativa, defende que a “crítica feminista também deve compreender como a categoria das ‘mulheres’, o sujeito do feminismo, é produzida e reprimida pelas mesmas estruturas de poder por intermédio das quais se busca a emancipação” (BUTLER, 2018, p. 20).

Para Butler (2018), também não se trata de pensar em “identidade” como algo separado ou anterior ao debate da “identidade de gênero” porque “as ‘pessoas’ só se tornam inteligíveis ao adquirir seu gênero em conformidade com padrões reconhecíveis de inteligibilidade de gênero” (BUTLER, 2018, p. 42). Para ela, a identidade seria um ideal normativo e noções como “coerência” e “continuidade”, mais do que características intrínsecas à condição de pessoa, são normas socialmente instituídas e mantidas. Assim, pensando que a identidade é assegurada por normatividades e “conceitos estabilizadores de sexo, gênero e sexualidade”, a própria noção de pessoa pode ser contestada pelo confronto com seres que não se conformam à normatividade de gênero e à inteligibilidade cultural (BUTLER, 2018). Ainda em diálogo com Foucault (2018), a autora nos lembra que uma “verdade sobre o sexo” foi produzida discursivamente por práticas reguladoras, incitando a produção de identidades coerentes por meio de uma matriz de normas de gênero coerentes. Neste ponto, é preciso lembrar que Foucault (2018) rejeita a hipótese repressiva, ou seja, a ideia de que a sexualidade foi algo reprimido historicamente, para pesquisar como a sexualidade foi inserida no discurso de modo a ser uma questão-chave na vida dos sujeitos. Tal inserção teve início com as práticas de confissão incitadas pela Igreja Católica a partir do século XVI e foi aprimorada com o avanço do discurso médico e com a patologização das sexualidades desviantes. No decorrer do tempo, instituições se alternaram para dizer a “verdade sobre o sexo” e cobrar dos sujeitos que prestassem contas de sua sexualidade. Por abordarem a temática por uma perspectiva de proibição, criava-se a ideia de que a sexualidade era reprimida ao mesmo tempo em que ela era incentivada discursivamente, em um mecanismo perverso que não só mascarava sua atuação real, mas também impulsionava que movimentos de oposição atuassem justamente como esperavam os dispositivos: vindo a público prestar contas da sexualidade.

Com o avanço das lutas feministas nas últimas décadas, o movimento passou a ter um papel central quando se pensa em movimentos progressistas de gênero. Entretanto, muitos discursos que partem do gênero ainda apresentam contradições, como o problema político, apontado por Butler (2018), que o feminismo encontra na suposição de que o termo “mulheres” denote uma identidade comum, enfrentando um inimigo único e comum. Para aprofundar o debate, a ideia da autora é que se fuja da essencialização e que a crítica feminista possa explorar “afirmações totalizantes da economia significativa masculinista” (BUTLER, 2018, p. 37) sem deixar de ser autocrítica com relação aos gestos totalizantes do próprio feminismo, já que “o esforço de identificar o inimigo como singular em sua forma é um discurso invertido que mimetiza acriticamente a estratégia do opressor, em vez de oferecer um conjunto diferente de termos” (*ibidem*). Perspectivas interseccionais e do feminismo negro buscam desestabilizar categorias como a da mulher, enquanto outras abordagens ligadas a uma perspectiva liberal ainda partem dela como pré-requisito, mobilizando abordagens reformistas e de acesso seletivo. No geral, as diferentes abordagens são tidas como o que ficou conhecido no senso comum como “pautas identitárias” ou “políticas identitárias”, ou seja, argumentos que apontam para a identidade dos sujeitos para pleitear direitos ou apontar opressões.

Como introduzido no capítulo anterior, os movimentos identitários ganharam força no campo político das esquerdas a partir dos anos 1960, em um momento em que a consolidação do capitalismo e sua reinvenção e perpetuação diante das crises impedia que se enxergasse possibilidades de romper com o sistema. Como explica Haider (2019), a ideia de identidade como ponto de partida para repensar desigualdades, opressões e incoerências, tanto dentro do sistema quanto na oposição, não é em si um problema e não nasce com um caráter antirrevolucionário, ou seja, o olhar para gênero, sexualidade ou raça não é uma pauta menor dentro dos campos progressistas, como determinadas alas da esquerda afirmam, alegando que a abordagem divide a luta, e tampouco é uma abordagem reformista. Pelo contrário, a observação de recortes que atravessam um grupo como os trabalhadores, por exemplo, evidenciou que havia determinadas opressões a que homens ou mulheres negros trabalhadores estavam submetidos que não eram as mesmas e que também se diferenciavam daquelas que homens ou mulheres brancas enfrentavam – fora o questionamento necessário de quem está incluído no grupo “trabalhador”, que, em si, também é um recorte, já que trabalhos domésticos e de cuidado, que suportam o trabalhador “formal” não são considerados trabalhos e são, quando são, sub-remunerados. Racismo, sexismo, machismo e LGBTfobia são alguns dos imaginários que operam opressões diferentes para indivíduos diferentes. O termo “interseccionalidade” foi cunhado para destrinchar teórica e metodologicamente esses atravessamentos de sistemas opressivos de acordo com

identidades coletivas. Ele foi proposto em 1989, como aponta Carla Akotirene em *Interseccionalidade* (2019), por Kimberlé Crenshaw (1989) para discutir a situação de mulheres negras e as opressões específicas às quais estavam submetidas, já que, como explica Djamila Ribeiro em seu livro *O que é lugar de fala?* (2017), a mulher negra pode ser entendida como o outro do outro, em referência à ideia de Simone de Beauvoir de que a mulher (branca) é o outro do homem. Por muito tempo, a luta antirracista se recusou a enxergar as particularidades das mulheres sob argumento de fragmentação, enquanto a luta feminista tornou invisível o recorte racial, voltando suas demandas àquelas específicas das mulheres brancas, como direito ao voto ou ao trabalho fora de casa. A interseccionalidade veio debater a importância desses recortes enquanto indicadores de exclusões implícitas nessas demandas e, como explica Akotirene, não implica em uma redução da luta à afirmação identitária:

[...] a interseccionalidade impede reducionismos da política da identidade – elucida as articulações das estruturas modernas coloniais que tornam a identidade vulnerável, investigando contextos de colisões e fluxos entre estruturas, frequência e tipos de discriminação interseccionais. (AKOTIRENE, 2019, p. 59)

A autora brasileira esclarece que a proposição de Crenshaw foi justamente desessencializar a identidade, sem deixar de explicar as estruturas que se baseiam nela para produzir contextos aprimorados de exclusão política, silenciamento e discriminação. Assim, mais uma vez, observa-se que o debate da identidade nasceu justamente para desestabilizar a noção de identidade e não para reafirmá-la como seu objetivo último.

Sobre esse debate, a pesquisadora Sabrina Fernandes (2018), doutora em sociologia e criadora do canal *Tese Onze* no *Youtube*, no qual discute pautas políticas sob a ótica do marxismo, elucida em seu vídeo sobre identitarismo os problemas dessa abordagem para o campo das esquerdas. Primeiramente, Fernandes propõe a diferenciação entre identitarismo e movimentos que se baseiam na identidade. Enquanto os movimentos que usam a noção de identidade buscam algum tipo de igualdade social, seja pelo reconhecimento das diferenças ou semelhanças, com a possibilidade de apontar contradições mesmo em movimentos progressistas, o identitarismo, especialmente em sua versão liberal, usa a identidade como meio e fim, fazendo com que a luta política se restrinja a isso. Fernandes se baseia nos estudos de Wendy Brown, em sua obra *States of injury: power and freedom in late modernity* (1995), na qual a autora estadunidense defende que essas *identity politics* se baseiam no sofrimento como uma espécie de virtude que cria um certo tipo de pertencimento àquele grupo oprimido. Assim, reafirma-se a ideia de uma identidade que cria vínculos internos com base no compartilhamento de determinado sofrimento, no lugar de pleitear o fim da opressão. A

partir desse panorama, podemos distinguir os movimentos que Fernandes propõe chamar de “antiopressão”, que no senso comum são muitas vezes também chamados de “identitários”, dos movimentos pautados em um identitarismo liberal e numa noção essencializante de identidade, objeto de crítica de socióloga e sobre os quais nos aprofundaremos neste texto.

Cinzia Arruzza, Tithi Bhattacharya e Nancy Fraser, em *Feminismo para os 99%: um manifesto* (2019), defendem que o feminismo liberal, que compõe o identitarismo liberal de que tratamos, mais do que apresentar uma solução às questões de gênero, seria parte do problema. Na medida em que se centra em questões do Norte Global, especialmente ligadas a temas gerenciais e profissionais, ele se dedica a propagar uma visão de igualdade baseada no mercado, incorporando uma espécie de entusiasmo corporativo com a diversidade que não está de fato comprometido a olhar para as diferenças e desigualdades. Para elas, esse feminismo do “faça acontecer”, intrinsecamente conectado com a racionalidade neoliberal, não considera as questões de classe e incentiva justamente que as mulheres privilegiadas se apoiem em outras mulheres, muitas imigrantes e mal remuneradas, para fazer o trabalho doméstico e de cuidado, em uma espécie de “terceirização da opressão” (ARUZZA; BHATTACHARYA; FRASER, 2019, p. 38). Isso vincula a causa feminista a elitismo e a individualismo e, ao abraçar a ideia de avanço individual, confunde feminismo com ascensão social de mulheres enquanto indivíduos.

Pensando no tipo de argumentação que esse identitarismo liberal desenvolve, Fernandes (2018) defende que, uma vez que as lutas identitárias se organizem em torno de pleitear representatividade e visibilidade, em muitos casos perde-se o horizonte emancipatório. Primeiramente, porque esses termos, usados em um contexto neoliberal, resultam na inclusão de algumas pessoas negras, mulheres ou LGBTQs, por exemplo, dentro do sistema masculinista, branco e cisheterossexual, mas não em uma mudança no sistema. Em segundo lugar, a autora referencia Silvio Almeida, em seu livro *O que é racismo estrutural* (2018), para lembrar que não se pode confundir representatividade com poder e que essa “representatividade simbólica” só tem real importância se servir a projetos coletivos que desestabilizem a ordem vigente.

Para exemplificar esse discurso que reivindica um olhar crítico em relação à diversidade, mas de maneira centrada na representatividade e na visibilidade, podemos observar a página *Quebrando o tabu*, que tem 10 milhões de seguidores no Facebook, 5 milhões no Instagram e 2 milhões no Twitter e que tem em seu texto descritivo: “Por um mundo mais bem informado e menos careta”. No dia 28 de junho de 2020, Dia do Orgulho LGBTQ, data comemorada mundialmente em homenagem à Revolta de Stonewall, que aconteceu no mesmo dia em 1969, a referida página no Facebook fez 17 postagens, das quais 8 faziam

referência ao “orgulho LGBT” e apenas 2 traziam algum tipo de informação sem necessariamente propor alguma reflexão crítica sobre o tema. Em um dos *posts* da data, a página compartilhou fotos dos prédios do Congresso Nacional com as cores do arco-íris projetadas juntamente à palavra “orgulho”. No texto, defende-se que o ato pacífico é muito importante no país que mais mata LGBTs no mundo e traz-se a autoria do projeto, que é do coletivo Brasília Orgulho, composto, entre outros, pelo deputado David Miranda e o senador Fabiano Contarato. A página não problematiza as contradições de uma conjuntura política que se mostra predominantemente conservadora ao longo do ano, mas que permite que, no Dia do Orgulho, seja feita uma projeção da bandeira LGBT em Brasília, ato que remete a uma visibilidade simbólica, vazia de materialidade, já que não propõe nenhuma mudança concreta na vida dessa população ameaçada pelos números da violência. A página não questiona também quais as possibilidades de atuação desses congressistas pró-LGBTs dentro de um congresso em que a Bancada Evangélica, que se posiciona abertamente contra o debate de gênero, cresce em número de representantes. Além disso, fica fora das publicações da página o debate da temática para além do reconhecimento institucional de sujeitos não-normativos, um debate que poderia levar ao questionamento das próprias instituições.



Figura 1 – Post da página *Quebrando o Tabu* no Facebook no Dia do Orgulho LGBT.

Entre os outros sete *posts* da data, estão: três imagens que mencionam o tema em linguagem memética, explicando o que é bissexualidade e falando contra o preconceito; um vídeo de uma conversa entre dois meninos gays, levantando um questionamento sobre os esterótipos ligados ao homem gay e introduzindo o conceito de “passabilidade”, que diz respeito ao sujeito LGBT que aparenta ter um gênero ou uma sexualidade normativa (no caso,

cis e heterossexual), sem entrar na própria questão da normatividade, da performatividade ou dos padrões inteligíveis de gênero que proporcionam uma vantagem a quem se aproxima deles; duas notícias que tratam de medidas progressistas de outros países com relação ao tema – em Cuba, pela primeira vez foi reconhecida em certidão uma criança com 2 mães, enquanto na Escócia, em 2021, será ensinada a história do movimento LGBT nas escolas –; e um vídeo da marca Havaianas que narra a importância do orgulho, mesmo em meio à pandemia de Covid-19 e sem a possibilidade de uma Parada LGBT nas ruas, e ao mesmo tempo mostra o novo produto da marca, que contém as cores do movimento, ao qual a página faz um elogio sem questionar as consequências da apropriação da pauta pelo mercado.

Esta última publicação pontua que 7% do lucro do produto concebido em homenagem ao Dia do Orgulho, uma sandália com as cores do arco-íris, será revertido para a ONG *All Out* de proteção aos direitos de sujeitos LGBTs, mas, para análise do impacto real dessa ação, é preciso considerar que o lucro líquido² da empresa Alpargatas, detentora da marca Havaianas, foi de 26,4 milhões no primeiro trimestre de 2020. Assim, 7% de um de seus produtos, sazonal e cujo nicho de venda é bastante segmentado, de uma de suas marcas, não deve chegar a representar 1% no lucro da empresa, podendo ser interpretado como uma estratégia de marketing. As ações de marketing ligadas ao movimento LGBT são muito comuns no mês de junho, considerado mês do orgulho LGBT, e entidades sociais ligadas à causa, como a Casa 1, centro de cultura e acolhimento de sujeitos LGBTs em condição de vulnerabilidade, já expuseram³ que arrecadam mais nesse mês porque têm a possibilidade de receber a verba destinada a marketing nas empresas e não só a destinada a projetos sociais, sempre muito baixa em relação aos demais investimentos. É certo que, para organizações como as citadas acima, que se destinam voluntariamente a lutar em prol de sujeitos marginalizados, esse aporte financeiro é considerável e fundamental para a manutenção do seu trabalho. Mas, faz-se necessário, para uma mudança efetiva no cenário de marginalização e violência desses grupos não-normativos, o questionamento desse sistema que relega a ONGs a responsabilidade por lutar por essas pessoas, fazendo uma espécie de compensação extremamente desproporcional dos problemas que esse próprio sistema causou, além de ocuparem uma função que deveria ser do Estado. A Alpargatas é parte do sistema capitalista e depende dele para seguir gerando lucro – lucro gerado com base na subalternização de sujeitos como aqueles com quem ela diz se solidarizar. A estrutura heteronormativa e neoliberal tem como condição de funcionamento a produção de sujeitos

² Lucro líquido retirado de matéria do portal Valor Econômico, disponível em: <<https://valor.globo.com/empresas/noticia/2020/05/05/lucro-da-alpargatas-cai-50percent-no-primeiro-trimestre.ghml>>. Acesso em: 29. jun. 2020.

³ Informação obtida pela autora em palestra proferida pela Casa 1 em evento de formação de voluntários, realizado em 07 jul. 2019.

precarizados. Mas, para parecer aos consumidores, que muitas vezes são esses próprios sujeitos, que não compactuam com a opressão, as empresas destinam uma porcentagem ínfima de seus lucros para entidades que, sob condições de constante falta de verba, permanentemente procuram reabilitar esses sujeitos a uma vida digna.



Figura 2 - Post da página *Quebrando o Tabu* com novo produto da marca Havaianas.

Haider (2019) nos lembra que Butler, ao falar de identidade, também relaciona o conceito com a racionalidade liberal, entendendo que ela é formada dentro das formações políticas atuais em relação a requisitos do Estado liberal. Esse Estado requer a noção de identidade individual porque “a afirmação de direitos e a reivindicação de benefícios só podem ser feitas com base em uma identidade singular lesada” (BUTLER, 1997, p. 100 apud HAIDER, 2019, p. 35). Assim, Butler conclui que isso que entendemos por política identitária é justamente produção de um Estado que “só pode dar reconhecimento e direitos a sujeitos totalizados pela particularidade que constitui seu *status* de demandante” (*ibidem*). Sob essa perspectiva, como condição da política liberal e, mais especificamente, como parte da racionalidade neoliberal, as identidades são cada vez mais generalizantes e reducionistas.

Uma alternativa para pensar mobilizações contra opressões de gênero fora das reafirmações identitárias pode ser acionada pela noção de *queer*. O *queer* não é identitário, é o desviante, incluindo tudo aquilo que não se encaixa ou não pode se dizer normativo. O termo se define pelo negativo, por aquilo que ele não é, sendo incompatível com a lógica essencializante. Guacira Lopes Louro (2018) define *queer* tanto como o sujeito de uma

sexualidade desviante, quanto tudo que é estranho, raro e esquisito ou todo excêntrico que não queira ser integrado ou tolerado pelo sistema. Também defende que pode ser uma maneira “de pensar e de ser que não aspira o centro nem o quer como referência; um jeito de pensar e de ser que desafia as normas regulatórias da sociedade, que assume o desconforto da ambiguidade, do ‘entre lugares’, do indecível” (LOURO, 2018, p. 8). A autora propõe pensar esses sujeitos como aqueles que estão na travessia, sem necessariamente almejam concluí-la. Podem ser aqueles que “atravessam fronteiras ou adiam o momento de cruzá-las” (LOURO, 2018, p. 19), sendo que muitos, de alguma maneira, acabam ainda referidos à “via mestra”, mesmo pretendendo recusá-la, como aqueles que, neste estudo, apontamos partirem de paradigmas essencializantes. Para ela, “sua recusa nem sempre é crítica, contundente ou subversiva; por caminhos transversos, sua recusa pode acabar reforçando as mesmas regras e normas que pretendeu negar” (LOURO, 2018, p. 19).

Trabalhar com a ideia de *queer* em sua radicalidade é mais do que uma proposição teórica e requer repensar a condução das lutas políticas sobre a temática de gênero que se dão por vias afirmativas. Jack Halberstam, diretor do Instituto de Pesquisa sobre Mulheres, Gênero e Sexualidade da Universidade de Columbia, em seu livro *A arte queer do fracasso* (2020), defende que os estudos *queer* “nos oferecem um método para imaginar, não algum tipo de fantasia de um outro lugar, mas alternativas existentes para sistemas hegemônicos” (HALBERSTAM, 2020, p. 133), possibilitando também construir um tipo de racionalidade que não se associe aos ideais capitalistas de lucro e sucesso ou de “vencer na vida”, mas opere pela desconstrução ou pelo fracasso – argumento que o autor desenvolve ao longo da obra. A essa possibilidade contra-hegemônica, Halberstam (2020) associa uma política feminista que parte “não do ser ou tornar-se mulher, mas de uma recusa de ser ou tornar-se mulher, como ela foi definida e imaginada dentro da filosofia ocidental” (HALBERSTAM, 2020, p. 172). Buscando outros feminismos que ofereçam uma referência alternativa, o autor cita feministas pós-coloniais e não ocidentais como Gayatri Spivak (2010) e Saba Mahmood (2005), que advogam por uma elaboração intelectual que não requeira conhecer o Outro ou sacrificar o Outro em nome da sua própria teoria. A crítica é direcionada ao feminismo ocidental e majoritariamente branco, que precisa construir um Outro vitimizado e subalterno para construir a si mesmo como herói. Assim, mulheres negras ou islâmicas, por exemplo, deixariam de ser as vítimas pelas quais o soberano feminismo ocidental advoga. Assim como as autoras, Halberstam propõe que as feministas se recusem a fazer uso das formatações vigentes e a pleitear liberdade em termos liberais para se expressarem “em termos de retirada, recusa, passividade, inadequar-se, deixar de ser. Isso poderia ser denominado de feminismo antissocial, uma forma de feminismo que se preocupa com a negatividade e com a negação” (HALBERSTAM, 2020, p. 179).

Aquilo que elaboramos como *queer* se assemelha ao que Pascal Gielen (2020) pensa como “política da ambiguidade”. O autor argumenta que a política identitária tem um lado contraprodutivo em encontrar soluções para a crise em que nos encontramos – que inclui, na verdade, diversas crises (econômicas, políticas e ecológicas), naquilo que Gramsci elabora como o processo de morte do velho, enquanto o novo ainda não foi inventado e não pode nascer. Apesar de reconhecer que existe um poder nas políticas identitárias na medida em que geram energia para ação política, Gielen argumenta que a ideia de uma afirmação identitária, que sempre requer um outro para se definir em relação, muitas vezes elencando atributos negativos para construir para si uma imagem positiva, não dá conta de ir além e propor um projeto alternativo à crise. Ele observa que, considerando esse caráter relacional, ainda que uma identidade defina um Outro negativamente, essa referência sempre fica ancorada nessa mesma identidade: “aquilo que não queremos ser já é, paradoxalmente, sempre parte de nós mesmos, não importa o quão duramente tentemos reprimi-lo” (GIELEN, 2020, p. 7, tradução nossa). Assim, o autor defende que a ambiguidade é a nossa verdadeira “natureza”. Isso não significa, pondera Gielen, que seja simples aplicar essa ideia de ambiguidade na prática política, já que muitas vezes há momentos em que uma distinção entre “nós” e “eles” assume uma forma essencialista e a ambiguidade acaba por ser suprimida em prol de traçar uma linha que separe os sujeitos – esse é um processo que deriva da dimensão conflituosa do político, já tratada por Mouffe (2015). Da mesma forma, as políticas identitárias, ao pleitearem direitos e apontarem desigualdades, em alguma medida acabam recorrendo a características essenciais, o que significa que “todas as lutas emancipatórias sempre correm o risco de causar um reflexo conservador” (GIELEN, 2020, p. 9, tradução nossa). O importante, para o autor, é olhar para o momento em que esse reflexo ocorre, como o nosso atual, no qual “aqueles que lutam pela emancipação começam a se comportar da mesma exata maneira que o inimigo contra quem eles lutam” (*ibidem*, tradução nossa), para entender quais seriam outros caminhos possíveis.

Gielen (2020) retoma a ideia de crise orgânica em Gramsci (1992), para pensar o fato de que conseguimos compreender e teorizar sobre a ambiguidade, mas ainda não sabemos como lidar com isso, como propor uma abordagem alternativa – um dos motivos pelos quais as questões identitárias são tão polêmicas, geram controvérsias, como aquelas que selecionamos para este estudo, e têm ainda poucas respostas. Em parte isso pode se dever à repressão dos representantes do antigo sistema a essas novas articulações, o que explica a razão de esses movimentos sociais acabarem se acomodando em uma perspectiva conservadora. O fato é que o neoliberalismo, enquanto sistema vigente, consegue entregar muito pouco sobre saídas à crise, o que nos leva, novamente, a nos defrontarmos com a incerteza e a ambiguidade. Apesar de isso resultar em diversos “sintomas mórbidos”, para

citar Gramsci (1992), a incerteza compartilhada é um terreno fértil para que diferentes sujeitos possam estabelecer uma conexão entre si. Assim, no “subsolo” da crise, impensáveis possibilidades de ação podem ser tecidas, nas quais as “identidades transmutam ou mesmo permanecem totalmente abertas” (GIELEN, 2020, p. 11, tradução nossa). Nesse momento, o autor sugere que olhar para a arte e para as performances artísticas pode indicar um caminho para lidar com as ambiguidades, já que ser ambíguo costuma ser atributo positivo quando dirigido a artistas (basta pensar nas críticas negativas quando as obras se apresentam como óbvias ou muito evidentes), em oposição à conotação negativa que adquire na política.

Gielen cita a performance do artista Erdem Gündüz, que, após o presidente conservador da Turquia, Erdogan, proibir protestos, se posicionou sozinho e sem nenhum cartaz em frente a um centro cultural demolido. A ação continha uma ambiguidade porque nem os passantes nem a polícia conseguiam distinguir se aquilo era uma ação política ou um ato individual aleatório e o artista conseguiu permanecer até o momento em que apoiadores decidiram se agrupar próximo a ele, ou seja, o ato durou enquanto sua identidade permaneceu fluida. Naquele momento, explica Gielen, ele não era um artista ou um ativista ou um “lunático”, mas tudo ao mesmo tempo ou nada disso. Essa abordagem se assemelha àquilo que pensamos como *queer*, que foge da identidade para se posicionar na sua fronteira, em um contínuo “entre”. Como nos lembra Guacira Lopes Louro (2018), “a teoria queer permite pensar a ambiguidade, a multiplicidade e a fluidez das identidades sexuais e de gênero, mas, além disso, também sugere novas formas de pensar a cultura, o conhecimento, o poder e a educação” (LOURO, 2018, p. 44). Gielen entende que a ação do artista ilustra o que poderia ser uma política da ambiguidade, já que “contrasta com a seriedade de ativistas que gradualmente entrincheiram-se em suas causas, em seus direitos e em sua identidade” (GIELEN, 2020, p. 13, tradução nossa). Gündüz se recusou a falar ou se identificar, o que garantiu que sua identidade permanecesse variável e que sua ação pudesse seguir ativando reflexões, enquanto gerava curiosidade e mantinha certa eroticidade. O autor argumenta que, enquanto as políticas identitárias frequentemente causam repulsa nas pessoas por continuamente “baterem” em algo, a ambiguidade gera interesse e seduz ao causar confusão, ao tirar as pessoas da previsibilidade das suas rotinas. A política da ambiguidade, explica Gielen, é aquilo que se satisfaz com o fato de que o mundo é cheio de pontas soltas – característica que a assemelha do que Halberstam (2020) aborda pela via do fracasso, da falha. No lugar de rapidamente buscar resolver essas pendências, a ideia é que possamos manter um horizonte aberto, gerar questionamentos e suscitar reflexões antes de elaborar proposições. Assim como no caso de Gündüz, isso carrega um risco que é, justamente, falhar em sua ação ou perder sua identidade (já que pode ser considerado por seus pares como não sendo artista ou ativista o suficiente, já que não se nomeia como tal). Mas, mesmo com os

riscos, uma prática ambígua contém uma chave de leitura importante para sair dos *scripts* do *status quo*. Gielen conclui, a respeito daqueles que se posicionam de maneira des-identitária:

Essa categoria populacional ambígua não é insignificante como um significante vazio, mas, ao contrário, é cheia de sentido assim como é superpovoada por todos aqueles que caem entre as monoculturas e o mundo multicultural. Precisamente esse subconjunto, essa fusão e sobreposição entre diferentes identidades e culturas vão definir o futuro. (GIELEN, 2020, p. 14, tradução nossa)

Teorizando também sobre uma indefinição do sujeito, o filósofo brasileiro Vladimir Safatle, ao advogar por uma ideia de reconhecimento “antipredicativa”, em *O circuito dos afetos* (2019), aponta que, dentre as implicações de substituir a luta das esquerdas em torno do proletariado por uma luta identitária, está o fato de que o proletário, enquanto sujeito político, tem um caráter de “des-identidade”, já que, em sua definição marxista, não é só o trabalhador assalariado desprovido de propriedade, mas também uma “condição própria a toda emergência de sujeitos políticos” (SAFATLE, 2019, p. 231). Ainda que Laclau e Mouffe (2015), na perspectiva em que nos baseamos para entender os discursos, problematizem o uso do termo “proletariado” em suas versões essencialistas e homogeneizantes, Safatle, citando o filósofo francês Étienne Balibar, nos lembra que o proletário é um “sujeito como vazio”, sendo esse vazio não uma ausência de condições materiais, mas uma ausência de determinações identitárias. Assim, defende que um reconhecimento de si enquanto sujeito político requer uma “crítica profunda de toda tentativa de reinstaurar identidades imediatas entre sujeitos e seus predicados” (SAFATLE, 2019, p. 237). O autor nos lembra também, citando as reflexões da filósofa Nancy Fraser, como essas políticas ligadas à identidade e ao reconhecimento, em suas versões conservadoras, alimentaram campanhas de limpeza étnica e de genocídio. Assim, defende:

Enquanto o reconhecimento estiver articulado à dimensão da afirmação das diferenças culturais, ou seja, à mobilização dos laços entre reconhecimento e produção de identidades, não será possível impedir que ele justifique práticas que não podem ser vistas como expressões de processos de emancipação (Safatle, 2019, p. 241).

Safatle também critica a ideia da tolerância enquanto principal afeto político, uma vez que ela alimenta um ciclo de conflitos que leva a regressões sociais. Para ele, a política que se baseia na tolerância constrói constantemente um campo de diferenças toleráveis enquanto alimenta um fantasma das diferenças intoleráveis. Retomando a teoria de Mouffe (2015) sobre agonismos e antagonismos, podemos dizer que a tolerância reforça o fantasma do antagonismo, estabelecendo sempre uma margem de conflito com o inimigo, com aquele que é intolerável. Safatle defende que essa espécie de tolerabilidade carrega a questão: “até onde

podemos suportar uma diferença?” (SAFATLE, 2019, p. 41). Isso implica admitir que sempre haverá o intolerável e a política de tolerância sempre carregará implicitamente uma exclusão. Para ele, uma alternativa seria reelaborar a questão em outros termos, perguntando “em que condições a diversidade pode aparecer como a modulação de uma mesma universalidade em processo tenso de efetivação?” (*ibidem*), o que, em termos do pensamento de Mouffe (2015), poderia ser pensado como: em que condições o conflito pode aparecer na condição de adversários pertencentes a um mesmo ente político? A hipótese de desconstrução da diferença, pensada nesses termos, pode levar não a uma ideia de igualdade homogeneizante, mas a uma legitimação do outro enquanto igualmente pertencente a uma mesma esfera do político, com suas intrínsecas disputas. Mas, podemos pensar ainda não em termos de desconstrução da diferença, mas de reconhecimento das diferenças enquanto potenciais criativos para pensar outras realidades possíveis. De certa forma, as diferenças são aquilo que há de comum. Esse sentido coincide com pontuações de Žižek, trazidas por Safatle (2021), de que há uma universalidade entre os sujeitos, mas que não se constitui como atribuição (são iguais pois têm atributos em comum), nem em seu sentido legal ou normativo. Trata-se de uma universalidade marcada justamente por não serem idênticos e não se esgotarem em sua própria determinação. Todos eles encontram um campo comum por nenhum deles ser idêntico a si mesmo, nem se determinarem de maneira integral, ou seja, todos têm um campo de indeterminação. Assim, é possível pensar o sujeito como negatividade e a negatividade como operador político.

Um exemplo de valorização da tolerância como afeto que acabaria com as opressões identitárias aparece em um *post* também de *Quebrando o tabu* no Facebook, que opõe o ódio à tolerância. A imagem que ilustra a publicação é uma espécie de charge em que diversas pessoas apontam uma à outra utilizando predicados pejorativos que vão de “coxinha” a “comuna” e “gorda”, por exemplo. A frase que aparece como reflexão é: “Nesse atual círculo de ódio, a tolerância não tem vez”, como se a tolerância fosse a saída, um ideal a ser alcançado. Escapa dessa crítica a reflexão de que a dinâmica da tolerância institui o intolerável, seja ele o sujeito “gordo”, “nerd” ou “sapa”. Seguindo o entendimento de Safatle, a exaltação da tolerância nos prende a uma organização permanentemente permeada pelo conflito com o inimigo, com aquele que é intolerável porque ameaça a minha identidade e os meus predicados, e logo, deve ser hostilizado. Nesse sentido, a tolerância não é a saída ao ódio, mas causa e consequência dele, sendo um afeto operador de exclusões e de violência e não virtuoso como muitas vezes veiculam essas abordagens identitárias.



Figura 3 – Post da página *Quebrando o tabu* no Facebook exaltando a tolerância.

Pensar em termos antipredicativos e que fujam da tolerância enquanto principal afeto requer recusar a exigência por uma inserção na sociedade burguesa e nas suas instituições jurídicas que perpetuam o indivíduo liberal e seus predicados. Assim, pensar um reconhecimento efetivo requer também repensar essa perspectiva política atual que vincula lutas políticas à institucionalização de direitos adquiridos. Essa é, em muitos casos, uma das principais vertentes do discurso identitário liberal, especialmente nas redes sociais. No caso de *Quebrando o tabu*, nos exemplos citados anteriormente do Dia do Orgulho, é possível observá-la tanto no peso dado à homenagem simbólica do Congresso quanto na notícia sobre o reconhecimento legal de uma dupla filiação materna. Na visão do autor, “cada vez que estrutura jurídica fortalece sua presença, mesmo que em nome da defesa dos setores mais vulneráveis da população, avança a regulação disciplinar da vida” (SAFATLE, 2019, p. 248). Para Safatle (2019), essa estrutura é o que produz as formas possíveis que a vida pode adquirir, produzindo também a diferença, que é sempre acompanhada de um “processo de nomeação das formas sociais do desejo” (*ibidem*). Com isso, apesar de fornecer alguma visibilidade a grupos vulneráveis ou sujeitos marginalizados, ela o faz a partir de uma gramática de identidades já em circulação, ou seja, sem mudar a estrutura que produz essas identidades, suas limitações e exclusões. Assim, Safatle (2019) aponta para a importância de uma desativação dos nomes ou, seguindo a proposição de Jacques Lacan, de pensar em uma “inadequação radical do sujeito”, pensada a partir da centralidade do desejo, em relação às estruturas de nomeação, o que poderia produzir uma “diferença impredicável”, central para

pensar o sujeito político. Na prática, pensando no objeto de estudo da presente pesquisa, postagens que pretendam fazer uma mobilização em termos antipredicativos poderiam, por exemplo, compartilhar depoimentos de sujeitos que relatem sua inadequação enquanto manifestação de sua singularidade, de maneira a valorizar essa experiência e criar uma rede de solidariedade baseada no compartilhamento de experiências não-normativas e não-normalizadas. Isso poderia ser feito não no sentido de vitimizar essas experiências, mas sim de desestigmatizar as diferenças e propor um olhar empático às singularidades.

Buscando entender o que leva os discursos identitários a adentrarem a uma lógica normativa e a se transformarem também em discursos moralizadores, Wendy Brown (2001) elabora quatro possíveis hipóteses. A primeira delas estaria no fato de que, por nascerem de movimentos contra-hegemônicos, eles se considerariam mais verdadeiros, ocupando um “patamar moral mais elevado” (BROWN, 2001, p. 38, tradução nossa). Mas, justamente por negarem o que entendem por “política convencional”, acabam pautados unicamente em repetir as injúrias sofridas, o que, para a filósofa, é um terreno fértil para o moralismo. Um segundo motivo advém do fato de serem muito fragmentados e trabalharem com uma mentalidade fechada, vendo qualquer forma de poder como ameaça à sua existência. Com isso, tornam-se também defensivos e reacionários. Outra possível resposta é que, na medida em que são institucionalizadas, essas políticas entram na despolitização característica da lógica das instituições liberais, em que conflitos históricos são tornados essenciais e efeitos se tornam causas. O prejuízo disso é que, como efeitos, os problemas apontados não dão conta de expressar inteiramente seu caráter nem articular suas condições. E uma última alternativa estaria na constatação de que essas políticas culturais e identitárias não apresentam uma proposta de emancipação com relação à opressão sofrida: falta uma visão de futuro que supere as diferenças, um projeto. Sem isso, os movimentos se tornam uma forma de paralização propícia a uma política moralizadora (BROWN, 2001).

Apesar de Brown (2001) e Haider (2019) partirem da realidade dos Estados Unidos como base para análise das abordagens identitárias, o que implica em olhar para um contexto um tanto diferente do brasileiro, Silvio Almeida, no prefácio a este último, defende que a discussão é válida e relevante também para o contexto da América Latina, na medida em que as lutas anticoloniais ganharam força com a afirmação de uma “identidade nacional” negra e indígena, que também não nasceu com caráter antirrevolucionário. O foco na identidade, naquele momento, serviu para trazer à tona as experiências de grupos marginalizados, responsáveis por desestabilizar o *status* colonizado que se mantém ainda hoje nesses países que, por estarem na periferia do capitalismo, acabam reféns desse modelo. Além disso, pensar a identidade hoje, no contexto brasileiro, nos permite identificar especificidades

identitárias que regem a lógica da triagem operacionalizada pelas novas direitas na defesa do “cidadão de bem” (normalmente homem, branco, heterossexual e cristão).

É preciso diferenciar, no entanto, o fato de que as abordagens identitárias estadunidenses, advindas dos movimentos antirracistas, partiram também de opressões baseadas em uma concepção específica, em que a raça era definida pela ideia de “uma gota de sangue”, ou seja, qualquer ascendente negro definia o sujeito como negro, no lugar da concepção fenotípica e de colorismo que vemos vigorar no Brasil. Décadas de segregação racial institucionalizada, implementada após a Guerra de Secessão, resultaram em ativismos contundentes de movimentos emancipatórios sob a perspectiva racial. Enquanto isso, ainda que o Brasil sofra diariamente com a herança colonial e com um racismo estrutural, o mito de que somos uma sociedade mestiça e pacífica impossibilita até hoje que essas opressões sejam reconhecidas pela maioria da população, o que dificulta o aprofundamento do debate para além de oposições binárias em torno de vilão *versus* vítima. Assim, nossas lutas identitárias, sejam em torno da raça ou do gênero, muitas vezes não propõem abordagens alternativas à polarização e, diante do reacionarismo da direita, não conseguem construir lógicas de equivalências mais amplas.

2.2 O discurso neoconservador e a extrema direita

Para entender o campo discursivo da extrema direita, retomaremos as ideias de Laclau e Mouffe (2015), que observam como práticas sociais articulam ou contestam discursos que constituem a realidade social. Para os autores, a prática discursiva articula significantes flutuantes e os amarra a partir dos já mencionados pontos nodais, significantes vazios que adquirem sentido no discurso, “costurando-o” e instaurando uma lógica retroativa que dá sentido à cadeia signifiante. Às posições diferenciais articuladas no interior do discurso, os autores dão o nome de “momentos”, enquanto as diferenças não articuladas são chamadas de “elementos” (LACLAU, MOUFFE, 2015). Sobre essa prática articulatória, esclarece Prado:

A prática da articulação, como um sistema de fixação-deslocamento de diferenças, não pode, em Laclau e Mouffe, consistir de fenômenos puramente linguísticos. Em vez disso, deve considerar toda a densidade material das instituições, dos rituais e práticas, através dos quais uma formação discursiva se estrutura. (PRADO, 2013, p. 98)

No discurso desse grupo a respeito da temática de gênero, podemos entender o termo “ideologia de gênero” como ponto nodal, já que adquire significado próprio e contingente dentro do discurso, assumindo teor de ferramenta ideológica de dominação baseada na

perspectiva de gênero. Esse significante atribui significado retroativamente, permitindo ler eventos passados, presentes e futuros com base nessa premissa que ressignifica qualquer demanda fora de uma matriz masculinista e heteronormativa como estratégia de doutrinação dos “ideólogos de gênero”. Quando é feita essa opção e o discurso se centra na “ideologia de gênero”, utiliza-se um recorte que associa assuntos polêmicos ou tidos como tabu, como aborto e homossexualidade, à educação, especialmente educação de crianças. Essa dupla é providencial para causar um “pânico moral”, encarregado de soar uma espécie de alarme: “protejam suas crianças”. Esse mecanismo aciona também o fantasma da perversidade, de que haveria perversos rondando as crianças, os “ideólogos”, aqueles que querem corromper moralmente as famílias. Assim, é possível cooptar, para dentro da lógica equivalencial, um grupo formado por pais preocupados com os valores e a educação de suas crianças e contaminados pelo medo, expandindo ainda mais os aderentes a esse campo discursivo. Com isso, “ideologia de gênero”, enquanto ponto nodal, atribui significado a outros significantes como no caso de “educação sexual”, que assume o teor de doutrinação infantil.

Machado e Miskolci (2019) explicam como essa pauta conservadora, que teve origem em setores religiosos, se tornou agnóstica ao se centrar no referente da “ideologia de gênero”, criando um inimigo comum a grupos diversos que vão desde MBL até o *Escola Sem Partido*. Com esse viés, apontam, o discurso se tornou um operador para empreendedores morais que se juntam à Igreja Católica e a vertentes evangélicas pentecostais contra grupos supostamente doutrinadores, como educadores, artistas ou intelectuais. Essa união de forças funcionou não só para barrar determinadas abordagens em projetos públicos, como propostas de conscientização sobre diversidade sexual, mas para angariar apoio eleitoral à extrema direita, construindo algumas das equivalências que possibilitaram a alçada de Jair Bolsonaro à presidência, já que ele havia sido um dos líderes responsáveis pela cruzada moral contra o material anti-homofobia, chamado por ele de “kit gay”, e pelas pautas de gênero como um todo, posicionando-se abertamente contra comportamentos que não fossem normativos e conservadores. Os autores mostram também como essa nova direita que começou a se articular no pós-2013, evita, frequentemente, discutir temas como crescimento econômico, desemprego ou saúde, focando na disseminação do medo, com a criação de pânicos morais que vão desde uma suposta “ideologia de gênero”, que estaria sendo difundida, ao retorno do comunismo. Assim, apesar de o campo discursivo manter constantes disputas internas, a habilidade de articulação desse grupo com discursos como o religioso, o bélico e o ruralista, rendeu a ele uma vantagem capaz estabelecer uma hegemonia. Prado (2018) explica que a operação ideológica que projetou na direita bolsonarista a solução aos problemas do Brasil e unificou as direitas se valeu de outros pontos nodais como antipetismo, anticorrupção e mesmo antirreconhecimento. Assim, a figura de Bolsonaro é a imagem que faltava para

concentrar esse campo de força reacionário, graças a sua fama de falar o que pensa e não ter medo de enfrentar o politicamente correto: ele, como elo dessa discursivização paranoica, é apresentado como “mito”.

Buscando entender a operação discursiva da extrema direita que aciona o pânico moral, Fernando Balieiro (2018), em artigo para os *Cadernos Pagu*, publicação da UNICAMP no campo dos estudos de gênero, contextualiza o surgimento desse operador no Brasil como advindo, em maior volume, de 2011, quando a bancada evangélica se posicionou contra o Programa Escola Sem Homofobia do Ministério da Educação, que visava combater a violência e a discriminação de pessoas LGBT nas escolas, entendendo a necessidade de incluir tais pautas como direitos humanos dignos de uma política educacional. A partir daí, iniciou-se o uso do significante que tomou força posteriormente com o termo “ideologia de gênero”, baseado numa ressignificação da proposta original. Balieiro explica:

A oposição a tal agenda de direitos humanos se efetuou a partir de um recurso discursivo estratégico: uma mudança na chave interpretativa na qual a expansão de direitos à população LGBT contida nas iniciativas governamentais era concebida como uma ameaça às crianças. No lugar de se apresentarem como contrários à equiparação de direitos, os agentes do pânico moral se mostraram como defensores dos direitos das crianças, enquanto seus adversários foram transformados em inimigos com presumidas intenções ocultas que ameaçariam as bases da sociedade. A transformação interpretativa, levada a cabo pelos agentes que dispararam o pânico moral, obliterou posicionamentos de fundo preconceituoso que, quando explícitos, poderiam desqualificar sua fala. (BALIEIRO, 2018, p. 4)

Balieiro (2018) também demonstra como essa reação não consistiu em algo unicamente referenciado no programa de 2011 do Ministério da Educação, mas em uma reação a alguns avanços consecutivos que vinham sendo alcançados pela comunidade LGBT, como o reconhecimento pelo STF da união estável entre pessoas do mesmo sexo, que data de maio de 2011, e o debate acerca do PLC 122/2006, que visava criminalizar a homofobia, realizado pela Comissão de Direitos Humanos na mesma época. Todos esses eventos e suas repercussões se situam, ainda, dentro do cenário global citado no capítulo anterior, em que, desde a Conferência Mundial de Beijing sobre a Mulher em 1995, a Igreja Católica vinha se preocupando com a abordagem sobre gênero. Biroli, Machado e Vaggione explicam que, na década de 1990, a Igreja teve papel fundamental na “defesa de uma certa concepção ética de natureza, abrangendo a reprodução e a identidade sexual” (BIROLI; MACHADO; VAGGIONE, 2020, p. 20). Nos documentos do Vaticano da época, aparece o termo “cultura da morte”, um possível ponto nodal do discurso naquela década, que precedeu a “ideologia de gênero” e fazia referência a uma “mentalidade contraceptiva”. Os autores

explicam que “a encíclica *Evangelium vitae*, publicada em 1995 sob o papado de João Paulo II, faz dessa questão uma chave para a posição teológica assumida pela Igreja, na qual a ‘cultura da morte’ é definida como uma ameaça à família, ao sexo matrimonial e à reprodução” (BIROLI; MACHADO; VAGGIONE, 2020, p. 21). Quase dez anos depois desses primeiros eventos, a *Carta aos bispos da Igreja Católica sobre a colaboração do homem e da mulher na Igreja e no mundo*, de 2004, escrita por aquele que seria o papa Bento XVI, ainda afirmava uma essencialização das naturezas do homem e da mulher, defendendo o feminino e o masculino como dimensões ontológicas, além de uma “moral familista unitária, em contraposição ao pluralismo ético que referenciou os movimentos feministas e LGBTQI” (*ibidem*). Os autores defendem que a abordagem católica definiu as bases epistemológicas das campanhas contra a igualdade de gênero e a diversidade sexual, que chegariam às ruas e aos parlamentos na segunda década do século XXI.

Na década de 2010, com as iniciativas do Ministério da Educação e do STF supracitadas, a “ideologia de gênero”, explicam os autores, passou a funcionar como uma espécie de “cola simbólica”, que aqui chamamos de ponto nodal, possibilitando a atuação conjunta de atores com interesses originalmente distintos, como católicos e evangélicos conservadores, profissionais do direito, da ciência política e da psicologia e políticos não necessariamente religiosos. A educação que fomenta a igualdade de gênero e a diversidade sexual, a união entre pessoas do mesmo sexo e a adoção por casais homossexuais são temáticas que estão em disputa e a posição dessa articulação conservadora é defender a ordem sexual, a moralidade cristã, a legalidade e o caráter procriador do sexo. Mas o apelo à “ideologia de gênero” não se restringe a debates sobre políticas públicas envolvendo gênero, funcionando como estratégia política para incidir sobre processos políticos mais amplos (BIROLI; MACHADO; VAGGIONE, 2020). Mais recentemente no Brasil, com o aumento da força política de representantes evangélicos pentecostais e neopentecostais, esse discurso centrado no significante ganhou volume. A expressão política de um setor crescente de igrejas pentecostais conservadoras é um dos aspectos que se deve ter em vista ao estudarmos as reações ao gênero na América Latina, esclarece Biroli (2020) – diferentemente do que ocorre em regiões do leste e centro europeu, onde a relação entre Igreja Católica e direita/extrema direita ainda é mais decisiva.

Como mencionado anteriormente, Biroli, Machado e Vaggione (2020) defendem o uso do termo “neoconservadorismo” para se referir a esse discurso conservador sobre gênero. Trata-se de um discurso operado pela extrema direita, mas não só, incluindo outros atores como aqueles que apresentamos anteriormente. O termo se refere justamente a essas coalizões, ou articulações para usar o conceito de Laclau e Mouffe (2015), e carrega a temporalidade do contexto político atual. Pensando com Wendy Brown (2006), afirmam esses

autores que o neoconservadorismo é também uma *racionalidade política* que se expressa em forte regulação da moralidade sexual, promovendo uma cultura política e uma política de subjetivação em torno da defesa da família e seu potencial reprodutivo (BIROLI; MACHADO; VAGGIONE, 2020). O neoconservadorismo pode ser entendido também como uma nova forma de governo alinhada com as demandas do neoliberalismo⁴, em uma concepção que corresponde ao que Foucault teorizou sobre governamentalidade, que reforça o princípio da concorrência por meio de uma lógica normativa e disciplinadora interiorizada (*ibidem*). Brown (2019) defende que o neoconservadorismo está já nas raízes do neoliberalismo e que este é, na verdade, um projeto político-moral “que visa proteger as hierarquias tradicionais negando a própria ideia do social e restringindo radicalmente o alcance do poder político democrático” (BROWN, 2019, p. 23). No que diz respeito ao gênero, pode-se entender que:

O divórcio e a autonomia sexual produziram, na perspectiva dos neoconservadores, um quadro de irresponsabilidade masculina e de vulnerabilidade feminina, para o qual a solução seria a adoção de políticas “pró-casamento” e “pró-família”. Trata-se de uma política de responsabilização fundamental à agenda neoliberal de privatização e desregulamentação (BIROLI; MACHADO; VAGGIONE, 2020, p. 27).

Nota-se, então, que um dos principais pontos de convergência entre conservadores e neoliberais, que possibilita articularem suas diferenças em torno de equivalências no discurso neoconservador é a ideia de “família” – outro ponto nodal do discurso. A temática da família entra em um contexto no qual os efeitos das medidas neoliberais que restringem investimentos estatais em prol de um suposto equilíbrio orçamentário são tratados com um “moralismo compensatório” (BIROLI; MACHADO; VAGGIONE, 2020), que joga para o âmbito privado, para a responsabilidade da família, a função de cuidar e prover aos indivíduos precarizados. A ampliação do papel da família, como parte de uma dinâmica que privatiza soluções para problemas sociais, repele a pluralidade e contribui para uma mentalidade antidemocrática.

Biroli (2020) também explica como a defesa de uma família “convencional” ou “tradicional” tem relação com a divisão do trabalho e a reprodução social. Com o aumento da presença feminina em trabalhos remunerados fora de casa, o trabalho doméstico historicamente desempenhado de forma gratuita entra em conflito com suas funções

4 As relações entre neoconservadorismo e neoliberalismo têm algumas nuances. Como mencionado anteriormente, o neoliberalismo, como vertente capitalista, precisou da liberação das pulsões em alguma medida no sentido do consumo. Nesse caso, podemos entender que sua associação com correntes conservadoras que limitam o gozo é provisória: ele se articula com aquele que detém a hegemonia. Entretanto, outra forma de entendimento, como explica Brown (2019), defende que o neoconservadorismo está nas raízes do neoliberalismo, fato que pode ser observado na centralidade da família para ambos. Nesse sentido, o conservadorismo serve aos interesses capitalistas, reforçando a primazia do privado, e direcionando as pulsões ao consumo, em uma espécie de compensação.

profissionais: não resta mais o mesmo tempo para se desempenhar o trabalho não remunerado de cuidado do qual a reprodução capitalista depende. Ao reforçar a ideia do “tradicional”, reforça-se também o apelo para que as mulheres cumpram essa função supostamente natural, especialmente em um momento no qual o avanço neoliberal que ocorreu a partir dos anos 1980, bem como o “desmantelamento da infraestrutura pública e a restrição a direitos econômicos e trabalhistas fazem da proteção e o apoio pelas e dentro das famílias uma necessidade prática e um antídoto para as incertezas” (BIROLI, 2020, p. 150). Como a responsabilização pelo cuidado privado é atribuída às mulheres, são elas as mais oneradas por esse tipo de privatização e pelo tempo desregulamentado de trabalho. A autora ainda ressalta como a defesa da família não tem um posicionamento único e muitas vezes parte das próprias mulheres, que, mesmo mais oneradas e especialmente por enfrentarem condições de precarização, aderem a uma perspectiva moral, reivindicando a responsabilidade da família. Essas são, explica, muitas das mulheres neopentecostais de baixa renda, diretamente afetadas pela restrição do amparo do Estado. Ainda dentro do neopentecostalismo, nem sempre a defesa da família se constrói sobre a ideia de que a mulher deva se dedicar mais à vida doméstica. Mais alinhadas à “teologia da prosperidade”, muitas mulheres são incentivadas a trabalhar fora, enquanto homens são convocados a participar mais do convívio familiar, em uma aparente reconfiguração dos papéis de gênero que mantém estável a estrutura da família heteronormativa (BIROLI, 2020).

Biroli, Machado e Vaggione (2020) defendem também que, mesmo com suas diferenças internas, já que, como explicam Laclau e Mouffe (2015), nenhuma articulação discursiva é homogênea e totalmente estável, o antagonismo que o discurso neoconservador assume com relação aos movimentos feministas e LGBTQIA+ contribui para que haja um projeto compartilhado e é o que garantiu ao neoconservadorismo uma identidade política. Identificando seus antagonistas como movimentos ideológicos, como “feminismo radical” ou “agentes da cultura da morte”, esse movimento foi estabelecendo coalizações, ou seja, articulações em torno de um mesmo inimigo comum, e ganhando espaço na América Latina. Organizações empresariais, proprietários de terra e militares são outros grupos que se uniram ao projeto neoconservador, com especial papel na organização das campanhas eleitorais. No caso específico do Brasil, os autores explicam que a aliança entre extrema direita, ultraneoliberais e militares, na qual a reação ao gênero tem papel central, vem conduzindo o processo político desde 2018 até hoje com as políticas de governo dos ministérios. Já os religiosos católicos e neopentecostais, que se unem ao neoconservadorismo, têm sua reação mais focada na rejeição ao aborto e à homossexualidade. O problema, explica Biroli (2020), é que a dinâmica neoconservadora, ao definir seus opositores como um mal que precisa ser eliminado, cristaliza paixões em torno de questões que não conseguem ser manejadas pelo

processo democrático, na perspectiva que Mouffe (2015) aborda ao tratar dos riscos à democracia quando os conflitos se estabelecem na forma de antagonismos (com inimigos) e não de agonismos (com adversários):

A disputa entre moralidades se estabelece de modo a caracterizar o feminismo como inimigo político, mais do que adversário com quem se disputa. Não se trata, é claro, de esperar que perspectivas morais tão distintas pudessem transformar-se em consensos mediados na esfera política. O ponto é outro. Estamos lidando com direitos individuais, o que nos leva a situar uma política como essa, que constrói o adversário como um inimigo que ameaça a sociedade, além das bordas do próprio liberalismo. Além de iliberal, ela pode também ser definida como antidemocrática. (BIROLI, 2020, p. 174)

Outra dimensão apontada por Biroli, Machado e Vaggione (2020) sobre o movimento neoconservador é o fato de que ele investe no sentido de levar a regulamentação moral da sexualidade para o campo do direito, em uma “juridificação da moralidade”, que funciona com sobreposição entre moral religiosa e leis seculares e com a defesa de uma suposta “naturalidade” do ser humano, ou seja, haveria uma moral sexual universal, que diz respeito à defesa da família “natural” e da sexualidade reprodutiva. Dessa forma, os neoconservadores ressignificam seu posicionamento em torno de defesa dos “direitos humanos”: o direito dos pais, dos filhos jovens e dos nascituros a favor da vida e da família e contra os pensamentos radicais e ameaçadores dos movimentos pró-gênero. Assim, posições morais são traduzidas em termos de direitos e o argumento dos direitos humanos é mobilizado para defender liberdade de crença e inserir princípios cristãos em quadros legais. Na prática, os confrontos em reação às pautas gênero que circulam no legislativo ou em propostas de políticas públicas muitas vezes ocorrem em torno de direito à igualdade de gênero *versus* direito à liberdade religiosa. Essa prática de juridificação nos permite observar como esse discurso neoconservador e suas respectivas articulações operam em contextos de democracia formal, aumentando ao máximo sua influência nos canais e instituições democráticas para alterar seu funcionamento e, aos poucos, minar princípios como pluralismo e concepções igualitárias de justiça, fundadas em diretrizes coletivas, ao mesmo tempo em que reforçam a primazia da esfera privada e a naturalização da violência contra grupos marginalizados. “O discurso público do inimigo – gays, feministas, elites internacionais que orquestrariam ataques contra a família – tem ampliado o apoio a medidas iliberais, como a censura [...]” (BIROLI; MACHADO; VAGGIONE, 2020, p. 35).

Pensar em uma dinâmica de ódio ao outro, de definição de um inimigo a ser eliminado, requer lidar com o mito da não violência que existe no Brasil, analisado por Marilena Chauí (1995), que corresponde a essa autoimagem que temos de que o brasileiro é um “povo ordeiro e pacífico, alegre e cordial, mestiço e incapaz de discriminações étnicas, religiosas ou sociais,

acolhedor para os estrangeiros, generoso para os carentes, orgulhoso das diferenças [...]” (CHAUÍ, 1995, p.73). Ainda que nos confrontemos com uma dimensão real da violência no dia a dia, alguns mecanismos fazem com que a interpretação dessa violência nos permita seguir reafirmando o mito. Brugnago e Chaia (2015) nos lembram que o conceito de mito remete a crenças tão interiorizadas que passam a não ser mais percebidas como tal e a serem encaradas como realidade. Assim, a realidade de conflitos não é admitida ou explicada por si, requerendo soluções imaginárias que funcionam como mecanismos ideológicos. No lugar de admitir conflitos e um caráter de violência presentes de partida no cenário brasileiro, atribui-se essa violência ao outro e a algo a ser superado. Assim, como, em tese, o povo brasileiro, como idealização homogênea, não é violento, se a violência surge, surgem também dispositivos ideológicos que a explicam, os quais Chauí divide em quatro vertentes. A primeira explicação seria que, como a nação brasileira é pacífica, a violência que surge vem de pessoas que não fazem parte da nação brasileira. Esse mecanismo é denominado de “exclusão” e opera com uma divisão entre: nós-brasileiros-não violentos e eles-não-brasileiros-violentos (CHAUÍ, 1995). Assim, imbricado nesse mito que ressurgiu, ainda hoje, discursivamente em diversas esferas está a própria construção de um nós *versus* eles em termos antagonísticos e não agonísticos. Nessa lógica, a extrema direita atribui a violência ao PT, aos homossexuais ou aos nordestinos, por exemplo, todos encarados como uma espécie de “anomalia social” (BRUGNAGO; CHAIA, 2015).

O segundo mecanismo é a “distinção” e diz respeito a justificar a violência, no caso de ela ocorrer dentro do seu espectro de apoiadores, como algo acidental, temporário ou justificável, como quando um policial mata “acidentalmente” uma criança negra ou um marido “se descontrola” e bate na mulher – lógica que desconsidera questões estruturais de racismo, machismo e feminicídio. Assim, cada caso é tratado como um caso isolado. Ao seu lado, um terceiro mecanismo ideológico, o “jurídico”, relaciona a violência ao âmbito jurídico da criminalidade, e, principalmente, relacionada a crimes contra a propriedade. Nessa ótica, a violência é atribuída aos pobres, que não dão o mesmo valor ao patrimônio por não o terem cultivado e nem terem interesse em fazê-lo por vias “limpas”. Esses criminosos, por serem uma exceção violenta, legitimam que o sujeito vitimizado assuma uma postura violenta, por isso tantas pessoas que se dizem pacíficas defendem, sem se sentirem culpadas, a pena de morte ou de violência severa aos agressores. O último mecanismo apontado por Chauí (1995), o “sociológico”, trabalha com uma inversão da realidade, atribuindo a responsabilidade pela violência a quem sofre a violência. É o caso, por exemplo, da culpabilização da vítima em casos de estupro, justificando a violência sexual de acordo com o comportamento da mulher violentada, seja por suas vestimentas ou pelo caráter das suas relações. É também como funciona a lógica de justificar a violência policial com um suposto comportamento suspeito do

agredido. Esse é um dos operadores ideológicos mais explorados pela extrema direita, seja ele direcionado à hostilização de sujeitos LGBTQs graças uma suposta perversão ou ao ódio ao PT, que ludibriou o povo brasileiro com seus esquemas de corrupção. Operando entre um mecanismo e outro, a extrema direita justifica seu ódio.

Em resumo, a violência não é percebida como toda prática e toda ideia que reduza um sujeito à condição de coisa, que viole interior e exteriormente o ser de alguém, que perpetue relações sociais de profunda desigualdade econômica, social e cultural. O mito da não-violência permanece porque admite-se a existência empírica da violência, mas fabricam-se explicações para denegá-la no instante mesmo em que é admitida. Mais do que isso, a sociedade não percebe que as próprias explicações oferecidas são violentas. Dessa maneira, a violência que estrutura e organiza as relações sociais brasileiras, por não ser percebida, é naturalizada e essa naturalização conserva a mitologia da não-violência. (CHAUÍ, 1995, p. 74)

O imaginário de que o povo brasileiro é pacífico e receptivo é uma ficção que atrapalha a análise de uma conjuntura como a da polarização política. Chauí (1995) explica que, enquanto se afirma que o Brasil enfrentou períodos de autoritarismo, como ditaduras, por exemplo, dissimula-se o fato de que “o autoritarismo não é simplesmente a forma do governo, mas a estrutura da própria sociedade brasileira” (*ibidem*). Esse aspecto aparece nas heranças da colonização e de um passado escravocrata, que se manifestam na forma de uma intensa desigualdade que segue operando em relações “mando-obediência”. Assim, “o outro jamais é reconhecido como sujeito nem como sujeito de direitos, jamais é reconhecido como subjetividade nem como alteridade” (CHAUÍ, 1995, p. 75).

Lilia Schwarcz trata desse mesmo tema por outros aspectos em seu livro *Sobre o autoritarismo brasileiro* (2019), no qual recupera documentos da época da colonização que apontam como, apesar de os povos nativos não serem aparentemente hostis com os portugueses catequizadores, aceitando receber os ensinamentos cristãos, eles frequentemente voltavam a um estado anterior, dando um sentido próprio à nova fé ou “traduzindo” para seus termos o que lhes era ensinado. A autora traz o exemplo do Sermão do Espírito Santo (1657), em que Antônio Vieira descrevia a diferença entre evangelizar os pagãos na Europa, que seria como trabalhar com mármore, apresentando uma resistência inicial, mas cujo resultado permanece duro e rijo, e fazer o mesmo com os povos brasileiros, que, como uma murta, se flexibilizavam, aceitavam a poda, mas rapidamente voltavam ao seu desenho original. Assim, a insubmissão dos povos nativos, que não se conformavam em anular os seus conhecimentos e adaptavam os ensinamentos como uma espécie de resistência, indica que não havia um consenso pacífico no contexto da colonização. Para a autora, essa negação da violência e da intolerância com o outro atua como um verniz que justifica, encobre e minimiza a dominação, além de silenciar ambivalências e contradições.

Da mesma forma, aponta, a cordialidade a que se refere Sergio Buarque de Holanda em *Raízes do Brasil*, que seria um traço do caráter do brasileiro, nada mais é do que uma forma de evitar as hierarquias para, no silêncio, reafirmá-las. Assim, em nossa história de grande herança escravocrata e coronelista, se preservou “um ritual nacional de oposição às distâncias sociais, de gênero, de religião, de raça, quando na prática e no cotidiano as reitera” (SCHWARCZ, 2019, p. 211).

Butler (2019) explica que essa matriz excludente com a qual trabalha a extrema direita, que também chamamos anteriormente de lógica de triagem, ao produzir um tipo de sujeito ao qual se destina a tutela do Estado, produz também um domínio de seres “abjetos”, aqueles que ainda não são sujeitos, mas que compõem um exterior constitutivo do domínio dos sujeitos. Esses “outros” são aqueles regidos pela mistura, sejam eles:

Os mortadelas, os pobres andando de avião, os negros das cotas, tudo isso levando a um trânsito entre classes, a uma ascensão social, a uma mistura que ameaçou os valores absolutos das classes médias mais afortunadas, ou desejantes de sê-lo, que investiram então na semiótica da triagem. (PRADO; PRATES, 2020, p. 7)

São eles que habitam o que a autora chama de zonas “não-vivíveis” e “inabitáveis” da vida social, espécie de zonas-limite do domínio do sujeito, contra as quais ele irá se posicionar, reivindicando autonomia, como se fosse possível se desvincular dessa abjeção com a qual não querem admitir vínculo. Assim, faz parte da constituição do sujeito tanto essa zona de abjeção, quanto essa força de exclusão que ele manifesta com relação a ela, força que se apresenta como exterior, mas é também interior, na medida em que funciona como uma espécie de repúdio fundacional do sujeito. Butler esclarece, indicando a existência de um fator constitutivo do sujeito que enxerga o outro como ameaça:

A formação de um sujeito requer a identificação com o fantasma normativo do “sexo”, e essa identificação toma lugar mediante um repúdio que produz um domínio de abjeção, um repúdio sem o qual o sujeito não pode emergir. Esse é um repúdio que cria uma valência de “abjeção” e sua condição para o sujeito como um espectro ameaçador (BUTLER, 2019, p. 19).

Como mencionado anteriormente a respeito do discurso neoconservador, uma característica do autoritarismo na forma como se apresenta hoje, como afirma Biroli (2020), é que ele não necessariamente deixa de lado os processos eleitorais, ou seja, a democracia “formal”, e ele prejudica a oposição, inclusive por meios ilegais como os ataques do “gabinete do ódio”, mas não acaba com ela, o que lhe garante uma espécie de “álibi” para alegar que o jogo democrático está mantido. Isso se agrava, explica a autora, pois estamos em um contexto de Sul Global, no qual temos desenvolvimentos contraditórios das democracias e, ainda que

a partir dos anos 1980 tenhamos presenciado um aparente sucesso na institucionalização da democracia na América Latina, seguimos com altos índices de desigualdade e baixa capacidade de democratizar as sociedades em si (BIROLI, 2020). As desigualdades pós-coloniais, somadas a uma história de instabilidade política e autoritarismo, acarretam uma dificuldade maior de manutenção e aprofundamento do processo democrático no Brasil, por isso compreender a relação entre democracia e desigualdades é fundamental para uma análise da conjuntura atual – e recortes de raça, classe e gênero ajudam a entender as implicações dessas desigualdades. Mouffe (2015), tratando das estratégias discursivas hegemônicas adotadas com relação às desigualdades, lembra que falar em “excluídos” de maneira homogênea ao tratar dos sujeitos afetados pelas relações desiguais de poder torna a abordagem simplista e conservadora, já que, “ao redefinir desigualdades estruturais produzidas sistematicamente pelo mercado em termos de ‘exclusão’, fica-se desobrigado de fazer uma análise estrutural de suas causas” (MOUFFE, 2015, p. 60).

Junto aos efeitos das desigualdades, soma-se um processo intenso de erosão do público, com investimentos em privatizações e reafirmações da racionalidade neoliberal baseada na competição. O que se reivindica é que “a democracia atenda à lógica de mercado” (BIROLI, 2020, p. 142). Com a ideia de “família” no centro da dinâmica capitalista, racionalidade econômica e moral tradicional andam lado a lado em sentido oposto à igualdade e à diversidade e, conseqüentemente, aos preceitos democráticos. Como explica Brown (2019), a igualdade política é a base da democracia, já que só ela assegura que a composição e o exercício do poder político sejam autorizados pelo todo e de responsabilidade dele. Assim:

Quando a igualdade política está ausente, seja por exclusões ou privilégios políticos explícitos, pelas disparidades sociais ou econômicas extremas, pelo acesso desigual ou controlado ao conhecimento, ou pela manipulação do sistema eleitoral, o poder será inevitavelmente exercido por e para uma parte, em vez do todo. O *demos* deixa de governar. (BROWN, 2019, p. 33)

Capítulo 3

3 Os antagonismos midiaticizados

Para analisar os antagonismos midiaticizados, escolhemos um *corpus* composto por dois casos de destaque midiático nos quais houve embate discursivo dentro do recorte gênero – analisaremos cada um deles a partir da controvérsia gerada no Twitter. A ideia é que possamos examinar o enfrentamento dos grupos antagonistas que comparecem na rede social e como eles acionam determinados significantes das plataformas discursivas majoritárias de que tratamos anteriormente. Como critério de seleção, escolhemos casos que fizeram parte dos *Trending Topics* do Twitter no ano de 2020, tendo, assim, repercussão e engajamento significativos, e que tiveram também uma circulação hipermediática (CARLÓN, 2020), transitando das redes sociais para meios de comunicação *off-line* e vice-versa, o que nos permite considerar uma relevância que não se restringe aos usuários de uma plataforma digital específica. Trataremos a análise de cada caso individualmente, iniciando ambos com a descrição do ocorrido, obtida a partir de levantamento bibliográfico e de pesquisa em arquivos de notícias. Incluiremos cronologia, principais enunciadores e principais disputas de sentidos. Organizaremos as informações referentes à circulação discursiva de cada um, considerando seu trajeto para além do Twitter, em diagramas temporais, conforme proposto no dispositivo de análise de Mario Carlón (2020), o que nos permitirá observar sua emergência na mídia e dimensionar sua repercussão, percorrendo o caminho de um meio de comunicação a outro.

Na sequência, passaremos à análise do *corpus* em si, composto pelos tuítes coletados por meio da Busca Avançada do Twitter ao incluir os principais termos que aparecem na controvérsia. Examinaremos, a partir das postagens, quais elementos discursivos se apresentam no embate, mapeando posições de sujeito, percursos passionais, posições acerca do antissujeito e pontos nodais. Vejamos, primeiro, esses conceitos. Posição de sujeito, para Laclau e Mouffe (2015), é conceito que nos permite evitar noções essencialistas de um sujeito pré-discursivo para pensar como sua posição enquanto sujeito se estabelece com relação a uma articulação discursiva concreta. Para os autores, onde quer que se fale de sujeito, deve-se referir na verdade a posições de sujeito, portanto, extrema direita ou bolsonaristas, por exemplo, são posições que se articulam no discurso neoconservador. Além disso, “como toda posição de sujeito é uma posição discursiva, ela compartilha do caráter aberto de todo discurso; conseqüentemente as várias posições não podem ser totalmente fixadas num sistema fechado de diferenças” (LACLAU; MOUFFE, 2015, p. 190). Já os pontos nodais, como discurremos anteriormente, são aqueles significantes vazios que costuram o

discurso, fixando parcialmente “o sentido do social num sistema organizado de diferenças” (LACLAU; MOUFFE, 2015, p. 214). Na semiótica greimasiana, aquele que desperta a hostilidade do sujeito da paixão, incitando um querer-fazer mal ao outro, pode ser entendido como antissujeito (BARROS, 1990) – explicaremos melhor o percurso passional no momento da análise propriamente dita. Pensaremos, portanto, os conceitos de Laclau e Mouffe (2015) em paralelo aos percursos passionais, entendendo as paixões enquanto afetos inscritos e codificados na linguagem (BERTRAND, 2012). Partiremos da semiótica das paixões de Greimas (2014), em especial dos percursos passionais da cólera e do ressentimento – este desenvolvido por Fiorin (2007) com base em Greimas – para mapear os sentidos construídos pelos grupos antagonistas. Organizaremos, por fim, os dados em uma tabela que nos permita visualizar o embate e, a partir daí, analisar os principais elementos discursivos que se referem à pauta de gênero e como se relacionam com processos de erosão da democracia.

3.1 Caso Patrícia Campos Mello

O primeiro caso que analisaremos é o da jornalista da *Folha de S. Paulo* Patrícia Campos Mello, que sofreu um linchamento virtual iniciado em fevereiro de 2020. À época, ela, que havia escrito uma matéria sobre o envio ilegal de mensagens em massa pelas campanhas eleitorais de 2018, foi acusada pela sua fonte, na CPMI das *Fake News*, de ter mentido sobre a informação e oferecido favores sexuais em troca de um furo de reportagem. Em seu livro *A Máquina do Ódio* (2020), a jornalista conta que, naquele mês, presenciou incontáveis imagens e vídeos ofensivos circulando no WhatsApp, Facebook, Twitter, Instagram e Youtube. O linchamento teve início em 11 de fevereiro, quando Hans River do Nascimento, ex-funcionário da Yacows, uma empresa de marketing digital, prestou depoimento na referida Comissão Mista de Inquérito, que havia sido instaurada em julho de 2019 por políticos opositores a Bolsonaro para investigar o uso de perfis falsos para influenciar as eleições, além de outros ataques cibernéticos que atentassem contra a democracia, vinculados ao que se convencionou chamar de “gabinete do ódio” (MELLO, 2020). Nascimento afirmou que a jornalista entrou em contato com ele alegando interesse em um livro de música que ele estava lançando, mas depois teria pedido para entrar na sua casa e ver os arquivos pessoais de seu computador, de modo que pudesse pegar o que precisava para escrever sua matéria sobre os disparos de mensagens. Ainda na versão contada à CPMI, ao ouvir a negativa, a jornalista teria oferecido trocar favores sexuais pela matéria. Horas depois da fala, televisionada e reproduzida em diversas notícias, a própria *Folha* divulgou uma matéria com as conversas trocadas entre eles no aplicativo WhatsApp, que divergiam da versão contada à Comissão e atestavam a veracidade da versão de Patrícia, bem como daquilo que escrevera em sua

reportagem sobre o envio em massa. O jornal tinha o áudio da entrevista, assim como fotos e planilhas enviadas por ele, mas as provas não conseguiram frear a reação em cadeia contra a jornalista.

Na sequência do depoimento de Nascimento, o deputado federal Eduardo Bolsonaro comentou o caso em pronunciamento filmado na tribuna da Câmara. Segundo Mello, a própria *Folha* e outros sites de notícia, como o *Istoé*⁵, ele teria dito não duvidar que a jornalista tivesse se insinuado sexualmente para prejudicar a imagem de Jair Bolsonaro. Em vídeo postado em sua conta no Youtube, que tem 786 mil inscritos, no dia 13, sob a possibilidade de ter sido editado, não aparecem exatamente essas palavras, mas o deputado endossa a versão de Hans River do Nascimento de que ele estava interessado na divulgação de seu livro e de que a jornalista não só havia feito uma matéria enviesada antes das eleições, com relação aos disparos em massa pela campanha bolsonarista, mas também havia forçado a fonte a fornecer informações contra sua vontade. Na fala de Eduardo Bolsonaro, que chegou a 15.744⁶ visualizações, Patrícia teria feito sua fama em cima da matéria, que a alçou ao cargo de correspondente internacional residente dos Estados Unidos, e aqueles que a defendem estariam se apegando ao “ser mulher” da jornalista no lugar de olhar para o mérito da questão. O significante “mulher” é utilizado com sentidos diferentes no embate, que procuraremos mapear e contextualizar nas análises que seguem.



Figura 4 – Vídeo de Eduardo Bolsonaro em seu canal no Youtube.

⁵ Disponíveis em: <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2020/02/ex-funcionario-de-empresa-de-disparo-em-massa-mente-a-cpi-e-insulta-reporter-da-folha.shtml>> e <<https://istoe.com.br/jair-bolsonaro-e-processado-por-ofensas-de-conotacao-sexual-a-reporter-patricia-campos-mello/>>. Acesso em: 26 dev. 2021.

⁶ Número coletado em 26/02/2021, assim como a quantidade de inscritos no canal de Eduardo Bolsonaro – dados que podem variar no decorrer do tempo. Disponíveis em: <https://www.youtube.com/watch?v=YUxHQ86J_u0&feature=youtu.be>.

No dia 12, o canal *Terça Livre* no Youtube, hoje retirado do ar pela própria plataforma, de Allan dos Santos, publicou o vídeo “O Prostíbulo em Desespero”⁷, difundindo as informações falsas do depoente. Santos também difundiu em seu perfil no Twitter que as imagens de tela da conversa de WhatsApp entre Patrícia e Hans, divulgadas no mesmo dia do depoimento pela *Folha*, seriam falsas, uma vez que há um hífen em uma das palavras e isso não é usualmente observado em mensagens do aplicativo. A versão foi desmentida no mesmo dia, tanto pela jornalista, que publicou um vídeo em sua conta no Twitter mostrando que a mensagem aparece com ou sem hífen dependendo do modelo do celular, quanto pela *Agência Lupa*⁸, que comprovou que sistemas operacionais Android antigos chegaram a ter a função de hifenização como padrão. Outra postagem no Twitter, veiculada na sequência da CPMI endossando a versão do ex-funcionário da agência de disparos, foi de autoria de André Fernandes, deputado estadual pelo Ceará, cuja conta no Twitter acumula 170 mil seguidores.

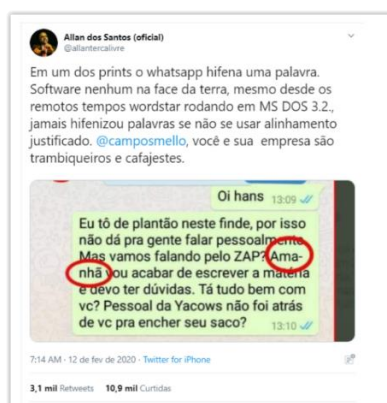


Figura 5 – Tuíte de Allan dos Santos.



Figura 6 – Tuíte de André Fernandes, deputado estadual pelo Ceará.

⁷ O vídeo não foi localizado para análise pois a página de Allan dos Santos no Youtube foi retirada do ar. Em seu site próprio, o Terça Livre, o vídeo também não consta no histórico, o que pode se dever ao fato de o blogueiro ter sido processado por Patrícia Campos Mello pela difusão de notícias falsas. O registro de que o vídeo foi publicado à época consta em: <<https://istoe.com.br/jair-bolsonaro-e-processado-por-ofensas-de-conotacao-sexual-a-reporter-patricia-campos-mello/>>. Acesso em: 26 fev. 2021.

⁸ Disponível em: <<https://piaui.folha.uol.com.br/lupa/2020/02/12/verificamos-hifenizada-folha/>>. Acesso em: 06 mar. 2021.

A fala de Eduardo Bolsonaro na Câmara foi publicada no Youtube no dia 13 e compartilhada na mesma data em sua página no Twitter, que tem 1,9 milhão de seguidores, somando mais de 6.500 *likes* e 1.600 retuítes. Devido ao alto alcance de seu perfil em termos de seguidores e de engajamento nas publicações, podemos entender Eduardo Bolsonaro como um dos principais enunciadores no caso, ou, em termos do que propõe Barabási (2009), um dos principais *nós* que influenciam as conexões na rede, bem como a circulação de informações. O autor propõe a ideia de que “um pequeno número de nós é responsável por uma quantidade imensa de conexões e que esses nós, uma vez desconectados, levariam junto inúmeros outros, em uma espécie de reação em cadeia sem limites” (MARTINO, 2014, p. 79). Essa concepção de que, mais do que um espaço acessível onde todos podem falar, as redes digitais são, na verdade, organizadas por hierarquias que levam em conta o potencial de conexões que cada perfil pode estabelecer – ou seu capital social, em termos bourdieusianos – é fundamental para que possamos compreender esses fenômenos de linchamento virtual e de embates polarizados. Há que se levar em conta que as conexões são ramificadas e não horizontais, o que ajuda a explicar o crescimento de virais (*ibidem*). A difusão do caso, ou de alguma informação adicional sobre ele, por determinados perfis de alto alcance como de Eduardo Bolsonaro, influencia diretamente sua circulação e seus efeitos de sentido, já que “esses nós (*hubs*) mais importantes agregam dados e informações cruciais, além de serem os responsáveis, muitas vezes, por intermediarem um número considerável de relações que não existiriam se não fosse por eles” (MARTINO, 2014, p. 80).

Esse “efeito viral”, como explica Raquel Recuero (2012), faz com que mesmo aqueles “nós pobres”, ou seja, com menos conexões, tenham uma função ao dar visibilidade aos “nós ricos”, mais centrais na rede, constituindo as chamadas “cascatas de informação”. A autora retoma o termo de Kleinberg e Easley (2010), esclarecendo tratar-se de um efeito da circulação de informações em um determinado grupo gerado pela imitação, mas que leva em consideração também outros fatores que atravessam essas decisões individuais, como os critérios de propagação da própria rede social com seus algoritmos, sendo um dos principais a relevância de determinado perfil em gerar engajamento. Recuero (2012) esclarece que essas cascatas podem ser positivas, caso divulguem informações importantes dentro de um grupo, por exemplo o caso de indicar a melhor máscara para uso durante a pandemia de Covid-19, ou negativas, espalhando notícias falsas ou linchamentos virtuais, como vemos no caso em questão da jornalista da *Folha*. Essas difusões tanto competem com os meios midiáticos tradicionais, quanto pautam aquilo que é noticiado, interferindo nas práticas jornalísticas e gerando novas repercussões, fato que observamos neste caso também e ficará

mais claro em nosso diagrama de circulação. Como argumenta Zago (2009), o Twitter adquiriu a função de determinar o que é notícia, concorrendo diretamente com o jornalismo tradicional.

A enorme repercussão do caso de Patrícia Campos Mello rendeu a terceira posição na lista dos “10 casos mais urgentes” de jornalistas sob ataque⁹, da *One Free Press Coalition*, associação global de veículos de comunicação que inclui nomes como *Financial Times*, *Reuters*, *Washington Post*, *Deutsche Welle* e EURACTIV. O coletivo comentou:

Políticos participam de um assédio sexual online para minar a integridade da jornalista. A repórter do maior jornal diário do Brasil, Folha de S. Paulo, Patrícia Campos Mello, experiencia um assédio contínuo online em retaliação por sua reportagem. Durante uma audiência no congresso em Brasília no mês passado, um indivíduo falsamente acusou Campos Mello de se envolver em atividade sexual em troca de um “furo”. Centenas de usuários do Facebook e do Twitter, incluindo o filho do presidente Jair Bolsonaro, compartilharam as alegações, muitos usando linguagem sexual. As alegações foram depois referenciadas pelo próprio presidente, cujos apoiadores na campanha presidencial de 2018 distribuíram desinformações no WhatsApp a milhões de brasileiros, fato reportado por Campos Mello. (ONE FREE PRESS COALITION, 2020, tradução nossa)

A entidade menciona episódios como as postagens de Eduardo Bolsonaro em suas redes sociais e as inúmeras mensagens que seguiram, direcionadas à jornalista por mensagem privada ou postagens públicas, com teor sexual. Um vídeo publicado em 16 de fevereiro pelo canal *Hipócritas* no Youtube¹⁰, sob o título “Jornalista da Folha”, por exemplo, encena um homem que aborda uma prostituta pedindo um furo de reportagem e ela, ofendida, responde que não faz isso porque tem dignidade e não destrói a vida das pessoas, não é jornalista da *Folha*. Dois dias depois, o próprio presidente da república reforçaria a conotação sexual. Jair Bolsonaro, em pronunciamento à imprensa no dia 18 de fevereiro, sem ser perguntado sobre o caso, comentou a situação: “Ela queria dar o furo”. Após uma pausa para risadas sobre a inversão de sentidos, continuou: “A qualquer preço contra mim” (MELLO, 2020, p.829). Comentando a fala presidencial, a jornalista afirmou não serem raras as perseguições contra jornalistas, especialmente por governos com características autoritárias. Esse foi um posicionamento da gestão de Bolsonaro desde o início, ao dificultar o acesso à imprensa que cobre a agenda presidencial, distratando aqueles que fazem perguntas que o desagradam¹¹, ao evitar declarações à mídia, recorrendo aos seus próprios canais no Youtube e Facebook para se comunicar, ou ao declarar oposição a veículos de comunicação como a *Globo* e a própria *Folha*. Mas, para Mello, a diferença no ataque às jornalistas mulheres é que

9 Lista disponível em: < <https://www.onefreepresscoalition.com/list/march-2020>>. Acesso em: 04 mar. 2021.

¹⁰ Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=rRLpnA03pbY>>. Acesso em: 10 mar. 2021.

¹¹ Como no caso em que o presidente, perguntado sobre interferência na Polícia Federal, mandou jornalistas calarem a boca. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2020/05/bolsonaro-manda-reporteres-calarem-a-boca-ataca-a-folha-e-nega-interferencia-na-pf.shtml>>. Acesso em: 04 mar. 2021.

“é muito mais corriqueiro termos dados pessoais expostos na internet, sofrermos comentários jocosos sobre nosso aspecto físico, ofensas a nossa honra e ameaças *online* que muitas vezes migram para o mundo real” (MELLO, 2020, p. 951). Ela menciona em seu livro um estudo¹² de 2018 da *International Women’s Media Foundation* e da *TrollBusters* que mostra que cerca de 63% das jornalistas já foram ameaçadas ou assediadas no ambiente *online*, 58% ameaçadas pessoalmente e 26% atacadas fisicamente. 78% defendem que a questão de gênero foi determinante para os ataques. Diante disso, 40% afirmaram evitar certos tipos de matéria devido às ameaças, em uma espécie de autocensura diante do trauma. “Linchamentos virtuais funcionam como uma censura informal. Toda vez que vou escrever uma reportagem investigativa que envolve o governo, respiro fundo e imagino o que pode vir do outro lado” (MELLO, 2020, p. 1043).



Figura 7 – Tuíte com conotação sexual reproduz a imagem do vídeo do canal *Hipócritas*.

No caso do ataque a Patrícia, o significante “mulher” é ativado para dizer como ela não se encaixa na definição digna de respeito pelo grupo: a mulher defensora da família, a mulher religiosa, a mulher recatada ou que respeita hierarquias, cargos e poderes. Mesmo que todas as acusações feitas na CPMI tenham sido comprovadamente desmentidas¹³, ela ainda é a mulher que desafia o arranjo político, que toma iniciativa de investigar os bastidores de uma campanha e, por isso, é uma mulher “pervertida”, que merece ter sua honra atacada, já que “não se deu ao respeito”. A declaração de Hans River do Nascimento apenas reforçou uma ideia que já existia subjacente no imaginário do grupo que a atacou: a mulher que desobedece às regras do jogo é uma mulher promíscua. A fala de Nascimento funciona, portanto, como um gatilho passional, reforçado pelo gatilho subsequente, também de conotação sexual, do

¹² Disponível em: <<https://www.iwmf.org/wp-content/uploads/2018/09/Attacks-and-Harassment.pdf>>. Acesso em: 04 mar. 2021.

¹³ Como mostra checagem da agência Lupa, disponível em: <<https://piaui.folha.uol.com.br/lupa/2020/02/12/verificamos-hifenizada-folha/>>. Acesso em: 04 mar. 2020.

presidente Jair Bolsonaro. Analisaremos mais à frente os percursos passionais ativados no caso.

Soma-se a isso o fato de Patrícia ser jornalista, que, para aqueles da extrema direita que a atacam, é sinônimo de ser mal intencionada, de esquerda e militante. No caso de Patrícia Campos Mello, “mulher” e “jornalista” atuam lado a lado para construir um significado específico. Se fosse apenas mulher, e não vista como uma mulher de esquerda, petista ou militante (sinônimos de jornalista da *Folha* para o grupo), Patrícia talvez recebesse o benefício da dúvida ou não fosse atacada com tanta veemência. Se fosse apenas jornalista, mas não mulher, poderia ser “corrupta”, “manipuladora”, “mentirosa” ou “comunista”, como são nomeados outros alvos dos extremistas bolsonaristas, como Leonardo Sakamoto ou Glenn Greenwald. Sendo mulher e jornalista, a manipulação de que é acusada inclui uma perversão moral, recaindo no já conhecido imaginário da prostituta. A jornalista é quem se vende e a mulher é quem se vende sexualmente. Se o jornalismo é corrupto, no caso generificado paga-se com o corpo, o que reforça a normatividade e os mecanismos de controle desses discursos patriarcais sobre o corpo feminino.



Figura 8 – Tuíte de Carlos Bolsonaro divulga ideia de que jornalista é militante.

Em seu livro *A Máquina do Ódio* (2020), Mello considera a fala de Bolsonaro como um “divisor de águas”, que, apesar da gravidade, incentivou também uma reação maior daqueles que defenderam a jornalista, muitos deles partindo também da essencialização da “mulher”, de que tratamos no capítulo anterior. Apesar de defenderem que Mello é digna de respeito, muitas falas o fazem a partir do mesmo referencial da “mulher que é defensável”, sem intenção de desconstruir a ideia de que algumas mulheres devem ser defendidas e outras atacadas. Argumenta-se que a jornalista é mãe, filha e esposa de alguém, convocando os acusadores a refletirem: “e se fossem as suas?”. Patrícia explica que a defesa teria vindo de todos os cantos do espectro ideológico, “da direita à esquerda, associações cristãs, judaicas, de mulheres empresárias, atrizes e artistas, estudantes, gente da periferia e dos bairros ricos – muita gente repudiou o desrespeito às mulheres” (MELLO, 2020, p. 988). Em um exemplo, comenta sobre o e-mail que recebeu na redação da *Folha* de um eleitor de Bolsonaro

arrependido, que dizia crer que o presidente tinha valores, mas que se equivocou. “Tenho mãe, esposa, irmãs e, em breve, terei uma filha. E a última coisa que desejaria que acontecesse a elas é o que vem acontecendo com a jornalista” (MELLO, 2020, p. 1001). Assim, Patricia Campos Mello deveria ser respeitada por fazer parte de uma família cisheteronormativa.

Assim como as posições de sujeito e articulações discursivas, para Laclau e Mouffe (2015), são contingentes e não fixas, neste caso, a defesa de Patrícia, como a jornalista afirmou, veio mesmo de perfis com diferentes posicionamentos políticos e não apenas de campos progressistas ou de argumentos unicamente identitários nos sentidos que exploramos no capítulo anterior. Nesse caso, a articulação das equivalências se deu em torno do significante “jornalista”. Em 12 de fevereiro, o apresentador José Luiz Datena, que já foi defensor de Jair Bolsonaro e protagoniza o programa *Brasil Urgente* na *Rede Bandeirantes*, condenou as falas de Nascimento na CPMI, solidarizando-se com a jornalista e tornando-se também alvo de conservadores decepcionados com seu posicionamento. Na mesma data, Diogo Mainardi, um dos fundadores do site de direita *O Antagonista* fez um tuíte dizendo que “Estupro coletivo de jornalista nas redes sociais é coisa de psicopata”. Na perspectiva daqueles que a atacaram, Mainardi e Datena teriam se solidarizado por conta de dividirem com Patrícia a condenável condição de jornalista. Isso pode ser observado nas respostas à postagem de Mainardi, como “E quanto a estupros da verdade praticados por jornalistas?”; “Ou será que são furos demais no jornalismo brasileiro para serem tapados?”; “Depende do ponto de vista!! jornalista ou mercenário?”; “Quem sofre de psicopatia atualmente são os jornalistas.”; “Corporativismo puro”; ou “Que os jornalistas provem do próprio veneno!”¹⁴. A articulação dessas posições de sujeito tradicionalmente conservadoras com outras mais progressistas se deu em torno de uma equivalência, amarrada pelo termo “jornalista”. Trata-se de uma concessão, um encontro contingente, como explicam Laclau e Mouffe (2015): “Como a lógica da diferença nunca logra constituir um espaço plenamente suturado, também a lógica da equivalência tampouco o faz. A dissolução do caráter diferencial das posições dos agentes sociais por meio da condensação equivalencial nunca é completa” (LACLAU; MOUFFE, 2015, p. 207). Enquanto isso, aqueles que atacam Patrícia e passam a atacá-los, o fazem também com enfoque nesse significante, sob o argumento de corporativismo, supostos privilégios decorrentes da liberdade de imprensa e abordagens enviesadas ideologicamente com fins políticos.

Para visualizar a circulação hipermidiática, que transitou entre diferentes meios de comunicação *on* e *off-line*, recorreremos ao modelo proposto por Mario Carlón (2020)

¹⁴ Disponíveis em: <<https://twitter.com/diogomainardi/status/1227487325824802816>>. Acesso em: 04 mar. 2021

conforme Diagrama 1. Nele, observaremos que a controvérsia gerada no Twitter, à qual daremos enfoque na análise, bem como grande parte do embate polarizado em torno do caso, se deu na segunda fase de circulação, que corresponde à repercussão nas redes sociais. O dispositivo de Mario Carlón (2020), além de mapear a circulação no tempo, nos permite outras percepções, como o sentido da circulação, que neste caso é descendente, já que tem início em um depoimento televisionado, ou seja, proveniente dos meios de comunicação tradicionais, *off-line*. Apesar de ter repercutido nos meios *online*, o caso também reverberou na grande imprensa, seja na própria TV Câmara, com a fala de Eduardo Bolsonaro, seja em programas de grande audiência em canais abertos, como o da Fátima Bernardes e de Datena. Carlón propõe que cada mudança na escala de midiatização, ou seja, cada migração inter-sistêmica, quando há passagem dos meios tradicionais para as redes ou vice-versa, seja também uma mudança de fase na circulação. Assim, observamos que o depoimento e suas reafirmações ou contestações na televisão fazem parte da primeira fase, emergência, enquanto a repercussão nas redes sociais configura uma segunda fase, que se dividirá em subfases devido a mudanças significativas de sentido, passando pela divulgação dos primeiros comentários acerca do depoimento, pela divulgação noticiosa em portais *online*, pela contestação e defesa das provas apresentadas por Patrícia Campos Mello, pela repercussão sobre novas acusações, como a de Jair Bolsonaro e, por fim, pela reverberação internacional da gravidade do caso. No nosso diagrama, cada cor representa uma fase, de modo a facilitar a leitura. Uma mudança de fase não significa a extinção da anterior, por isso é possível haver o caminhar simultâneo de diferentes cores.



Figuras 9 – Felipe Neto, com 13 milhões de seguidores, se coloca a favor de Patrícia Campos Mello na Segunda Fase da circulação.

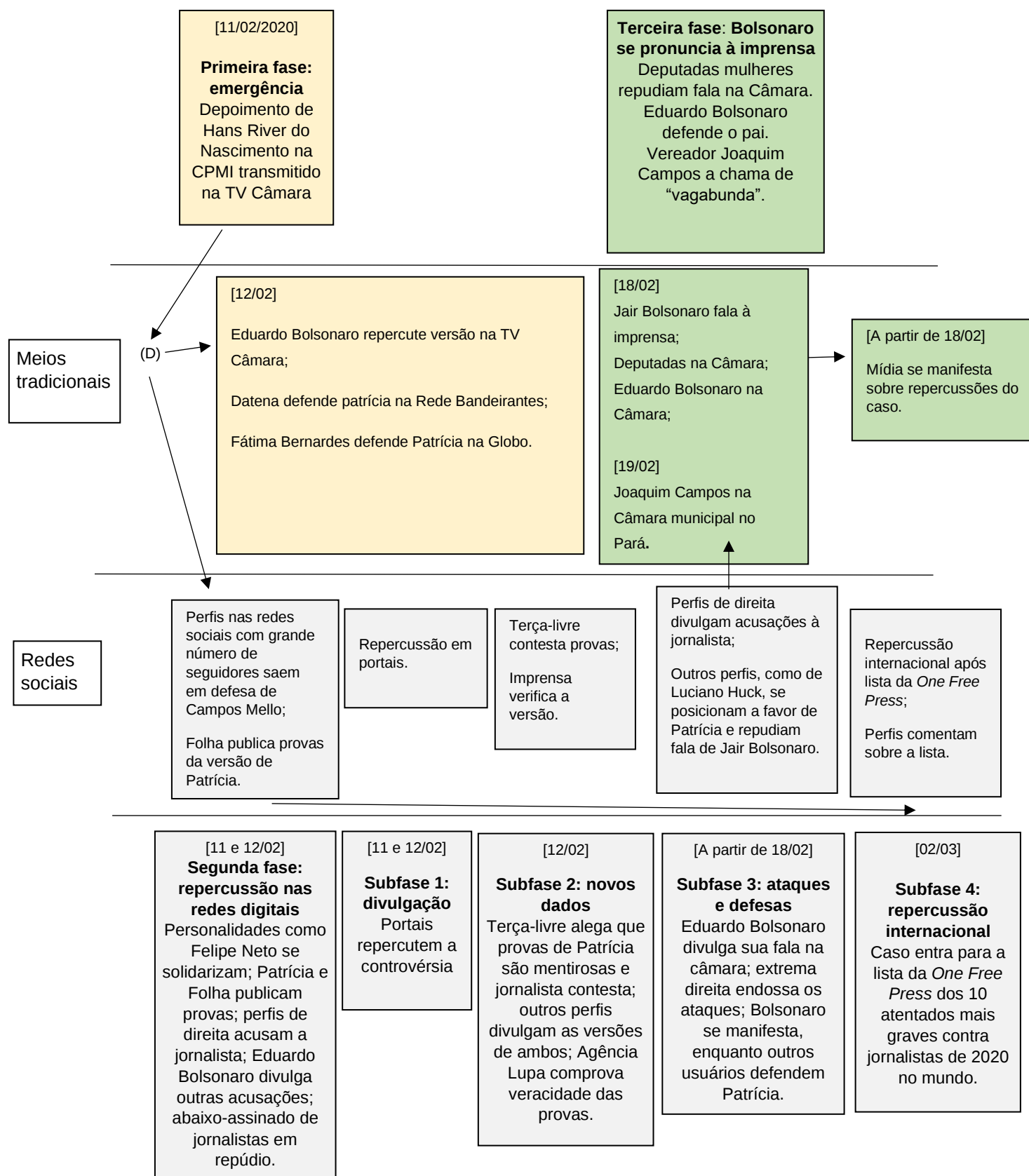


Diagrama 1 – Dispositivo de análise de circulação temporal conforme proposto por Carlón (2020).



Figuras 10 e 11 – Tuítes de Eduardo Bolsonaro, que tem aproximadamente 2 milhões de seguidores, pertencentes à Segunda Fase de circulação.



Figura 12 – Tuíte de Jair Bolsonaro (6,6 milhões de seguidores), parte da Subfase 3 da 2ª Fase.



Figura 13 – Repercussão internacional do caso pela BBC britânica, no perfil de Ros Atkins, apresentador da emissora (86, 8 mil seguidores).

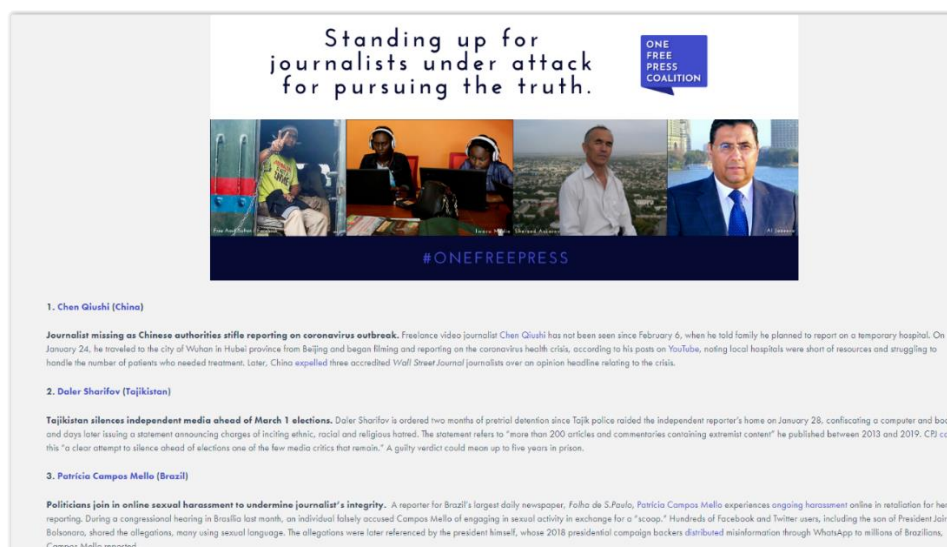


Figura 14 – Caso entra na lista dos 10 mais graves internacionalmente, na Subfase 4 da Segunda Fase de circulação midiática.

3.1.1 Posições antagonistas e percursos passionais

Para mapear as posições antagonistas que se apresentam no caso Patrícia Campos Mello, selecionamos um *corpus* composto por 201 tuítes, coletados via Busca Avançada do Twitter. Após estudar o caso, o dividimos em duas etapas para fins de busca na ferramenta. Primeiro, inserimos o período de 11 de fevereiro, data do depoimento de Nascimento, até 17 de fevereiro, um dia antes da fala de Jair Bolsonaro sobre o “furo de reportagem”. Nesse período, pesquisamos tuítes que contivessem o termo “Patrícia Campos Mello” e algum dos termos: “jornalista” ou “folha”, pois identificamos serem as menções mais recorrentes nesta etapa¹⁵. Dessa pesquisa, obtivemos um total de 101 tuítes na categoria de “principais resultados”. Em seguida, fizemos a pesquisa no período de 18 de fevereiro, quando houve o pronunciamento do presidente, a 18 de março, de modo a conseguir alcançar eventuais repercussões tardias, como a internacional, que aconteceu em março. Nessa seleção, incluímos os termos “Patrícia Campos Mello” e “jornalista”, “folha”, “furo” ou “Bolsonaro”, por entendermos que a repercussão, após a fala presidencial, incluiu também essas palavras¹⁶. Obtivemos como resultado 100 tuítes, trabalhando também com a seleção de resultados

¹⁵ Resultados disponíveis em:

<[https://twitter.com/search?lang=pt&q=Patricia%20Campos%20Mello%20%20\(jornalista%3B%20OR%20folha%3B%20OR%20Patrica%20OR%20Campos%20OR%20Mello\)%20until%3A2020-02-17%20since%3A2020-02-11&src=typed_query](https://twitter.com/search?lang=pt&q=Patricia%20Campos%20Mello%20%20(jornalista%3B%20OR%20folha%3B%20OR%20Patrica%20OR%20Campos%20OR%20Mello)%20until%3A2020-02-17%20since%3A2020-02-11&src=typed_query)>. Acesso em 06 mar. 2021.

¹⁶ Resultados disponíveis em:

<[https://twitter.com/search?lang=pt&q=Patricia%20Campos%20Mello%20%20\(jornalista%3B%20OR%20folha%3B%20OR%20furo%3B%20OR%20bolsonaro\)%20until%3A2020-03-18%20since%3A2020-02-18&src=typed_query](https://twitter.com/search?lang=pt&q=Patricia%20Campos%20Mello%20%20(jornalista%3B%20OR%20folha%3B%20OR%20furo%3B%20OR%20bolsonaro)%20until%3A2020-03-18%20since%3A2020-02-18&src=typed_query)>. Acesso em 06 mar. 2021.

“principais” obtida pela ferramenta. Optamos pela obrigatoriedade do nome da jornalista para obter uma amostra mais precisa e mais delimitada, visto que a análise não contou com ferramentas de apoio e organização de dados¹⁷. A pesquisa em separado serviu unicamente para incluir termos diferentes em diferentes períodos, já que buscar por “furo” ou “Bolsonaro” antes de 18 de março traria resultados que não dizem respeito à controvérsia em questão, mas, para mapear os discursos, trabalhamos sobre uma amostragem única de todos os tuítes coletados, já que notamos não haver grandes diferenças em termos de articulação discursiva entre um período e outro.

Para examinar a amostra e classificá-la, utilizaremos metodologia desenvolvida por Allegretti, Giovannini e Prado (2021), em artigo que ainda se encontra inédito, em etapa de avaliação. Os autores analisaram a controvérsia no Twitter sobre a polêmica envolvendo Lília Schwarcz e Beyoncé, na ocasião em que, após o lançamento do filme *Black Is King* da cantora, obra musical que reencena o filme *Rei Leão* a partir do protagonismo negro, a historiadora brasileira fez uma crítica, no jornal *Folha de S. Paulo*, alegando que Beyoncé errou ao “glamourizar negritude com estampa de oncinha”¹⁸. O texto de Schwarcz gerou repercussões nas redes tanto por parte daqueles que defenderam a credibilidade e o trabalho intelectual da autora, quanto daqueles que a criticaram por entenderem que não se tratava do seu lugar de fala e que ela, enquanto acadêmica branca, não entendeu os sentidos da obra para o povo negro. Os embates antagonistas se deram também em torno da temática do cancelamento, que é esse movimento de linchamento coletivo que ocorre nas redes sociais digitais normalmente em torno de temas polêmicos e de posicionamentos de personalidades conhecidas considerados equivocados ou politicamente incorretos, especialmente envolvendo questões identitárias e morais. O debate sobre o cancelamento vem crescendo nos últimos anos em consequência do aumento de embates polarizados no meio digital e já dava sinais na época dos casos de que tratamos nesta dissertação, mas ficou mais forte na recente controvérsia entre Schwarcz e Beyoncé. Na metodologia de análise, após coletarem uma amostragem de tuítes a partir dos principais termos que apareceram na polêmica, os autores classificaram esse *corpus* de acordo com as posições antagonistas para, então, mapear os principais afetos e elementos discursivos que sustentaram o embate. Seguindo essa proposta, dividimos os tuítes coletados com relação ao caso Patrícia Campos Mello em 4 categorias principais de acordo com as posições antagonistas perante a controvérsia. Vejamos:

¹⁷ Ferramentas disponíveis como TwittyJar e NVivo foram testadas, mas não funcionaram para nossa análise devido a restrições do Twitter em disponibilizar a extração de dados passados ou impossibilidade das próprias ferramentas de análise em coletar postagens com certa anterioridade com relação à data de pesquisa.

¹⁸ Matéria disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2020/08/filme-de-beyonce-erra-ao-glamorizar-negritude-com-estampa-de-oncinha.shtml>. Acesso em: 27 abr. 2021.

A) Contra Patrícia Campos Mello (45 tuítes)

Na categoria, entram as postagens que endossam a versão de Nascimento, acusando a jornalista de ter se oferecido sexualmente, bem como aquelas que adicionam novos fatos dignos de ataque: é petista, defendeu Cuba, seu pai é corrupto, mentiu na matéria, as agências de disparo de mensagens confirmaram a mentira, entre outros. Além daqueles que trazem as acusações, existem aqueles que as replicam, usando termos como “jornalixa” e “divulgadora de *fake news*”. Algumas das postagens contêm xingamentos e ofensas pessoais mais diretas, enquanto outras trazem supostas informações para condenar a jornalista. Muitos dos ataques se baseiam nos significantes “mulher” e “jornalista”, como descrito anteriormente, como sinônimo de perversão. Somam-se outros como: “militante” e “de esquerda”, adicionados pelas acusações. As postagens têm alta carga passional, muitas delas baseadas em um percurso de ódio ao outro. Além dos Bolsonaro, aqui entram nomes como os deputados Felipe Barros, Carlos Jordy e Éder Mauro, além de usuários desconhecidos.



Figuras 15 e 16 – Tuítes atacando Patrícia Campos Mello, com base em supostos dados ou apenas em ofensas.

A.1) Contra Patrícia / Contra jornalistas (10 tuítes)

Neste subgrupo, daqueles que atacam Patrícia Campos Mello, os usuários se posicionam contra os jornalistas enquanto grupo, argumentando que eles são de esquerda e militantes, acham que não podem ser contestados ou simplesmente “não são jornalistas sérios”. As falas têm alta carga passional, com argumentações agressivas. Posicionamentos de outras jornalistas, como Vera Magalhães, a favor de Patrícia, também são responsáveis por disparar essa reação contra jornalistas. Esse posicionamento tem maior volume numérico do que aparece na amostragem, já que muitas falas se dão nos comentários aos tuítes (como no de Vera) e não em tuítes em si.

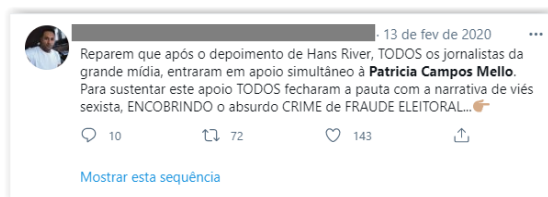


Figura 17 – Posicionamento contra os jornalistas.

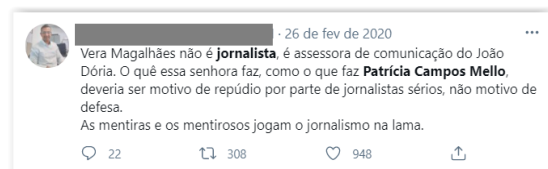
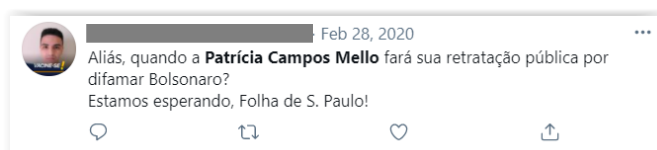


Figura 18 – Tuíte em reação a Vera Magalhães.

A.2) Contra Patrícia / Defesa de Bolsonaro (3 tuítes)

Neste subgrupo, que aparece em menor número na amostra, estão aqueles que, apesar de também criticarem Campos Mello, argumentam mais fortemente na defesa de Jair Bolsonaro, como nos casos abaixo:



Figuras 19 e 20 – Postagens em defesa de Bolsonaro.

B) A favor de Patrícia Campos Mello (46 tuítes)

Aqui entram aqueles que se posicionam na defesa, endossando as provas da veracidade da sua versão contra a de Hans, defendendo seu trabalho como jornalista ou alegando que ela é mulher e mãe, por isso merece respeito. Estão também aqueles que apenas se solidarizam com Patrícia ou repudiam as ofensas,

principalmente as proferidas por Eduardo e Jair Bolsonaro. Os posicionamentos a favor se guiam pelos significantes “mulher”, “mãe” e “jornalista”, bem como pelo combate à violência. Entre os enunciadores de destaque, estão Luciano Huck, Eduardo Suplicy, Leonardo Sakamoto, o perfil oficial do PT Brasil, a OAB, além de jornalistas mulheres como Natuza Nery, Monica Bergamo, Beatriz Jucá e Julia Duailibi. A jornalista Vera Magalhães é um dos principais *nós* deste lado dos que defendem Patrícia e sua manifestação gera uma reação maior de ataques a jornalistas e ofensas a Campos Mello.



Figura 21 – Tuíte de Vera Magalhães, um dos principais *nós* dentre os que defendem Patrícia Campos Mello.

B.1) A favor de Patrícia/ Contra os Bolsonaro e o “gabinete do ódio” (40 tuítes)

Neste subgrupo, os usuários, ao se posicionarem a favor da jornalista, têm como principal enfoque a crítica a Eduardo ou Jair Bolsonaro, bem como a crítica ao chamado “gabinete do ódio” e suas atuações orquestradas de linchamento virtual. Entre enunciadores de destaque, temos Dilma Rousseff, Jean Wyllys, atrizes e artistas do Movimento 342 Artes e a senadora Mara Gabrilli. Nessa argumentação, defende-se que o caso contra Campos Mello é condenável, sendo preciso refletir quem está por trás dos ataques e quais os interesses envolvidos. Além disso, cobra-se de Jair Bolsonaro e dos demais parlamentares uma postura de acordo com as figuras públicas que são.



Figuras 22 e 23 – Posicionamentos contra os Bolsonaro e o “gabinete do ódio”.

C) Noticiando/descrevendo o caso (44 tuítes)

Nesta categoria, estão as postagens que noticiam o caso e seus desdobramentos, seja a fala inicial na CPMI das *Fake News*, seja suas repercussões. São tuítes mais descritivos, que, apesar de trazerem em maioria notícias atestando a veracidade da versão de Patrícia, não se posicionam abertamente, não assumem lados no “nós *versus* eles” criado pela controvérsia. É o caso de tuítes de portais como a própria *Folha*, *UOL*, *Nexo*, *Mídia Ninja*, *Carta Capital* e *O Antagonista*.



Figura 24 – Portal G1 noticia as reverberações do caso.

D) Ponderação (13 tuítes)

Nesta última categoria, incluímos as falas que não têm como foco principal o ataque ou a defesa a Patrícia ou a Bolsonaro; são tuítes que ponderam outros fatores. Incluímos aqui aqueles que argumentam que as jornalistas mulheres que defendem Patrícia se omitiram nos ataques à ex-presidente Dilma Rousseff; que comparam aqueles que defendem fervorosamente Bolsonaro, os “bolsominions”, aos “lulaminions”, e que afirmam que o problema são os extremos; aqueles que alegam que as mulheres da direita, como a ministra Damare Alves e a ex-secretária da cultura Regina Duarte, são constantemente atacadas e ninguém as

defende; e outros que questionam a omissão do Twitter em frear a repercussão do caso e evitar o linchamento de Patrícia Campos Mello.

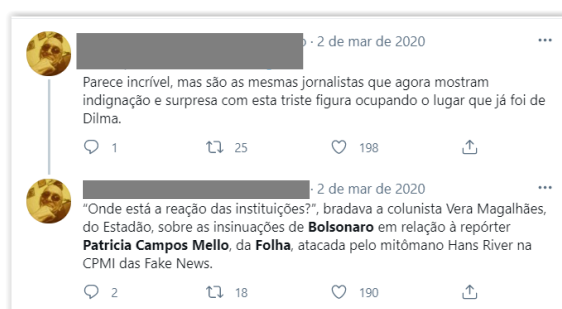


Figura 25 – Jornalistas mulheres são questionadas em seu posicionamento sobre Dilma Rouseff.

Observando o lado daqueles que a atacam, Campos Mello considera, analisando o funcionamento do chamado “gabinete do ódio”, que a finalidade das postagens de muitos desses principais *nós* de que falamos, como Jair Bolsonaro e seu filho Eduardo, além de outros políticos bolsonaristas, é justamente inflamar sua base de seguidores contra alvos externos, desviando a atenção de questões delicadas ao governo, como a desvalorização do real, as perspectivas ruins sobre o PIB ou as investigações do assassinato de Marielle Franco. Casos que vão do ataque a Drauzio Varella, de que trataremos no item que segue, à declaração de Bolsonaro em visita aos Estados Unidos de que a eleição de 2018 teria sido fraudada, passando por críticas ao comunismo chinês e pelos próprios ataques a Patrícia Campos Mello fazem parte do que chama de “tática diversionista”. O gabinete do ódio, segundo definição da jornalista, é formado por nomes como Felipe Martins, que foi aluno de Olavo de Carvalho, é influenciador digital e editor do site bolsonarista *Senso Incomum*, e foi nomeado assessor internacional da presidência; e Tercio Arnaud Tomaz e José Matheus Sales Gomes, ex-assessores de Carlos Bolsonaro ligados aos perfis *online* *Bolsonaro Opressor* e *Bolsonaro Zuero*, que também ganharam cargos no governo e estariam compondo a força-tarefa de coordenar os ataques digitais. Outros jornalistas que apuram o funcionamento dessas organizações que atuam na rede, como Marlos Ápyus, que acompanha grupos conservadores desde 2013, também defendem a existência de uma “máquina de promover linchamentos virtuais” (MELLO, 2020).

Patrícia Campos Mello traz, ainda, as reflexões do jornalista Giuliano Da Empoli, que, em seu livro *Engenheiros do caos* (2019), estudou o funcionamento das *fake news* e dos ataques coordenados em ambientes virtuais. Para ele, segundo Mello, as “redes sociais e o

uso do Big Data funcionam melhor com mensagens e políticos de visões extremas. Políticos de centro correm o risco de entrar em extinção se insistirem em mensagens mornas” (Mello, 2020, p. 1598). Ao contrário da ideia de que populismos de direita com forte atuação nas redes buscam apenas homogeneizar uma determinada massa para segui-los, a estratégia apontada por Da Empoli (2019) iria no sentido de inflamar paixões no maior número possível pequenos grupos, direcionando-os contra inimigos. Isso explicaria os diferentes dados, que vão das supostas insinuações sexuais da jornalista, que mobilizam os defensores morais e religiosos, até o envolvimento de seu pai em casos de corrupção, que reverbera nos grupos anticorrupção ou a favor da Lava Jato, por exemplo, passando por sua preferência pelo PT, que inflama os antipetistas. Essa observação de Da Empoli, portanto, nos agrega um dado sobre o mecanismo passional que atua fortemente nas redes sociais, corroborando para o efeito cascata. Determinados gatilhos, como a fala inicial de Hans River do Nascimento, as falas de Eduardo Bolsonaro e a fala de Jair Bolsonaro disparam percursos passionais coléricos dos sujeitos que se posicionam à extrema direita nesse debate, atacando a jornalista e defendendo o bolsonarismo. Da Empoli (2019) completa: “O populismo é filho do casamento entre a cólera e os algoritmos”.

Greimas (2014), a partir da definição de cólera no dicionário – “violento descontentamento acompanhado de agressividade” –, traça seu percurso como uma sequência de frustração, descontentamento e agressividade. Explica, ainda, que se trata de uma paixão complexa, na qual um sujeito fortemente modalizado vive um tipo de espera chamada “fiduciária”, na qual, mais do que ansiar por uma junção a um objeto de valor, estabelece uma relação com outro sujeito, o do fazer, quase contratual, com uma confiança e uma expectativa em um dever-fazer por parte do outro. Trata-se, entretanto, como explica o autor, de um contrato imaginário, um simulacro criado pelo sujeito da espera, entendendo por “simulacro” aquilo que ele projeta para fora de si e, mesmo sem ter fundamento, orienta o comportamento intersubjetivo. A relação se dá, assim, entre o sujeito da espera e o simulacro. Ao não ter sua expectativa atendida, esse sujeito passa a sentir frustração e decepção, em uma crise dupla de confiança, tanto no sujeito de fazer, quanto em si mesmo pela confiança mal depositada. É esse descontentamento composto por frustração e decepção que serve de pivô para o item subsequente, a agressividade. Ocorre que, em decorrência da espera frustrada, a benevolência da confiança transforma-se em malevolência, instaurando um querer-fazer negativo em relação ao outro que poderá se transformar em um novo programa narrativo caso exista também um poder-fazer. O desfecho do percurso da cólera, entretanto, se manifesta como um excesso, um querer-fazer exacerbado que domina o sujeito antes que ele tenha conseguido elaborar um programa de ação para, de fato, agir. Assim, explica Greimas (2014), sem conseguir construir um programa apropriado, como seria o da vingança,

por exemplo, esse sujeito da cólera passa a utilizar somente elementos esparsos, reunidos em uma agressividade orientada a um outro. Trata-se, conclui, de um programa narrativo sincopado, ou seja, fora de ritmo, descompassado.

Podemos considerar o sujeito colérico como aquele que se manifesta com uma carga passional mais tensa, baseada em um percurso de ódio ao ódio, com elementos esparsos de agressividade sem necessariamente construir argumentos para tais ataques. Esse sujeito compõe a maior parte das argumentações contra Patrícia Campos Mello e todas aquelas em seus subgrupos (contra os jornalistas e em defesa de Jair Bolsonaro). O sujeito colérico também é protagonista das reações agressivas em comentários aos tuítes dos principais *nós*, que não entraram na nossa amostra, mas são significativos para o panorama discursivo. São sujeitos que se sentem frustrados em suas expectativas anteriores e uma das explicações possíveis é devido à sua confiança mal depositada no jornalismo, que antes da ampliação do acesso à internet e do crescimento das redes sociais digitais, detinha uma espécie de monopólio da informação e, na perspectiva do grupo, usou dele para manipular em favor de governos corruptos e de esquerda como o do PT. Pode também ser aquele que se sentiu privado de privilégios de que acreditava ser merecedor, por ser conservador, branco ou com acesso de classe, por exemplo. Com a ascensão dos debates identitários, esse sujeito passou a ser visto como opressor, politicamente incorreto ou foi apenas barrado de seu espaço privilegiado, sentindo-se frustrado e passando a manifestar uma agressividade difusa. Nesse sentido, Campos Mello avalia que “o que une esses grupos é o ressentimento, a sensação de que são vítimas de uma injustiça, de que um outro grupo é protegido pelas elites e recebe mais do que merece. Décadas de políticas identitárias da esquerda colaboraram para esse sentimento” (MELLO, 2020, p. 1587).

Apesar de entendermos esse primeiro sujeito, mais propriamente agressivo, como aquele que manifesta o percurso da cólera, percebemos que o ressentimento mencionado pela jornalista é uma paixão que também tem espaço no caso em questão, mas que difere um pouco da primeira. Enquanto o sujeito colérico é agressivo de forma mais direta, é mais reativo, o ressentido é uma espécie de vingativo que não se assume e não se nomeia como tal; seu posicionamento é mais sutil. Fiorin (2007), para analisar o percurso do ressentimento, parte de sua definição em dicionário: “lembrar-se com animosidade dos males, das ofensas que sofreu, como se os sentisse ainda”. Seu percurso se assemelha ao da cólera: parte de uma espera fiduciária, na qual há uma crença em um dever-fazer do outro, mas com uma incerteza de que esse dever-fazer será feito; trata-se de uma espera tensa. Ao ser frustrado em sua espera, passa por uma dupla decepção, consigo mesmo e com o outro, e por uma insatisfação decorrente de não ter o objeto desejado. Ambos compõem um descontentamento, que aparece como sentimento de injustiça. Como o sujeito apresentava

duas esperas, com relação ao sujeito de fazer e ao objeto, apresenta também duas faltas, uma falta objetal e uma fiduciária. O ressentimento é a consciência aguda e reiterada dessa falta fiduciária. Assim, é como se o ressentido ficasse preso àquela sensação de injustiça: “O prefixo re- indica que se trata de uma duratividade descontínua, é como se o ressentido sentisse outra vez a ofensa ou o mal sofrido como no momento em que eles foram cometidos, é um eterno retorno” (FIORIN, 2007, p. 15). Esse ressentimento desperta também a malevolência do sujeito, em um querer fazer mal ou não querer fazer bem, mas o sujeito dessa paixão não tem o poder-fazer, logo, apesar de querer reparar a falta, não instaura um programa de ação, manifestando apenas sentimentos difusos de ódio, inveja e hostilidade. Fiorin defende que o ressentimento é a paixão dos impotentes, trata-se do vingativo que recalca esse desejo de vingança, em uma espécie de cólera contida. Por ser moralmente covarde, o ressentido fica na queixa e na acusação, baseando-se em inverter os sentidos, falsificar e deformar a imagem do seu objeto de ressentimento – este passa a ser construído como uma mentira, como alguém que não é o que parece.

Esse comportamento pode ser observado naqueles que disparam a reação dos sujeitos coléricos, especialmente Eduardo e Jair Bolsonaro, além de alguns políticos bolsonaristas, que espalham diversas alegações sobre quem seria, de fato, a jornalista tão defendida pelo outro lado. Estes compõem parte da amostragem que se posiciona contra Campos Mello. Trata-se de sujeitos que se sentem injustiçados por serem acusados de incompetentes e fascistas, por não serem reconhecidos ou por não serem devidamente apoiados pelo jornalismo como teriam sido governos anteriores como o do PT. Passam, então, a atuar no campo da vingança simbólica, com difamação, detração ou desmoralização (FIORIN, 2007). Assim, o ressentido, ao inverter os sentidos e insinuar diferentes desmoralizações sobre o alvo, sem manifestar uma agressividade mais direta ou explícita em xingamentos, dá o gatilho ao colérico, que atua com maior carga passional no campo da agressividade, com reação mais direta de ódio ao outro. O autor explica, ainda, que uma das táticas do ressentido é lançar uma afirmação que ninguém pode discordar junto a acusações inverídicas ou questionáveis. É o caso da informação lançada por Eduardo Bolsonaro de que Patrícia Campos Mello defendeu o investimento brasileiro no porto de Mariel, em Cuba. Hoje, sabe-se que foi um investimento equivocado e que gerou um calote ao país, mas a jornalista escreveu a matéria na época da decisão, com outros dados. O ressentido aposta na segurança dos fatos, daquilo que se sabe hoje, como o erro no investimento e as más escolhas e esquemas de corrupção dos governos anteriores, apresentando esses dados junto da acusação à jornalista, de maneira a colocá-la em posição moralmente inferior, associada ao roubo e à corrupção, como se compactuasse com esquemas que ainda não eram visíveis à época em que se manifestou. Essa inversão, que Fiorin (2007) aponta como característica

do ressentimento, serve justamente para colocar o ressentido como defensor das virtudes, das tradições, habitando um patamar moral superior.



Figura 26 – Tuíte de Eduardo Bolsonaro sobre o porto de Mariel, exemplo de percurso do ressentimento.

Do lado daqueles que se colocam a favor de Patrícia Campos Mello e contra as manifestações bolsonaristas, também há manifestações passionais, em maior parte em reação aos ataques e inversões que sujeitos ressentidos, como Eduardo Bolsonaro, dirigem à jornalista. Esses que defendem Patrícia e acusam os Bolsonaro são sujeitos críticos, que manifestam uma cólera atenuada, que mantém sua característica de frustração e descontentamento, seja com a falta de decoro dos políticos bolsonaristas, com o fato de não aderirem ao politicamente correto ou com a inversão dos fatos operada pelo “gabinete do ódio”, mas têm menor carga agressiva. Esses sujeitos também partiram de uma espera, de uma crença em um dever-fazer do outro: ainda que muitos não esperassem que Bolsonaro ou os bolsonaristas fossem respeitosos com as mulheres, possivelmente esperavam que eles não endossassem tais acusações como a de Hans River do Nascimento ou mantivessem o mínimo de diplomacia com membros da imprensa. São sujeitos que entendem que os linchamentos foram longe demais e se solidarizam com Campos Mello ou se identificam com sua condição de jornalista, mãe ou mulher; que projetam o ataque em si ou em sua família, manifestando forte oposição à fala do outro lado. É preciso pontuar, da mesma forma que o fizemos ao apontar a existência de uma polarização assimétrica entre discursos de extrema direita e discursos progressistas baseados na identidade, que, nesse caso, o paralelo entre os que atacam e defendem a jornalista também é bastante assimétrico, com diferentes sentidos e diferentes premissas que movem cada grupo. O caso em questão envolve um linchamento em massa que virou assunto de Justiça – a jornalista ganhou o processo que

moveu contra Jair Bolsonaro e Eduardo Bolsonaro por danos à honra¹⁹. Trata-se de uma manifestação intrinsecamente antidemocrática, com ataques a investigações jornalísticas, constrangimentos que miram em uma espécie de autocensura não-declarada, violência psicológica e assédio sexual, em um percurso de ódio movido por sujeitos obscuros, como já apresentamos na definição de Badiou (2002). Já sua defesa é uma defesa democrática, ainda que entre na dinâmica polarizada incitada pelos agressores e não consiga manejar os conflitos de maneira a formar agonismos e não antagonismos (Mouffe, 2015).

Já em um percurso passional conduzido pela racionalidade, estão os sujeitos ponderados, aqueles que não atacam nem defendem Patrícia ou Bolsonaro, mas assumem argumentações paralelas, que fogem das narrativas agressor-vítima e complexificam os sentidos, trazendo dados de que o agredido hoje também pode ter sido agressor ou apontando incoerências em falas que protagonizam as redes. Assim, há uma passionalidade envolvida no debate, mas ela é manejada pela via da argumentação e do questionamento dos sentidos que estão dados, que aparecem majoritariamente. Já aqueles que não se posicionam abertamente e noticiam ou descrevem o caso, ainda que nessa descrição esteja implícita certa interpretação, consideraremos como sujeito covarde, já que existe um percurso passional, mas ele não é abertamente assumido.

A tabela 1 sintetiza as posições de sujeito, bem como seus percursos passionais e pontos nodais, conforme metodologia desenvolvida por Allegretti, Giovannini e Prado (2021). Retomando este último conceito, Laclau e Mouffe (2015) o desenvolvem a partir da ideia lacaniana de *points de capiton* (que por sua vez remete ao capitonê da tapeçaria), que seriam significantes privilegiados que fixam o sentido de uma cadeia significante, totalizam o discurso. Esses pontos nodais, como explicado anteriormente, são lugares simbólicos ocupados por significantes vazios, que adquirem sentido no discurso, costurando-o e atribuindo sentido aos outros significantes da cadeia discursiva de forma retroativa. Além disso, todo ponto nodal se constitui no interior de uma intertextualidade que os excede. Podemos dizer que

A prática da articulação, portanto, consiste na construção de pontos nodais que fixam sentido parcialmente; e o caráter parcial desta fixação advém da abertura do social, resultante, por sua vez, do constante transbordamento de todo discurso pela infinitude do campo da discursividade (LACLAU; MOUFFE, 2015, p. 188).

¹⁹ Como podemos checar em: <<https://www.migalhas.com.br/quentes/342543/bolsonaro-e-condenado-por-ofender-patricia-campos-mello>>. Acesso em 14 abr. 2021.

Posição de sujeito	Categorias	Percurso passional	Antissujeito Patrícia	Antis. Bolsonaro	Ponto nodal
Colérico (48 tuítes)	Contra Patrícia (35 tuítes); Contra Patrícia/ Contra jornalistas (10 tuítes); Contra Patrícia/ Defesa de Bolsonaro (3 tuítes)	Cólera; agressividade	Jornalista; petista; militante; pervertida; manipuladora; não se dá ao respeito.	-	Perversão
Ressentido (10 tuítes)	Contra Patrícia (10 tuítes)	Ressentimento; cólera contida; desejo de vingança recalcado	Manipuladora na intenção de prejudicar Bolsonaro; de esquerda, logo parcial; defensora de Cuba; pai recebeu propina do PT.	-	Antipetismo
Crítico (86 tuítes)	A favor de Patrícia (46 tuítes); A favor de Patrícia/ Contra os Bolsonaro (40 tuítes)	Cólera atenuada	-	Sem decoro; desrespeitoso criador de <i>fake news</i> junto ao gabinete do ódio; agressivo; machista.	Anti bolsonarismo
Ponderado (13 tuítes)	Ponderação (13 tuítes)	Paixão conduzida pela racionalidade	-	-	Hipocrisia
Covarde (44 tuítes)	Noticiando (44 tuítes)	Covardia, sem posicionamento explícito	-	-	-

Tabela 1 – Classificação dos grupos antagonistas no caso Patrícia Campos Mello (autoria nossa).

3.2 Caso Drauzio Varella

No dia 1 de março de 2020, o programa de televisão *Fantástico*, da emissora Rede Globo, exibiu um quadro em que Drauzio Varella, médico cancerologista e figura já bastante midiaticizada, entrevistou presidiárias transsexuais reclusas em penitenciárias masculinas. Varella tem um histórico ligado ao tema já que, em 1989, realizou um trabalho de pesquisa sobre o vírus HIV na população carcerária que residia na Casa de Detenção do Carandiru, atuando voluntariamente no local por treze anos, até sua desativação, e atendendo muitas detentas transexuais. Sua experiência foi relatada em seu *best-seller Estação Carandiru*, lançado em 1999 e vencedor do prêmio Jabuti em 2000. Varella ainda atua voluntariamente junto a populações carcerárias, na Penitenciária Feminina de São Paulo. A reportagem do *Fantástico* se propôs a relatar a situação à qual estão submetidas algumas presidiárias transsexuais, já que, segundo dados apresentados no programa, só nas penitenciárias masculinas paulistas vivem cerca de 700 mulheres trans. A matéria foi composta de falas de fundo do médico contando sobre sua experiência, junto a imagens dos locais visitados, penitenciárias de São Paulo e de Pernambuco, e de conversas dele com as presidiárias. Uma dessas conversas, no Centro de Detenção Provisória de Pinheiros, em São Paulo, aconteceu em grupo, enquanto outras são entrevistas do médico individualmente com quatro mulheres: Thais, Lolla, Suzy e uma residente do Presídio de Tacaimbó (PE) que não aparece identificada na matéria. Entre essas conversas, um trecho da fala de Varella com Suzy causou alvoroço nas redes sociais. Suzy aparece pela primeira vez aos 4 minutos e 13 segundos da reportagem, contando que as presas trans têm, no início, que se prostituir no presídio, já que sofrem preconceito por parte dos demais presos e dos funcionários do local que as impede de conseguir outro tipo de trabalho interno. O médico lembra que, apesar de receberem uma roupa quando entram na cadeia, todos os outros itens de uso pessoal precisam ser comprados e muitas não têm como pagar por essa aquisição quando chegam. Suzy volta a aparecer aos 5 minutos e 39 segundos e aos 10 minutos e 18 segundos, quando começa o trecho que termina com um abraço do médico em Suzy, gesto que virou alvo de polêmica. Nesta última conversa, Varella pergunta a Suzy sobre sua situação conjugal e há quanto tempo ela está sem receber visitas. Ela conta que está há 7 ou 8 anos sem nenhuma visitação e o médico responde com uma fala que se popularizou nas redes sociais: “Que solidão, né, minha filha?”. Na sequência, há um deslocamento de câmera, que dificulta identificar se aquela cena acontece imediatamente depois ou trata-se de uma edição, e o médico aparece dando um abraço em Suzy. O crime que ela havia cometido não é mencionado em nenhum momento da matéria, ao contrário de Lolla, que aparece ilustrando um gráfico da reportagem que indica que a maior parte das presidiárias trans, como no caso dela, é detida por roubo, enquanto

apenas 7,7% teve como crime o homicídio, caso de Suzy, condenada por violentar sexualmente e matar uma criança.

Suzy não é a personagem principal da matéria do *Fantástico*. Além de ser uma entre quatro entrevistadas, nos 13 minutos e 24 segundos de reportagem, ela aparece por 1 minuto e 53 segundos no total, considerando três trechos espaçados devido à edição, mais do que Thais, que tem 1 minuto e 8 segundos, mas menos do que Lolla, com 3 minutos e 28 segundos, e do que a presidiária de Tacaimbó, com 2 minutos e 2 segundos. Ao longo do quadro, alguns problemas complexos com relação a encarceramento e transexualidade foram apresentados, como: o fato de, em uma das penitenciárias de Pernambuco, cada vaga para um preso estar ocupada por dez; a marginalização das trans com relação a trabalho mesmo dentro da cadeia, restando a elas apenas o trabalho sexual, da mesma forma que acontece fora das grades; a dificuldade em conseguir emprego após sair do cárcere, grande entrave à reinserção social de ex-presidiários no geral; a não aceitação da transexualidade pelas famílias dessas mulheres; e o próprio fato de mulheres trans estarem presas em penitenciárias masculinas, que indica a indiferença do Estado ao fato de se identificarem como mulheres e quanto à normatividade da categoria mulher enquanto ser dotado de características específicas. Apesar disso, foi o abraço, cuja duração não passou de dois segundos, que causou comoção entre diferentes grupos, cada qual com uma narrativa diferente.

Após ir ao ar, a matéria repercutiu primeiro em páginas mais voltadas a abordagens identitárias, que enalteceram o gesto de Drauzio Varella de abraçar Suzy. Essas postagens criaram uma narrativa com base na reportagem que construiu o médico como um herói, um ser dotado de virtudes e cujo ato de humanidade de se comover com a situação da detenta e abraçá-la serviria de lição a todos. Já Suzy é construída como a vítima, a representante da identidade trans que é oprimida dentro ou fora da cadeia, identidade relegada ao sofrimento da mesma forma que Suzy o é em seus oito anos de solidão sem nenhuma visita. Essa narrativa usa elementos das abordagens identitárias que examinamos no capítulo anterior, como a elaboração do caso em termos de bem e mal, de modo a enquadrá-lo no âmbito da moral e não da esfera pública, evitando aprofundar-se na discussão de problemas sociais estruturais como encarceramento em massa, heteronormatividade e transfobia, para focar nas pessoas: Drauzio e Suzy, o herói e a vítima. Um aprofundamento do debate, comprometido com a causa, poderia ter levantado outras proposições, como: mobilizações visando a possibilidade de serem transferidas a penitenciárias femininas; movimentos direcionados a conscientizar sobre a história das mulheres trans e sua relação com índices criminais, incluindo questões como a marginalização que enfrentam socialmente e no mercado de trabalho; ou campanhas que visem minimizar a rejeição das famílias com relação à transexualidade. Mas essa abordagem que predomina nas redes, ao optar por um

recorte que privilegiou a trajetória novelesca do herói e da vítima, acionou o gatilho para o embate que veio na sequência e superficializou a discussão.

Esse recorte pode ser percebido em postagens de algumas páginas que costumam fazer uso de um discurso feminista liberal, como a já referida *Quebrando o tabu*, que dedicou seis publicações no seu perfil do Instagram ao caso, quatro delas dedicadas a enaltecer o gesto de Drauzio Varella, duas no dia seguinte à reportagem, uma no dia 3 de março e uma no dia 5 de março. A primeira dessas quatro, com 147 mil curtidas e três mil comentários, do dia 2 de março, tem como imagem o momento do abraço de Drauzio em Suzy e, no texto, explica do que tratou o quadro do *Fantástico*, reproduzindo a informação das 700 presidiárias trans em cadeias masculinas, e afirma ser o abraço um dos momentos mais tocantes do programa. Na sequência, ainda no mesmo dia e com 250 mil curtidas e 3900 comentários, a publicação é a imagem de um post de humor no Twitter de um repórter da *Folha de S. Paulo*, Renan Sukevicius, encaixando o nome de Drauzio em todos os programas da Globo, como *Bom dia, Drauzio* ou *Vale a pena ver Drauzio de novo*, uma forma de traduzir, em linguagem memética, a ideia de exaltação do gesto do médico. Já no dia 3 de março, a postagem menciona mais diretamente essa ideia, somente com a imagem do médico e um texto assinado que, entre outros predicados, chama Drauzio Varella de “ícone”. A publicação alcançou 409 mil curtidas e 6.400 comentários, números que, comparados aos dos anteriores, nos permitem acompanhar uma progressão do caso em termos de visibilidade e de produção de sentidos, que ganhou força na posição de exaltar a figura de Varella. A última postagem dessa sequência, de 5 de março, com 144 mil curtidas e 4 mil comentários, mostra o trecho da reportagem em que Suzy conta ao médico sobre o tempo sem receber visitas e recebe o abraço. No texto, conta-se sobre o trabalho de Varella em presídios e com atendimento de mulheres trans, reconhecendo sua “sensibilidade” ao conversar com Suzy e reconhecer “uma das sensações mais humanas possíveis, a solidão” (QUEBRANDO O TABU, 2020). Exaltar o trabalho de Varella ou reconhecer o abraço em Suzy como um momento emocionante do quadro exibido no *Fantástico* não são problemas em si, mas esses recortes, sobrepostos à reportagem, dão peso à narrativa do herói idealizado, deixando em segundo plano debates que seriam mais proveitosos aos movimentos antiopressão de gênero. Além disso, é importante observarmos que a matéria original tinha uma abordagem mais abrangente e não tinha essa história como central, considerando o tempo dedicado a cada caso e a presença de outros temas e outras personagens.



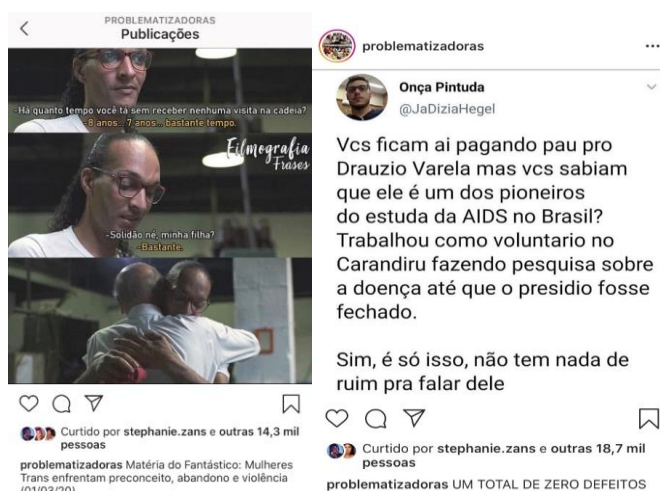
Figuras 27 e 28 – Postagens do dia 02 de março da página *Quebrando o Tabu* no Instagram.



Figuras 29 e 30 – Postagem da página *Quebrando o tabu* no Instagram de 03 de março de 2020.

Outra página que reproduziu esse discurso é a *Problematizadoras*, que conta com 216 mil seguidores no Instagram e é voltada ao discurso feminista. No dia 02 de março, a página fez duas publicações, uma postagem falando dos feitos do médico em seu trabalho na pesquisa do HIV e na penitenciária do Carandiru, acompanhada do texto “Um total de zero defeitos”, referindo-se a Varella, e outra apenas com a fala que se refere à solidão de Suzy, seguida pela cena do abraço, mais uma vez gatilho da comoção. Já no dia 08 de março, a

página repercutiu uma ação que ocorreu logo após a repercussão do caso nas redes: uma mobilização difusa incentivou o envio de cartas à Suzy. Depois da reportagem, após receber pedidos, o presídio divulgou o endereço de envio para Suzy, que recebeu mais de 200 cartas, além de livros, bíblias e presentes. A postagem da página compartilhou a chamada para a notícia do G1, portal da Globo, que informava o número de cartas que a presa já havia recebido. Outra publicação similar partiu da conta no Twitter da Bancada Ativista, que possui 11900 seguidores e se autodenomina, segundo sua descrição na rede, um “movimento de renovação política com diversidade para o combate às desigualdades” que acontece por meio de um mandato coletivo estadual. No dia 07 de março, a página compartilhou a mesma notícia do G1 com a mensagem: “Suzy, você não está sozinha”.



Figuras 31 e 32 – Postagens da página *Problematizadoras* no Instagram de 02 de março de 2020.



Figuras 33 e 34 – Posts das páginas *Problematizadoras*, no Instagram, e da *Bancada Ativista*, no Twitter.

No dia 08 de março, o nome de Suzy entrou para os *Trending Topics* do Twitter, ranking das palavras ou *tags* mais mencionadas na rede. Às 17 horas desse dia, o nome

estava em segundo lugar nos tópicos mais citados, com 61,7 mil tuítes. Foi nessa data que os grupos conservadores começaram a se manifestar sobre o caso, graças a uma matéria em que o site de direita *O Antagonista* divulgou o crime cometido por Suzy. Usuários das redes sociais, desde apoiadores do presidente Bolsonaro, até seu filho Eduardo Bolsonaro e outras figuras conhecidas da direita começaram a repercutir a informação, criticando Drauzio Varella e a Rede Globo por uma suposta manipulação decorrente da omissão dessa informação, além de criarem em Suzy a imagem de um monstro perverso que não seria digno de perdão. Muitas das postagens com esse teor nomearam Suzy no masculino, invalidando sua identificação com o gênero feminino e reforçando a normatização de gênero à qual são adeptos em sua plataforma discursiva neoconservadora. No dia 09 de março, “Suzy” continuou nos *Trending Topics*, na décima colocação, com um total de 156 mil publicações, e entrou no *ranking* também a *hashtag* #DrauzioVarellaLixo, alcançando o quarto lugar. No dia 11 de março, o grupo viralizou também o termo #GloboMentirosa.

O caso gerou diversos atravessamentos hipermediáticos, dos meios de comunicação tradicionais para as redes sociais e, delas, voltando à internet. Com início na televisão, sua primeira repercussão foi em páginas de Facebook, Twitter e Instagram que utilizam abordagens identitárias, com a conotação que apontamos anteriormente. Na sequência, portais de notícias na internet, principalmente os vinculados à Rede Globo, começaram a difundir a repercussão, especialmente a mobilização social em torno do envio de cartas à Suzy. Após a emergência da natureza dos crimes de Suzy, veiculada pelo site *O Antagonista*, o discurso da extrema direita ecoou nas redes sociais, especialmente no Twitter e, principalmente, por apoiadores do presidente Jair Bolsonaro. Portais de notícia como Veja e R7 também veicularam essa repercussão e uma coluna na *Folha de S. Paulo*, de Thiago Amparo, que data de 9 de março, problematizou o fato de se condenar uma pessoa violenta utilizando também um discurso violento. No dia 8 de março, a página oficial de Drauzio Varella nas redes sociais veiculou uma nota de esclarecimento sobre a reportagem, na qual o médico diz que, ao longo de 30 anos nos quais frequenta e desenvolve um trabalho nos presídios, nunca perguntou quais eram os crimes cometidos para que essa informação não prejudicasse o exercício da medicina, já que ele, em suas palavras, é médico e não juiz. O posicionamento, novamente, gerou apoio de um lado e repúdio de outro, principalmente da extrema direita, que interpretou que o médico estava se eximindo da responsabilidade por seus atos e agindo friamente com relação à memória do menino de nove anos vítima de Suzy.



Figura 35 – Matéria do Portal G1 de 07 de março sobre a repercussão do caso Suzy.



Figura 36 – Twitter da *Folha de S. Paulo* compartilha coluna questionando linchamento de Suzy.



Figura 37 – Nota de esclarecimento na página oficial de Drauzio Varella no Instagram.

Voltando à televisão, o caso ganhou destaque, no dia 10 de março, no programa *Alerta Nacional*, da emissora *Rede TV!*, protagonizado pelo apresentador José Siqueira Barros Junior, conhecido como Sikêra Junior. Na matéria, o programa conversou com a mãe do

menino assassinado e, na sequência, o âncora fez um discurso acalorado criticando o que chama de “lacrção”. “Lacrar” é sinônimo de ser bem-sucedido, fazem algo bem, e é um termo forte no universo LGBTQIA+. Nesse contexto de que tratamos, se refere àqueles que fazem parte desse universo, os LGBTs e seus defensores, ou apenas àqueles que tratam de abordagens identitárias e que supostamente estariam querendo chamar atenção nas redes sociais. Junior diz que “a lacrção não perde uma oportunidade para passar vergonha”, chamando-a de “raça do satanás”. Na sequência, ele propõe inverter a situação e pergunta à audiência o que elaalaria se Drauzio Varella fosse visitar e desse um abraço nos assassinos de Marielle Franco, socióloga e vereadora morta a tiros em 2018, em um crime que não teve um desfecho sobre seus mandatários ainda. A extrema direita, frequentemente, acusa a esquerda de se utilizar politicamente da figura de Marielle Franco como bandeira partidária e questiona a idoneidade da vereadora, sem entrar na discussão sobre a complexidade e a gravidade do crime. Siqueira Junior finaliza a “inversão” chamando a “lacrção” de “desgraçada” e completando com a ideia central, explicada no capítulo anterior, que define o signifiante vazio da “ideologia de gênero”: “Vocês queriam [sic] é acabar com a família brasileira, vocês queriam desgraçar com as crianças. Que tara é essa em nossas crianças? Bando de vagabundo, cheio da maconha e [sic] quando endoida quer pegar todo mundo”. O apresentador termina o quadro dizendo que deseja a essas pessoas, os supostos ideólogos de gênero a quem o discurso neoconservador frequentemente se refere, “a justiça divina”, mais uma vez acionando a ideia de bem *versus* mal, e endossando o imaginário de um “outro” que personifica o mal do mundo e que, por isso, precisa ser punido, pagando com sofrimento pelos seus pecados. O discurso do programa é similar ao dos evangélicos neopentecostais presentes na extrema direita, que defendem existir uma missão na terra responsável por travar uma guerra contra o mal. Trata-se de uma narrativa que endossa a posição do sujeito obscuro, que cria um inimigo a ser combatido para que se retorne a um estado ordeiro e mítico no qual os “cidadãos de bem”, aqueles que pertencem ao “mesmo” e que passaram pela triagem, viverão em paz.

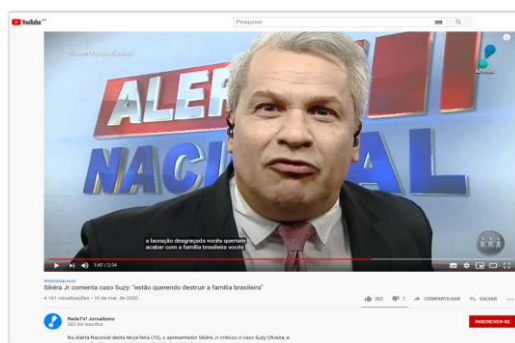


Figura 38 – Vídeo no canal da Rede TV! no Youtube com trecho do programa *Alerta Nacional* que se refere ao caso de Drauzio Varella e Suzy.

É importante pontuar que, ainda que a repercussão se desloque para outro meio midiático, como no caso da ida ao programa da Rede TV!, ela segue circulando também nas redes sociais. A complexidade da circulação hipermidiática, como pontua Carlón (2020), está justamente no fato de que ela é multidirecional e tem uma diversidade de enunciadores. Após repercutir nas redes sociais e na televisão, o caso teve seu desfecho na própria Rede Globo, no dia 10 de março, quando o *Jornal Nacional*, principal programa jornalístico da emissora, em horário considerado nobre (às 20 horas), veiculou um vídeo de Drauzio Varella assumindo o equívoco da reportagem, que deu a entender que Suzy teria também cometido um roubo, explicando sua nota de esclarecimento veiculada nas redes sociais e pedindo desculpas àqueles que se decepcionaram com ele e à família do menino, que teria sido, em suas palavras, “involuntariamente envolvida no caso”. No final de sua fala, o médico acrescenta que não tem intenção de ser candidato a nada e que “as pessoas que estão explorando politicamente esse episódio podem ficar tranquilas”. Essa negação de sua vinculação política responde a diversas críticas de bolsonaristas, que incluíram Drauzio Varella no grupo dos inimigos junto aos “ideólogos de gênero”, os petistas, os “maconheiros de esquerda”, os comunistas e os gays, grupo este que estaria conspirando contra o governo de Bolsonaro e planejando uma forma de retomar o poder para instaurar sua ditadura de esquerda. Esses sujeitos da extrema direita criam uma narrativa que Prado e Prates (2019b) identificaram ao examinar as postagens do Movimento Brasil Livre à época:

O homem comum, sem apoios importantes, diz a verdade em correntes de whatsapp, as verdades que a imprensa não mostra. Isso cria uma corrente nas redes sociais em torno de uma idealizada salvação do país, dando um caráter positivo às causas bolsonaristas e ocultando ideologicamente a potência negativa de sua plataforma de extrema direita, ligada a um ultraneoliberalismo e aos projetos comportamentais reacionários exigidos pelos religiosos. Ao final, ele exulta com a vitória, sempre identificando-se pelo negativo, por aquilo que declara não ser: não é o PT, não é a Venezuela, não é o artista usurpador, o professor doutrinador, não é, resumindo, o esquerdista insidioso. (PRADO; PRATES, 2019b, p. 5)

Com base nesse percurso da circulação e considerando as produções, reconhecimentos e discursos veiculados no caso analisado, podemos construir o dispositivo de análise temporal proposto por Mario Carlón (2020) conforme o diagrama 2, no qual consideramos as mudanças de fase de circulação aquelas em que há trânsito para outro sistema mediático (intersistêmico) e as subfases como aquelas, dentro de uma mesma instância mediática (intrasistêmico), em que há um processo significativo de circulação e produção de sentidos.

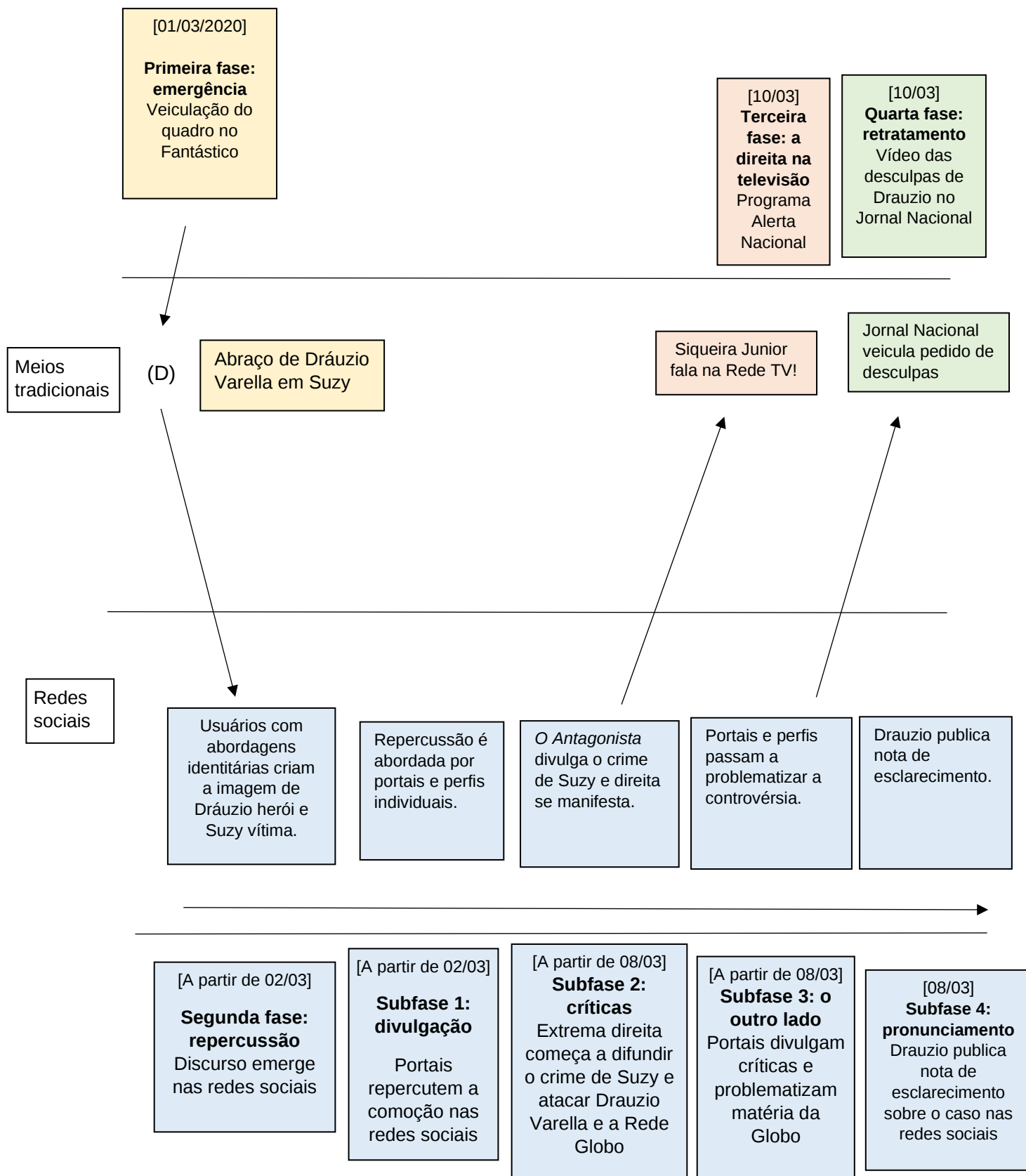


Diagrama 2 – Dispositivo de análise de circulação temporal conforme proposto por Carlón (2020).

3.2.1 Posições antagonistas e percursos passionais

No caso da polêmica envolvendo Draúzio Varella, para analisar os discursos que assumem posições antagonistas, polarizando nas redes sociais, trabalhamos com uma amostra de 328 tuítes, coletados por meio da busca avançada da rede social, selecionando os principais resultados. Diferentemente do caso anterior, em que um marco no tempo influenciou os termos para a pesquisa, neste caso temos um período único de circulação, mais concentrado entre os dias 1 de março, data da veiculação do quadro no *Fantástico*, até 10 de março, data do pedido de desculpas de Drauzio no *Jornal Nacional*, mas estendendo-se até alguns dias depois da sua fala. Entretanto, trata-se de um embate com maior carga tensiva e passional do que o anterior e que envolveu alguns termos e *tags*, que procuramos incluir na busca de maneira a capturar os principais posicionamentos no enfrentamento. Trabalhamos com quatro combinações de termos para a pesquisa: “Drauzio Varella”, “Suzy” e “Globo”, de 1 a 15 de março, que resultou em 88 tuítes e nos permitiu observar repercussões gerais sobre o caso; “Drauzio Varella”, “Globo”, “Suzy”, “#GloboMentirosa”, “#DrauzioVarellaLixo”, de 1 a 15 de março, com resultado de 89 tuítes e mais incidência daqueles que se opuseram ao médico e à Rede Globo; apenas “Drauzio Varella”, de 01 a 15 de março, resultando em 50 tuítes, em sua maioria em torno do embate contra ou a favor de Varella, mas, por conta das primeiras aparições do novo Coronavírus no Brasil, mesclou também informações do médico sobre a doença, que precisamos filtrar para manter o foco na polêmica; e apenas “Drauzio Varella” de 1 a 10 de março, opção de tempo que fizemos para evitar os tuítes sobre a pandemia, resultando em 101 posts. Ao final, juntamos todos os posts²⁰ coletados a fim de estabelecer uma categorização única das posições antagonistas que disputaram os sentidos no caso, dividida segundo a classificação abaixo, baseada na proposição de Allegretti, Giovannini e Prado (2021):

A) Contra a Globo (73 tuítes)

Nesta categoria, estão aqueles que, apesar de repudiarem as atitudes de Drauzio e Suzy, focam seu ataque ao canal televisivo, alguns em um percurso de ódio e outros com um percurso mais crítico e não tão violento. Para os primeiros, a Globo, enquanto representante de uma mídia enviesada, teria propositadamente manipulado para fazer a

²⁰ Os resultados estão disponíveis em:

<https://twitter.com/search?q=Drauzio%20Varella%3B%20Suzy%3B%20Globo%20until%3A2020-03-15%20since%3A2020-03-01&src=typed_query>;
<[https://twitter.com/search?q=\(Drauzio%20OR%20Varella%3B%20OR%20Globo%3B%20OR%20Suzy\)%20\(%20%20%20GloboMentirosa%3B%20OR%20%20%20DrauzioVarellaLixo\)%20until%3A2020-03-15%20since%3A2020-03-01&src=typed_query](https://twitter.com/search?q=(Drauzio%20OR%20Varella%3B%20OR%20Globo%3B%20OR%20Suzy)%20(%20%20%20GloboMentirosa%3B%20OR%20%20%20DrauzioVarellaLixo)%20until%3A2020-03-15%20since%3A2020-03-01&src=typed_query)>; <https://twitter.com/search?q=Drauzio%20Varella%20until%3A2020-03-15%20since%3A2020-03-01&src=typed_query>; e
<https://twitter.com/search?q=Drauzio%20Varella%20until%3A2020-03-10%20since%3A2020-03-01&src=typed_query>.

sociedade se colocar a favor de um assassino e pedófilo, em uma posição ideológica de esquerda e contra a família brasileira. São usuários fortemente modalizados, que propõem boicotes à emissora e a nomeiam de esquerdista, mentirosa ou apenas “lixo”. Exemplos desse caso são os tuítes de Jair Bolsonaro e Eduardo Bolsonaro. Entre aqueles que têm agressividade atenuada, argumenta-se que a Globo falhou na reportagem ao não apurar ou não mencionar o crime de Suzy, dando a entender que seria um crime similar ao das detentas que apareceram antes. Outros ainda questionam se a equipe de reportagem realmente não sabia sobre o crime ou se não estaria mentindo e cobram desculpas da emissora. Diferente do anterior, apesar de se posicionar veementemente contra a Globo, esse sujeito não usa de xingamentos ou ofensas diretas.



Figura 39 – Postagem contra a Rede Globo em percurso crítico.



Figura 40 – Postagem contra a Globo em percurso de ódio.



Figuras 41 e 42 – Tuítes de Jair e Eduardo Bolsonaro contra a Globo.

B) Contra Suzy (22 tuítes)

Neste grupo, estão aqueles que se posicionam prioritariamente contra Suzy, chamando-a de “assassino”, “monstro”, “estuprador” e “cruel”, sempre no masculino, negando o reconhecimento de sua transexualidade. Muitos usam, como mencionado na descrição do caso, o termo “o travesti”, não só para negar sua identificação de gênero, mas em uma perspectiva de reificação do sujeito, tratando Suzy como coisa, como o inimigo perverso e desumano a ser combatido. São mensagens de alta carga tensiva e agressividade, muitas acionando a narrativa do pânico moral, de que ela seria perigosa e que a Globo expôs os brasileiros ao ocultar seus crimes e, inclusive, incentivar que crianças mandassem cartas a Suzy. São abordagens do sujeito obscuro e do discurso neoconservador em sua versão mais extremista.



Figura 43 – Tuíte de Eduardo Bolsonaro contra Suzy.



Figura 44 – Tuíte contra Suzy exemplifica sujeito fortemente modalizado.

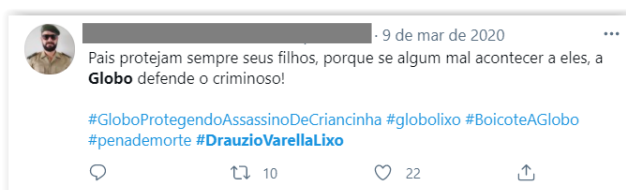


Figura 45 – Tuíte com narrativa de pânico moral.

C) Contra Drauzio Varella (66 tuítes)

Neste grupo estão aqueles posts que focam em atacar Drauzio Varella, também em um percurso de ódio e na perspectiva do sujeito colérico. Muitos partindo de xingamentos, os tuítes apontam que o médico seria militante, esquerdista, petista ou, como no caso da Globo, apenas “lixo”. Os adjetivos atribuídos a Varella nos permitem aproximá-lo do caso examinado anteriormente, em que Patrícia Campos Mello, por outros motivos, também foi chamada de “militante”, “de esquerda” e “petista”. Trata-se da relação de atributos comuns aos perseguidos pelo linchamento da extrema direita.



Figuras 46 e 47 – Tuítes contra Drauzio Varella.

D) Defesa de Drauzio Varella (72 tuítes)

Nesta categoria estão aqueles que defendem o médico, seja por argumentação que afirma que os ataques são injustos ou que ele estava apenas exercendo seu papel ao entrevistar Suzy sem perguntar seu crime, seja por uma exaltação da figura do médico, com predicados como “sem defeitos”, “humano”, “perfeito” ou “nunca errou”. Enquanto os primeiros atuam em uma argumentação moderada, que aponta um olhar racional sobre a polêmica, os segundos partem de uma perspectiva com maior carga passional, em uma idealização eufórica que parte de uma identificação e trata Drauzio como um grande herói.

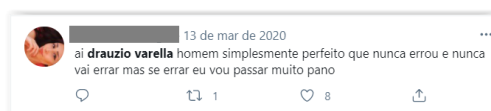


Figura 48 – Tuíte com defesa de Drauzio na perspectiva da idealização eufórica.

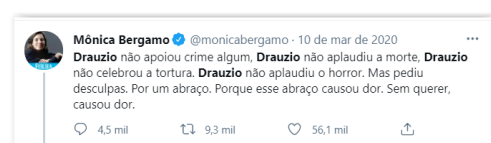


Figura 49 – Tuíte com defesa de Drauzio em perspectiva mais moderada.

D.1) Defesa de Drauzio Varella/ Contra o linchamento (11 tuítes)

Neste subgrupo estão aqueles que, além de defender Drauzio Varella, se posicionam contra o linchamento, com olhar para o cenário mais amplo que envolve a dinâmica das redes sociais e seus embates polarizados.

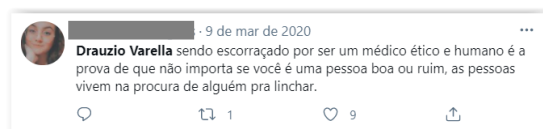


Figura 50 – Tuíte que se posiciona contra o linchamento.

E) Contra Bolsonaro/bolsonarismo (16 tuítes)

Neste grupo estão aqueles que se posicionam contra o presidente Jair Bolsonaro e seus apoiadores, argumentando que aqueles que atacam Drauzio são os mesmos que defenderam a fala do presidente, quando deputado, em defesa de um torturador, lembrando a menção de Bolsonaro ao coronel Ustra na votação do impeachment de Dilma Rousseff. Outros ainda criticam o post de Bolsonaro sobre o caso, quando outras temáticas mais importantes ficam de fora dos pronunciamentos do presidente. Os bolsonaristas ainda são apontados como hipócritas, já que se dizem religiosos, mas negam o perdão a alguém que já está cumprindo sua pena pelo crime que cometeu.



Figuras 51 e 52 – Posicionamentos contra Bolsonaro e o bolsonarismo.

F) Contra Globo, Drauzio Varella e Suzy (20 tuítes)

Neste grupo estão aqueles que se posicionam com igual intensidade contra a Globo, Drauzio Varella e Suzy, apontando todos como “farinha do mesmo saco”, “lixos” e pervertidos. São falas também com alta carga tensiva, muitas proferidas por uma posição do sujeito obscuro.



Figura 53 – Tuíte fortemente modalizado contra Globo, Drauzio e Suzy.

F.1) A favor de Bolsonaro/ Contra Globo, Varella e Suzy/ Contra laçração (2 tuítes)

Neste subgrupo estão aqueles que se posicionam a favor do presidente Jair Bolsonaro e contra o que chamam de “laçração”, sob alegação de que aqueles que defenderam o abraço do médico ou a narrativa de Suzy como vítima estariam, na verdade, querendo “lacrar” nas redes sociais.

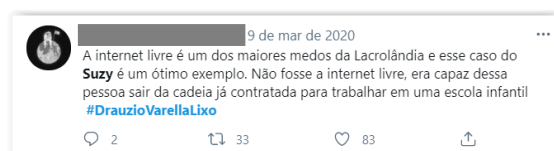


Figura 54 – Tuíte a respeito da “laçração”

G) Não se posicionam (36 tuítes)

Entre aqueles que não se posicionam, estão os que apenas divulgam notícias ou repercussões do caso, em uma fala mais descritiva do que opinativa, e os que comentam sem tomar partido no embate, mencionando temas transversais ou fazendo comentários difusos apenas para falar alguma coisa sobre a polêmica.

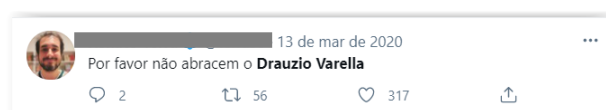


Figura 55 – Tuíte sem posicionamento faz referência à emergência do Coronavírus.

H) Balanço (10 tuítes)

Nesta última categoria, dos que fazem um balanço do caso, classificamos aqueles tuítes que vão além do questionamento de quem está certo e quem está errado, além do ataque e da defesa, ponderando o ocorrido e buscando outros atravessamentos que permeiem o debate, como o fato de a gravidade do crime de Suzy não minimizar os problemas enfrentados por presidiárias trans em penitenciárias masculinas ou como o abraço serviu de gatilho para a transfobia aparecer. São falas que propõe um debate, um aprofundamento.

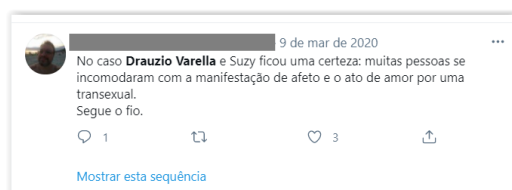


Figura 56 – Tuíte com argumento que procura aprofundar o debate.

Partindo da perspectiva da Semiótica das Paixões, o sujeito obscuro, que atua como operador do discurso da extrema direita no caso do linchamento de Drauzio Varella, da Rede Globo e de Suzy, pode também ser entendido como sujeito da cólera, de acordo com o percurso explicitado anteriormente (frustração-descontentamento-agressividade). É um sujeito altamente modalizado, cuja agressividade, decorrente de uma espera frustrada e uma confiança quebrada, implica em um querer-fazer mal a um outro – que observamos em postagens que vão do desejo de pena de morte à Suzy ou desejo de “ir para o inferno” à Globo e ao Drauzio. Caso houvesse um poder-fazer, essa malevolência poderia se manifestar na forma de vingança, que envolve tanto um ressarcimento moral do ofendido, quanto a punição do ofensor, e funciona como uma espécie de programa de compensação para uma equivalência passional, reequilibrando os sofrimentos. Esse desfecho mostra, esclarece Greimas (2014), que o que circula nesse percurso passional são “objetos paixões” e é por isso que a vingança funciona como regulação social das paixões. Para se concretizar como tal, para além do ato em si, a narrativa da vingança requer uma sanção cognitiva, ou seja, um reconhecimento do herói vitorioso e a humilhação do traidor. Essa sequência passional se aplica ao caso dos bolsonaristas que, se sentindo privados de determinados privilégios que acreditavam ter direito e tendo perdido a confiança nas figuras políticas vigentes até então, tanto devido à corrupção, quanto à crise econômica ou à defesa de sujeitos abjetos, não dignos do olhar do Estado, como os LGBTs, passam à frustração e ao descontentamento que visa infligir um sofrimento àquele que o frustrou. A esse sujeito obscuro, que não chegou a

depositar confiança no PT, por exemplo, mas se sentiu lesado pelo contexto político e econômico, soma-se o sujeito que votou no partido, depositou sua confiança nos governos anteriores, e se sentiu lesado por conta dos desdobramentos da corrupção. Esse sujeito se articula com o anterior, aumentando a votação em um candidato obscuro. Essa dinâmica fica clara na narrativa criada sobre a prisão do ex-presidente Lula, que fomentava a necessidade de que ele fosse punido para compensar o sofrimento que fez o sujeito da espera passar. Greimas explica, ainda, que esse par herói-traidor ou sujeito-antissujeito, reconhecido pela sanção cognitiva, mais do que resultado de um binarismo, funciona com uma pressuposição recíproca, sendo inseparável e, ao mesmo tempo, antagonista. Esse par é constantemente ativado nos discursos polarizados e antagonísticos, no sentido proposto por Mouffe (2015), que propõem a eliminação do inimigo, daquele que é perigoso e perverso, mas também requerem sua existência para existirem, já que, como apontado por Prado e Prates (2019b), se afirmam pela negação do outro. O discurso da vingança pode ser observado ainda nas menções no Twitter de que a Globo e Drauzio tiveram que se retratar publicamente, ou seja, houve uma sanção que implicou na humilhação do traidor derrotado, enquanto o herói, o cidadão de bem que não se calou diante da exaltação de um criminoso e trouxe a público seu crime, esclarecendo uma suposta “verdade”, venceu essa disputa contra o mal.

No entanto, como descrito anteriormente, o sujeito da cólera não é exatamente o da vingança, já que ele não executa um programa narrativo. Apesar de o percurso passional que termina com a vingança coincidir com aquele instaurado pela cólera, o desfecho da cólera difere do da vingança justamente por um excesso passional sem que se elabore um programa de ação correspondente, resultando em manifestações agressivas difusas, que configuram um discurso apaixonado no sentido de ser perturbado pela paixão, ao contrário do discurso da paixão, como é o da vingança (GREIMAS, 2014). Assim, podemos aproximar o sujeito colérico, cujo discurso apaixonado reúne elementos de agressividade desorganizados, do sujeito protagonizado pela extrema direita no recorte que analisamos. Essa agressividade orientada a um “outro”, que reúne tudo aquilo que não é o “mesmo”, incluindo as mulheres, os LGBTs, os petistas, a esquerda e, nesse caso, o Drauzio Varella e a Rede Globo, é manifestada em diversas postagens e mesmo no programa televisivo da *Rede TV!*, cuja alta carga passional se justificaria por um sentimento de falta fiduciária, ou seja, a falta resultante de uma crise de confiança, tanto na mídia tradicional quanto numa suposta esquerda (a do PT) que, quando esteve no poder, possibilitou emergência de sujeitos como Suzy à esfera do visível.

Outra consequência do percurso passional de que tratamos, que nos permite aproximação com o caso em questão, é o sadismo. Greimas (2014) explica que a delegação do poder-fazer a um destinador-judicador é o que transforma a vingança em justiça e é o que

permite sua socialização. Essa distância entre o querer-fazer e o poder-fazer, que é instaurada nesse caso, tem como mediação a instância do saber, ou seja, o sujeito passa a ter prazer ao saber sobre a punição outro. Isso explica, por exemplo, as comemorações do referido caso da prisão de Lula sob o argumento de justiça, mas que, na esfera da significação, se enquadra no percurso da vingança. Afinal, justiça e vingança, nesse entendimento, diferem apenas no desfecho, em quem tem a competência para executar a ação, mas não em relação às emoções envolvidas. Assim, com a intelectualização das dores e dos prazeres por meio da mediação do saber, e com a despassionalização da vingança por meio da justiça, que permite sua inserção social, a regulação das paixões, que ficava a cargo da vingança, deixa de ser executada. Greimas pondera que “cabe aos sociólogos determinar se outras estruturas de regulação das paixões – tal como a luta de classes – podem substituir eficazmente a vingança” (GREIMAS, 2014, p. 251 e 252). Essa perda passional progressiva gera também um excedente emocional, manifestado pelo comportamento sádico. Apesar de o sadismo ter a mesma estrutura da vingança, definida por sofrer, fazer sofrer e sentir prazer, e apesar de o sujeito sádico também se sentir frustrado por um outro sujeito, a diferença está no fato de que o sádico fará sofrer, e sentirá prazer com esse sofrimento, não necessariamente quem o fez sofrer, ou seja, não há uma correspondência entre quem o frustrou e quem receberá algum tipo de punição. Assim, o sádico, aponta Greimas, “patina” em sua manifestação passional, sem conseguir elaborar um projeto de vida. Esse mecanismo pode ser interpretado como o do sujeito de extrema direita que, frustrado com a política, com a economia e por não ver seus interesses atendidos, direciona sua agressividade aos sujeitos LGBTs, artistas ou professores, todos parte de um “outro” imaginário que impede o sujeito obscuro de ter sua identidade e seu gozo. Do ponto de vista das ações que foram, de fato, desenvolvidas na narrativa que lhes causou frustração, não foram os gays ou as transexuais que diretamente lhes causaram sofrimento. Entretanto, é destinado a eles um querer-fazer-sofrer que gera gozo, um excedente emocional que decorre dessa ausência de regulação das paixões socialmente.

A tabela 2, como no caso anterior, sintetiza e organiza as posições de sujeito, bem como posições frente ao antissujeito e percursos passionais, referentes ao caso Drauzio Varella.

Posição de sujeito	Categorias	Percurso passional	Antis. Drauzio	Antis. Globo	Ants. Suzy	Antis. Bolsonaro	Ponto nodal
Colérico (163 tuítes)	Contra Globo (53); Contra Suzy (22); Contra Drauzio (66); Contra os três (20); Contra lacração (2).	Cólera Agressividade Ódio ao outro	Militante De esquerda Petista Lixo	De esquerda Manipuladora Mentirosa Lixo	Monstro Cruel Travesti	—	Perversão
Crítico (36 tuítes)	Contra Globo (20 tuítes); Contra Bolsonaro/ Bolsonarismo (16 tuítes).	Cólera atenuada	—	Falhou na reportagem; Deu a entender o que não era; Se posicionou errado.	—	Defendeu torturador; Religiosos hipócritas; Sem compaixão	Coerência
Idealizador (57 tuítes)	Defesa Drauzio (57)	Identificação; idealização eufórica	—	—	—	—	Sem defeitos
Ponderado (36 tuítes)	Defesa Drauzio (15); Defesa/ Contra linchamento (11); Balanço (10).	Paixão conduzida pela racionalidade	—	—	—	—	Contra o linchamento
Sem posição definida (36 tuítes)	Não se posicionam (36)	—	—	—	—	—	—

Tabela 2 – Classificação dos grupos antagonistas no caso Drauzio Varella (autoria nossa).

3.3 Análise discursiva: as relações entre gênero e democracia

Na teoria do discurso de Laclau e Mouffe (2015), os autores compartilham da crítica discorrida no capítulo anterior sobre um tipo de identidade essencializante; para eles, toda identidade (posição de sujeito) é construída discursivamente e em relação. Assim, “não há identidade social plenamente protegida de um exterior discursivo que a deforme e impeça que ela se torne plenamente suturada” (LACLAU; MOUFFE, 2015, p. 185). Isso nos dá um dado não só sobre a impossibilidade de pensar em termos de identidades fixas partindo destes autores, mas também sobre sua concepção de discurso. Afirmando que nenhum discurso é capaz de realizar uma sutura final de significados, os autores explicam que deve haver fixações parciais que permitam o fluxo das diferenças. “Qualquer discurso se constitui como tentativa de dominar o campo da discursividade, de deter o fluxo das diferenças, de construir um centro” (LACLAU; MOUFFE, 2015, p. 187).

Partindo dessa abordagem teórico-metodológica, do levantamento teórico sobre gênero e da análise dos casos descritos anteriormente, é possível mapear pontos nodais e significantes privilegiados que estruturam os discursos de que tratamos. Podemos entender que tanto a essencialização da identidade quanto seu viés liberal são operadores que andam em paralelo nos discursos majoritários que se dizem progressistas, de maneira a se retroalimentar: a abordagem identitária liberal requer e reforça a ideia de identidades fechadas. A centralidade de uma concepção específica de mulher determina alguns significantes privilegiados do discurso: “mulher empreendedora”, “mulher empoderada” e “mulher mãe”, a depender da articulação discursiva concreta. Na análise dos embates antagonistas, observamos que uma noção de mulheridade específica é ativada por aqueles que defendem Patrícia Campos Mello sem que haja um questionamento sobre as dinâmicas de poder envolvidas nessa definição. Trata-se de uma perspectiva essencializante, que retoma uma suposta naturalidade do que seria a mulher, por isso termos como “mãe” e “família”, que mantêm o referencial heteronormativo, aparecem em peso como apelos de defesa. A ideia de que mulheres merecem respeito por serem mães ou de que pessoas LGBT também podem ser mães e devem ser reconhecidas como famílias, como observamos de maneira geral nas abordagens identitárias como de *Quebrando o tabu*, são alguns exemplos de como o discurso é elaborado.

“Família” é um significante central na disputa entre neoconservadores e progressistas que utilizam abordagens identitárias. Dar a palavra final sobre qual seria o arranjo que pode ser reconhecido como família é algo que mobiliza o campo polarizado. Por ser uma temática que envolve crenças, discursos moralizantes e paixões muito cristalizadas, é também determinante para que as controvérsias se estabeleçam como antagonismos e não

agonismos. Flávia Biroli (2020) explica que a suposta “defesa da família” é o que tem justificado diversas restrições a direitos, além de naturalizar desigualdades e minar políticas de proteção a mulheres e pessoas LGBTQIA+. Para além de atuar no campo do pânico moral, tratado no capítulo anterior, endossando a construção de inimigos, a família também é o centro da dinâmica de privatização. Aliada à lógica neoliberal na qual o campo econômico se sobrepõe ao social, e o privado ao público, essa concepção de família reforça e expande a “esfera pessoal protegida” – termo de Friedrich Hayek retomado por Wendy Brown (2019) e Biroli (2020). Brown explica:

Trata-se precisamente da técnica que nas décadas recentes tem sido usada em decretos presidenciais, legislação e adjudicações que fortalecem as reivindicações do mercado e da moralidade tradicional em detrimento daquelas por igualdade, secularismo e bem comum. A “expansão da esfera pessoal protegida” é a contribuição original de Hayek ao neoliberalismo e à reformatação do tradicionalismo como liberdade. (BROWN, 2019, p. 128)

A predominância dessa esfera, ainda segundo Brown (2019), não só expulsa o poder do Estado, construído como coercitivo, mas também afasta uma suposta coerção advinda de preceitos democráticos como igualdade, inclusão e justiça social. Nessa concepção de Hayek, a liberdade está relacionada unicamente à difusão dos costumes tradicionais, da família e da esfera privada de culto. Essa abordagem delimita quem são seus inimigos: “o político e o social, o racional e o planejado, o igualitário e o estatista” (BROWN, 2019, p. 129). Essa forma de privatização, que amplia o papel da família, junto à privatização de bens e do espaço público, atua na construção de cidadãos não democráticos, que não se incomodam com o fato de que outros sejam ameaçados ou sofram consequências severas ao terem direitos restringidos, desde que esse outro seja “qualquer pessoa que não se enquadre nas expectativas sociais tradicionais e nas moralidades hegemônicas codificadas” (BIROLI, 2020, p. 148). Esse tipo de cidadão não democrático, explica Biroli (2020), tanto resulta da erosão do público como é causa da desdemocratização, na medida em que reproduz políticas antidemocráticas. Assim, “a produção de subjetividades autoritárias pode ser um fator fundamental para a ascensão e o apoio posterior a lideranças e governos autoritários” (BIROLI, 2020, p. 148).

Em comum, os apelos à “família” sempre invocam uma perspectiva das tradições morais cristãs e essa moralidade conservadora tem relação com uma “funcionalidade” da família, já que “em um contexto de desregulamentação e privatização, a máxima ‘cada um cuida de si’ amplia a responsabilidade das famílias como unidades privadas” (BIROLI, 2020, p.151). O “familismo”, mais do que uma ideologia, é uma forma de resposta para um contexto em que previsões públicas desaparecem ou são privatizadas (BIROLI, 2020). A famosa

declaração de Margaret Thatcher, cujo governo teve papel central na solidificação do neoliberalismo, de que “não existe sociedade, mas apenas homens e mulheres individualmente e suas famílias”, como lembra Biroli (2020), ilustra esse mecanismo discursivo de que tratamos. A dimensão do social, explica Brown (2019), é justamente o que nos conecta de maneiras que excedem os laços pessoais, de mercado ou de uma cidadania abstrata, sendo “lá que nós, como indivíduos ou uma nação, praticamos ou falhamos em praticar a justiça, a decência, a civilidade e o cuidado, para além dos códigos do instrumentalismo e do familismo de mercado” (BROWN, 2019, p. 53). Junto a essa perspectiva privatizada e de negação do social, mina-se a ideia de solidariedade e ofusca-se o fato de que a dependência e a vulnerabilidade são intrínsecas ao ser humano, ou seja, se aparentemente existem indivíduos independentes fazendo suas escolhas, existe também, ainda que invisibilizado pelo discurso neoliberal, o apoio não remunerado ou subvalorizado de outras pessoas (BIROLI, 2020).

Junta-se ao “familismo”, explica Biroli (2020), o “maternalismo”, que reforça a ideia dos papéis que devem ser desempenhados por homens e mulheres nas esferas privada e pública. A centralidade da família não diz respeito a qualquer configuração de agrupamento privado, mas pressupõe determinadas regras e hierarquias intrafamiliares, que fazem parte do que no campo das direitas se tornou a “família tradicional brasileira”. A maternidade está no centro dessa discussão e permeia alguns dos principais temas em disputa entre neoconservadores e progressistas, como direito ao aborto e a própria ficção da “ideologia de gênero”. Funciona, ainda, como dispositivo que une a noção de feminino com a capacidade reprodutiva e, assim, naturaliza desigualdades generificadas, como responsabilizações desiguais por tarefas domésticas e de cuidado (BIROLI, 2020). Da mesma forma que “família”, usar a maternidade, em um maternalismo idealizado, como argumento de defesa de Patrícia Campos Mello é perpetuar o discurso conservador que a agrediu, fato que parece invisível no debate já que a própria jornalista traz o termo à tona. Em resposta a um usuário que a ofendeu no Instagram, relatada posteriormente em um texto seu na *Folha*²¹, comenta: “Marcelo, com todo respeito que você não teve por mim, vou discordar. Ao contrário de você, torço muito para que nem eu nem nenhuma outra mãe seja alvo desse tipo de campanha difamatória”. (MELLO, 2020, p. 1274).

²¹ Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2020/03/depoimento-no-brasil-ser-mulher-nos-transforma-em-alvo-de-ataques.shtml>>. Acesso em 06 mar. 2021



Figura 57 – Coluna da *Folha* usa maternalismo e vira argumento de defesa no Twitter.

Um discurso que pretenda se opor ao neoconservadorismo e ao patriarcalismo dos que atacam Mello deve ter atenção ao usar os mesmos significantes familismo e maternalismo idealizados da extrema direita. Para disputar uma nova hegemonia, na concepção de Laclau e Mouffe (2015), é preciso entender de que lado se está e qual é o adversário, de modo a esclarecer uma fronteira e não fazer uso das mesmas regras do jogo. Aquilo que Audre Lorde (2007) defende ao falar que “as ferramentas do senhor nunca derrubarão a casa-grande”, Laclau e Mouffe abordam em outros termos:

Se se quer construir uma cadeia de equivalência entre lutas democráticas, é preciso estabelecer uma fronteira e definir um adversário, mas isto não basta. Também é preciso saber por que se está lutando, que tipo de sociedade se quer estabelecer. Isto requer da esquerda uma compreensão adequada da natureza das relações de poder, e da dinâmica da política. O que está em jogo é a construção de uma nova hegemonia (LACLAU, MOUFFE, 2014, p. 48).

Assim, seria preciso mapear as articulações envolvidas na construção discursiva do adversário, sob pena de reproduzir (ou reforçar) sua lógica ou simplesmente atuar em uma esfera de representatividade simbólica, usando termos da luta feminista, como a ideia de que a violência de Campos Mello é genericizada, de maneira descontextualizada e sem que haja um comprometimento em debater as causas de tal violência. O fato de o embate se dar nas redes sociais contribui para essa superficialização, já que as identidades *online* se portam em uma espécie de “construção de marca”, na qual precisam se posicionar com relação à temática, de preferência tomando um lado, porque essa escolha implica em determinados atributos ao seu perfil, incluindo determinados valores. Trata-se da lógica identitária neoliberal e autoempreendedora (de que tratamos no capítulo dois), apoiada nas ferramentas digitais com seus mecanismos específicos de funcionamento (como abordamos no primeiro capítulo).

Pensando no uso do significante “mulher”, é preciso mais uma vez ponderar, como aponta Sabrina Fernandes (2018), que há uma importância em se pensar a partir das identidades, evitando apagamentos, como aqueles que as mulheres negras sofreram historicamente, e enfatizando o debate sobre opressões específicas, mas isso deve servir de ponto de partida para um movimento de mudança significativa nessa realidade e não de ponto de chegada, de uma afirmação que se esgota em si. Do contrário, é grande o risco de o debate ser capturado por uma lógica neoliberal, em que a demanda passa a ser por mobilidade econômica e em que o reconhecimento em moldes liberais é encarado como solução ao problema da opressão. Por isso, Fernandes defende que se abandone o identitarismo (aquele que apenas reafirma identidades), sob o risco de se associar à noção de empoderamento liberal que funciona muito mais como ponte para um acesso seletivo do que como mudança estrutural. Nesse sentido, também Butler (2018) defende que movimentos comprometidos com o debate de gênero questionem as próprias relações de poder que condicionam e limitam as possibilidades de diálogo, como aquelas que o elaboram em termos de busca de um consenso final ou de uma unidade identitária, porque, do contrário, corre-se o risco de “degenerar num liberalismo que pressupõe que os diversos agentes do discurso ocupam iguais posições de poder e falam apoiados nas mesmas pressuposições sobre o que constitui ‘acordo’ e ‘unidade’, que seriam certamente os objetivos a serem perseguidos” (BUTLER, 2018, p. 40). Esse argumento se assemelha ao elaborado por Brown (1995), que defende que as reivindicações identitárias, uma vez não sendo fundamentadas em uma crítica ao capitalismo, ficam vinculadas a uma ideia de justiça que reinscreve um ideal burguês masculinista como sua medida. Podemos complementar com a discussão de Haider (2019): “codificando as demandas que vêm de grupos marginalizados ou subordinados como política identitária, a identidade branca masculina é consagrada com o *status* de neutra, geral e universal” (HAIDER, 2019, p. 47).

Neste ponto, é preciso lembrar que pleitear apenas representatividade ou visibilidade não implica em uma reorganização da lógica do poder, pelo contrário, desorganiza a luta antiopressão, na medida em que confunde sobre qual seria o real horizonte final. É preciso, então, pensar em uma “representatividade substantiva”, nos termos que Fernandes (2018) retoma de Silvio Almeida (2018), que implique mudança na estrutura capitalista, que tem como requisito a produção de condições subalternas. Além de ser uma distorção das lutas antiopressão, o identitarismo liberal funciona como “álibi” para o neoliberalismo, que passa a se intitular progressista enquanto oculta políticas regressivas que produzem sujeitos precarizados. É por isso que algumas demandas por reconhecimento e visibilidade, especialmente das mulheres, podem ser aceitas pela estrutura hegemônica sem resistência, desde que assumam o papel de se responsabilizar e trazer para o privado a função que é do

público – a exemplo do empoderamento feminino individual, que em nada rompe com os mecanismos do sistema capitalista. Pensando sobre o feminismo liberal, Aruzza, Bhattacharya e Fraser (2019) lembram que:

Embora condene a “discriminação” e defenda a “liberdade de escolha”, o feminismo liberal se recusa firmemente a tratar das restrições socioeconômicas que tornam a liberdade e o empoderamento impossíveis para uma ampla maioria de mulheres. Seu objetivo não é igualdade, mas meritocracia. Em vez de abolir a hierarquia social, visa a “diversificá-la”, “empoderando” mulheres “talentosas” para ascender ao topo. (ARUZZA; BHATTACHARYA; FRASER, 2019, p. 37 e 38)

Nas articulações liberais do uso da identidade, portanto, termos como “empoderamento” e “sucesso” são também pontos nodais, na perspectiva descrita por Halberstam (2020) ao analisar a lógica do sucesso e sua vinculação a um sistema masculinista, branco e heterossexual. Biroli (2020) explica que “o conceito de ‘empoderamento’ das mulheres ganhava espaço enquanto um modelo privatizado de acesso a oportunidades se estabelecia” (BIROLI, 2020, p. 145), incluindo medidas de austeridade e redução do Estado. A luta por empoderamento opera com uma solução ilusória para a pauta de gênero e compromete seu horizonte emancipatório, já que a ideia parte da racionalidade neoliberal e em nada abala as estruturas que seguem criando desigualdades. Além disso, funciona como argumento de responsabilização individual, que desloca o debate para o âmbito privado. Vinculando-se a uma perspectiva de redução da esfera pública, é incompatível com as demandas por justiça social e pluralismo democrático.

Ainda que essas lutas identitárias liberais se diferenciem das pautas da direita em propósito e premissas e se proclamem oposição à extrema direita neoconservadora, elas não propõem mudanças estruturais e, muitas vezes, estabelecem uma disputa em torno de quem é mais oprimido que não prioriza a luta para que ninguém mais seja vítima de opressão. Por isso, defende Haider:

Nossa capacidade de ação política através da identidade é exatamente o que nos prende ao Estado, o que assegura nossa contínua sujeição. Então, como Butler afirma, a tarefa urgente é propor formas de “recusar o tipo de individualidade correspondente ao aparato disciplinar do Estado moderno” (HAIDER, 2019, p. 35).

O autor defende também que, ainda que a identidade seja um fenômeno real na medida em que é o modo como o Estado divide os sujeitos em indivíduos, ela é também uma abstração que não explica sobre as relações sociais específicas que a constituíram. Portanto, deve fazer parte da estratégia de quem pretende pensar a partir da identidade trazê-la de

volta ao concreto, passando por todas as especificidades históricas e relações materiais que a criaram como tal. Para ele, há um paradoxo interno na militância identitária, que foi apontado por Butler em sua divergência do feminismo, e que defendemos na presente pesquisa apontando o exemplo da página *Quebrando o tabu*, que é o fato de que esse fundacionalismo, enquanto construção de conhecimento que se dá a partir de crenças básicas ou fundamentos seguros, “presume, fixa e aprisiona o próprio ‘sujeito’ que ele espera representar e libertar” (BUTLER, 1999, p. 189 apud HAIDER, 2019, p. 36). Assim, seria preciso rejeitar a noção essencializante de identidade como base para pensar as políticas identitárias ou, como sugere Sabrina Fernandes, para usar um termo menos ambíguo, para pensar as lutas antiopressão. A identidade, reduzida à dimensão do indivíduo, é, na verdade, aquilo que enfraquece a possibilidade de auto-organização coletiva e de luta coletiva contra uma estrutura social opressora (HAIDER, 2019), sendo um entrave à reconfiguração do político em termos agonísticos e não antagonísticos (MOUFFE, 2015), que seria uma saída para a polarização.

Nos discursos que se apresentam à direita no espectro político, também existe uma concepção identitária, com narrativas que reforçam binarismos como masculino *versus* feminino e com a repetição de uma heterossexualidade compulsória. No Brasil, após Jair Bolsonaro assumir a presidência, a mudança de nome da pasta de Ministério dos Direitos Humanos para Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos explicita uma normatização identitária. Os direitos da “mulher” e da “família” poderiam ser ditos simplesmente como “direitos humanos”, mas, optar pelo uso dos termos individualizantes é maneira de fixar a que mulher e a que família está se referindo. Quando se define um ser mulher ontológico e um tipo de família naturalizado, recai-se sobre um sistema normativo que sustenta essas categorias em detrimento de outras. Assim, concepções identitárias são um terreno perigoso aos horizontes democráticos, além de, como dito anteriormente, reforçarem o pensamento neoliberal, marcado por “individualismo metodológico que é a marca do liberalismo e do neoliberalismo” (ALMEIDA in HAIDER, 2019, p. 13). Na extrema direita, servem para construir um tipo de identidade característico do sujeito obscuro, ao qual os populismos de direita recorrem ao acionar a noção de “povo brasileiro”, que serve como ideal homogeneizante a ser alcançado quando as demais identidades intoleráveis forem eliminadas ou se renderem a um progresso necessário para limpar o Brasil e a política.

Para Mouffe (2015), anos de implementação de uma política de coalização, com um consenso no centro e sob uma perspectiva racionalista, como observamos no Brasil com o pemedebismo, contribuíram para que os eleitores se desabituassem a olhar para projetos políticos diferentes. É certo que as eleições de 2002, que finalmente alçaram Lula ao poder depois de três tentativas anteriores, mobilizaram os petistas e as alas à esquerda, que enxergavam nos resultados o cumprimento das promessas do Partido do Trabalhadores. Mas,

para se eleger, o ex-presidente precisou assumir um discurso mais ao centro, de modo a não repelir os eleitores mais à direita, e essa tendência foi se consolidando no decorrer dos seus mandatos e dos de sua sucessora, Dilma Rousseff. Ao optar por governar junto ao centro pemedebista, em uma lógica de conciliação, algumas especificidades de um projeto de esquerda se perderam em nome de concessões e as paixões que mobilizaram sua eleição foram atenuadas. As divisões entre políticas adversárias foram progressivamente ficando menos nítidas e ganhou força o discurso de um consenso em prol de um suposto objetivo comum, em uma abordagem pós-política, que teve sua credibilidade contestada após virem à tona diversos casos de corrupção que desvelaram que as conciliações muitas vezes eram negociatas. Nesse contexto de “consenso sufocante”, da conhecida “velha política”, os demagogos de direita, diz Mouffe (2015), surgem como alternativa, possibilitando aos eleitores manifestarem suas paixões e trazerem à tona afetos e ressentimentos que ficavam em segundo plano diante da hegemonia da ideia de consenso (ainda que um consenso propriamente dito não seja possível e que mesmo governos conciliatórios se confrontem com posições antagônicas). Isso faz parte de um movimento mundial de ascensão das diretas e tem uma de suas motivações no fato de que, ainda que o neoliberalismo invista em substituir identidades coletivas por individualismo, a dimensão coletiva é intrínseca à política e os sujeitos políticos, ao se manifestarem passionalmente, buscam sempre formas de identificação. Assim, com os discursos contra a “velha política” e contra os partidos políticos, a carência de identificação seria suprida pelos novos populistas com a criação de um nós *versus* eles na forma de “o povo brasileiro” *versus* o “*establishment*”, que incluiria o PT, suas políticas e aqueles que delas se beneficiaram. A autora explica:

Quando a política democrática perde a capacidade de mobilizar as pessoas em torno de projetos políticos distintos, e quando se limita a garantir as condições necessárias para o bom funcionamento do mercado, estão dadas as condições para que os demagogos políticos articulem a frustração popular. (MOUFFE, 2015, p. 69)

Em contrapartida, diante desse processo de ascensão do populismo de direita, explica Mouffe (2015), os partidos tradicionais, aderentes de uma perspectiva pós-política de superação dos conflitos, como deixaram de elaborar seu discurso em termos de projetos políticos adversários, não apresentaram uma alternativa ou explicação satisfatória para o processo em curso. Em vez disso, argumentam tratar-se do retorno de forças arcaicas, de uma “extrema direita do mal” que se opõe aos “democratas do bem”, elaborando seu discurso também em termos morais e negando o caráter político do debate. Para a autora, essa manobra vem com um bônus de “criar a ‘exterioridade radical’ necessária para assegurar a identidade do ‘nós’ das forças consensuais” (MOUFFE, 2015, p. 72). Lógica similar aparece

também em abordagens supostamente progressistas que elaboram sua fala em termos morais, como os identitarismos que argumentam em torno de bem e mal. Mouffe defende tratar-se de um mecanismo perverso que “consiste em assegurar a própria bondade por meio da condenação do mal existente nos outros” (MOUFFE, 2015, p. 73), redescobrimo uma forma de “heroísmo” que permite escapar à lógica utilitarista e racionalista atual. Para Mouffe (2015), “não há dúvida de que isso explica o papel cada vez maior assumido pelo discurso moralista em nossas sociedades pós-políticas” (*ibidem*).

Schwarcz (2019) explica que essa lógica dual e beligerante é reforçada pela dinâmica das redes sociais, na medida em que elas admitem e estimulam uma linguagem simplificada, em que é suficiente selecionar um inimigo, na lógica que Mouffe (2015) descreve de transformar adversários políticos em inimigos. Schwarcz (2019) nos lembra que isso é o que o Christian Dunker (2019) chama de “retóricas de divisão”, responsáveis por compor “narrativas de batalha” que incluem exageros e, muitas vezes, inverdades, desde que o objetivo final de criar um “eles” corrupto, assassino, perverso, imoral, seja alcançado. Para Schwarcz, essa estratégia de contraposição é característica dos discursos mais autoritários, como o da extrema direita. Apesar de o grupo alegar tratar-se de uma busca por uma ordem homogênea e consensual, espécie de “terra prometida” na qual finalmente chegaremos quando nos livrarmos da perversão, ele operacionaliza o jogo político por uma divisão do campo guiada por preconceitos que amplificam a margem do intolerável, sem habilidade ou vontade de reconhecer e respeitar diferenças, sejam de opiniões ou de comportamentos de gênero. Essa crença em um consenso da “salvação” impossibilita um horizonte realmente democrático, que, para Mouffe (2015), seria “a criação de uma vibrante esfera pública ‘agonística’ de contestação, na qual diferentes projetos políticos hegemônicos possam se confrontar” (MOUFFE, 2015, p. 3). Sob a ótica do autoritarismo social, Chauí (1995) explica que essa dinâmica faz parte de uma incapacidade que a sociedade brasileira tem de operar o princípio liberal da igualdade formal e de lutar por um princípio socialista de igualdade real, já que as diferenças são sempre encaradas como desigualdade e as desigualdades, como inferioridades ou monstruosidades, como no caso de homossexuais ou transexuais – a exemplo da trans Suzy, tratada como monstro perverso. Dessa forma, podemos notar como o autoritarismo se une ao neoliberalismo, em um contexto de extenso processo de despolitização, para operar os embates midiáticos que observamos no recorte de gênero.

A abordagem que trata como “perversão” (termo que aparece nos pontos nodais daqueles que atacam Patrícia, Drauzio, Globo e Suzy) tudo aquilo que não é normativo e que diz respeito a um “eles” do mal faz parte da cruzada contra o gênero que, explica Biroli (2020), funcionou como prelúdio do autoritarismo atual e continua o alimentando, na medida em que a direita invoca uma suposta ameaça para justificar o desmantelamento de instituições e

preceitos democráticos. Ao construir um suposto inimigo, uma ameaça oculta que habita o “outro”, o discurso antigênero aciona a ideia do “perverso”, que inclui não só aqueles que lutam pela pauta de gênero, mas também aqueles que se vinculam com outras pautas que não dizem respeito ao “mesmo” e são vistas como ameaça, como as de esquerda, da educação ou dos direitos humanos.



Figura 58 – Tuíte sobre o caso Campos Mello trata a defesa da jornalista e as divergências ideológicas com o bolsonarismo como ameaça e opressão.

Na abordagem narrativa do discurso neoconservador, contrói-se um “outro” perigoso, seja a Globo que mente propositalmente, Drauzio Varella que defende a perversão sexual e a esquerda, mas que no fundo tem interesses políticos em se colocar como “oposição”, ou a própria figura de uma Suzy criminosa, que cai sob o estereótipo de hiperssexualização e de perversão sexual atribuído a sujeitos transsexuais. Para a posição do sujeito obscuro, na qual se encontram muitos dos grupos que promovem os linchamentos virtuais, a aparição das trans em um canal de televisão aberto já seria incômoda, já que se trata de uma manifestação de gênero ininteligível, pertencente a uma zona de abjeção (BUTLER, 2019). Mas o abraço, um ato que denota compaixão, que reconhece o outro como diferente mas não como ameaça, em uma trans, cujo crime reforça o imaginário preconceituoso vigente, já é além do tolerável. Portanto, o abraço, que funcionou como gatilho passional de comoção aos sujeitos que partem de abordagens identitárias, funciona à extrema direita como gatilho para a atuação do sujeito obscuro. Em um dos *posts* de sua conta no Twitter, Eduardo Bolsonaro, com quase 2 milhões de seguidores, mostra a matéria exibida no *Fantástico* com uma legenda explicativa do que seria a estratégia da Globo “para impor uma teoria”, que passaria por atribuir a Varella o título de “conceituado” e criar uma imagem vitimizada de Suzy para que a audiência tenha pena “de um criminoso”. A legenda questiona a fala do médico sobre a solidão e aponta para o abraço como estratégia para reforçar a sensibilização da audiência. A partir daí, a edição coloca no vídeo trechos de matérias que apontam os crimes de Suzy, muitas delas a chamando por seu nome de nascimento, Rafael, ou de “o travesti” e “um” assassino. A própria construção da frase de Eduardo Bolsonaro que acompanha o vídeo, “Entenda o caso do travesti [sic] Susy e como funciona a estratégia da Globo”, denota uma espécie de

“coisificação” de Suzy ao tratá-la como “o travesti”. Mais do que abordá-la no masculino, que já é uma agressão à singularidade de sua vivência, o uso de “o travesti” se dá como se não fosse humano, como se não se tratasse de uma pessoa, mas de um outro despersonificado. Essa construção discursiva reforça os antagonismos no sentido de que trata Mouffe (2015), reforçando o imaginário que o “outro”, o mal, precisa ser destruído para que o “mesmo”, o bem, possa existir.



Figura 59 – Postagem da página de Eduardo Bolsonaro no Twitter.

No caso dos embates de que tratamos, quando o “ritual da tolerância” tira sua máscara, deixando emergir o confronto e a polarização, atribui-se essa violência ao “outro”, que precisa ser combatido, justificando a violência do “eu”, sem compreender que essa violência sempre existiu de maneira subjacente entre os brasileiros, como defende Schwarcz (2019). É o que ocorre quando as posições antagonistas se enfrentam de forma bastante violenta, mas essa violência é justificada por um “bem maior”, para revelar uma verdade, frear uma suposta violência ou perversão (que é considerada ameaça à ordem e à moral conservadora, portanto, também um tipo de violência). Dessa forma, “basta determinar um ‘eles’ para que se evidencie o que seria um ‘nós’ apaziguador, pois correto, justo e exemplar” (SCHWARCZ, 2019, p. 121). Isso implica em uma constante reprodução de binarismos como honestos *versus* corruptos ou famílias *versus* pervertidos, que é muito vista na extrema direita, mas também é de certa forma endossada por abordagens identitárias que, ainda que de forma bem menos violenta, aderem à narrativa de bem *versus* mal, invertendo os papéis e construindo seus próprios heróis. O posicionamento de grupos identitários em uma lógica de bem e mal ou certo e errado, apesar de não partir das mesmas premissas antidemocráticas, é um dos principais mecanismos de despolitização da pauta, já que desloca o debate do político para o moral – e, como explica Mouffe (2015), “quando a política acontece na esfera da moralidade os antagonismos não podem assumir uma forma agonística” (MOUFFE, 2015, p. 74).

Para Schwarcz (2019), o uso dessa razão binária produz um “sentimento beligerante de contraposição, que gera desconfiança diante de tudo que não faça parte da própria comunidade moral” (SCHWARCZ, 2019, p. 121), ou seja, produz uma constante configuração

da dimensão conflituosa do político com base em um confronto nós/eles (bem/mal) no qual o oponente só pode ser encarado como alguém a ser destruído (MOUFFE, 2015). Os exemplos abaixo, do caso Drauzio Varella, ilustram essa dinâmica de bem *versus* mal. Sobre a lógica de construção de inimigos, podemos observar como nesse embate, apesar de toda a polêmica ser guiada pelo crime de Suzy, os tuítes contra ela em si aparecem em pouca quantidade (22) perto daqueles que atacam a Globo (53) ou Drauzio Varella (66), o que nos permite concluir que, nas redes, mais condenáveis são aqueles que defendem o inimigo do que o inimigo em si – até porque, para aqueles que manipulam esse discurso do “inimigo comum”, os populistas de direita, esse inimigo sequer existe de fato.

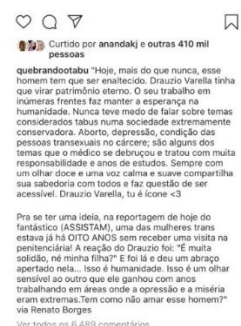


Figura 60 – Post da página *Quebrando o tabu* no Instagram exaltando o gesto do médico – o bem.



Figura 61 – Post de Eduardo Bolsonaro no Twitter criticando Drauzio Varella – o mal.

Pensando nos debates que se instauraram em torno do que seria ou não tolerável (o crime de Suzy, a matéria no *Fantástico*, a visibilidade das trans ou as atitudes de Patrícia Campos Mello), a “tolerância” também se mostra um ponto nodal dos discursos sobre gênero, na perspectiva de Safatle (2019), de que tratamos no capítulo anterior. O significante aparece tanto para amarrar os discursos propositivos sobre gênero, que o apresentam como solução, quanto é acionado pelos discursos neoconservadores que defendem que o “mal” e a “perversão” não podem ser tolerados, já que ameaçam “o povo brasileiro”.

Considerações finais

Esta pesquisa investigou como os discursos majoritários sobre gênero organizam o campo discursivo em um contexto de intensa polarização política. Por meio de pesquisa bibliográfica e de observação de perfis nas redes sociais digitais com grande alcance, entendemos esses principais discursos como sendo, à direita, o neoconservadorismo e, em um campo progressista, o identitarismo liberal, que parte de abordagens identitárias essencialistas. Após investigarmos alguns dos principais traços do fenômeno da polarização pós-2013 (e, especialmente, pós-bolsonarismo), examinamos como se organizam esses discursos, quais as suas articulações e quais relações de poder estão envolvidas em suas abordagens. Partindo da ideia de uma polarização assimétrica, na qual as articulações da extrema direita em torno do neoconservadorismo negam o pluralismo democrático e a coexistência dos diferentes, investigamos como os dois discursos se dão em relação, sem, no entanto, atribuir o mesmo peso a ambos no processo de desdemocratização com o qual nos deparamos hoje. Na etapa de análises, examinamos os embates que mobilizaram o Twitter em torno de temáticas de gênero, procurando entender como se dão concretamente os antagonismos midiáticos e como os grupos antagonistas que protagonizam cada caso recorrem a argumentos dos discursos majoritários mapeados anteriormente. A ideia é que pudéssemos traçar um panorama do campo discursivo dentro do recorte proposto para entender sua lógica de funcionamento a partir do exame das controvérsias.

No primeiro capítulo, investigamos o surgimento do gênero como uma questão controversa no Brasil e no mundo, fato que teve contribuição inicialmente das perspectivas da Igreja Católica e, mais recentemente, dos setores políticos conservadores e evangélicos. Verificamos como a noção de “ideologia de gênero” foi cunhada para apoiar os esses discursos como uma espécie de “cola simbólica”, ou, na nossa perspectiva metodológica, a partir dos pontos nodais. Diferenciamos a polarização atual da lógica também dual que rege os conceitos tradicionais de direita e esquerda na política. Por meio das definições de Mouffe (2015), separamos “a política” e “o político”, entendendo o caráter inerradicável dos conflitos que protagonizam o político, que devem ser organizados de forma democrática pela política. Se o potencial antagônico sempre existe, é por meio dos “agonismos”, conflitos que se dão entre adversários e não inimigos, que ele pode existir de maneira a manter os pluralismos vivos e não mirar na eliminação odienta das diferenças.

Verificamos, no entanto, que a polarização política atual, sustentada no percurso passional do ódio, mobilizada pelos extremistas de direita, reafirma uma lógica de antagonismos: o “mesmo” como único dotado de razão e o “outro” como personificação de

um mal que deve ser eliminado. Esse “outro” inclui os movimentos pró-gênero junto a outros alvos como as esquerdas, artistas, professores, jornalistas – todos aqueles que não compactuam com as premissas do grupo e são tidos como ameaça. Vimos também como a racionalidade neoliberal propicia condições de surgimento de movimentos antidemocráticos ao transformar cidadãos em consumidores e como a lógica das redes sociais digitais também contribui com esse processo na medida em que permite o surgimento de um *self online* que edita sua realidade, escolhe seus amigos, silencia o que não lhe interessa e passa a interagir só com a sua bolha (em atuação conjunta com algoritmos) e que leva para a vida *off-line* esse mesmo comportamento dessensibilizado às diferenças. O fato de as pautas moralizantes e polêmicas gerarem mais engajamento nas redes digitais também contribui para a “privatização da política e sua inserção em uma gramática moral” (MACHADO; MISKOLCI, 2019, p. 950).

No segundo capítulo, examinamos as especificidades dos discursos majoritários sobre gênero, identificando, primeiramente, as consequências de uma abordagem essencializante e liberal das identidades, que mantém o referencial masculinista, branco e cisheteronormativo, sem questionar a norma, nem propor uma mudança estrutural que barre a constante produção de sujeitos precarizados. Com relação ao discurso neoconservador, investigamos os grupos que se articulam em torno da “ideologia de gênero” e da retomada dos valores da família. Vimos como “família” une neoconservadorismo e neoliberalismo em uma perspectiva privatizada da política. Abordamos também como esse discurso mobiliza o mito brasileiro da não-violência e oculta uma característica estrutural da nossa sociedade que é o autoritarismo. Assim, autoritarismo e neoliberalismo atuam juntos, em um cenário de despolitização e de heranças coloniais ainda muito presentes na forma de desigualdades, mobilizando o campo polarizado e minando o horizonte democrático. O gênero é uma dessas manifestações desiguais que nos ajudam a entender as consequências concretas desse contexto na democracia.

No terceiro capítulo, a análise do *corpus* nos permitiu examinar como os embates polarizados se dão de forma concreta nas redes sociais digitais e como grupos antagonistas organizam seus discursos. Ao mapearmos percursos passionais, em interlocução com a Semiótica das Paixões de Greimas (2014), observamos como opera a lógica de construção de sentidos nesses embates, que mobilizam principalmente sujeitos coléricos, ressentidos e críticos. Já os pontos nodais, conceito da Teoria do Discurso de Laclau e Mouffe (2015), nos permitiram entender como se dão as articulações discursivas. Ao final, procuramos relacionar esses significantes privilegiados capturados a partir do *corpus* com aqueles identificados em pesquisa bibliográfica, de modo a visualizar o campo discursivo que versa sobre gênero e seu impacto em processos políticos mais amplos. Defendemos a ideia de que ambos os discursos,

guardadas as proporções de assimetria e diferenças de premissas, impossibilitam a formação de agonismos e a radicalização da democracia defendida por Laclau e Mouffe (2015), que exigiria a transformação das estruturas de poder existentes e a construção de uma nova hegemonia, criada a partir de uma cadeia equivalencial “entre as diversas lutas democráticas, velhas e novas, a fim de construir uma ‘vontade coletiva’, um ‘nós’ das forças democráticas radicais” (MOUFFE, 2015, p. 51). Enquanto o discurso neoconservador veiculado pela extrema direita é antidemocrático e responsável por instaurar os gatilhos para o embate polarizado, pautando-se por argumentos violentos e por um percurso de ódio ao outro, o discurso identitário liberal também polariza e não consegue propor uma organização agonística dos conflitos, além de superficializar o debate ao assumir como dadas premissas liberais e neoliberais e uma concepção essencializante da identidade.

Com relação à questão comunicacional sobre a qual nos debruçamos, pudemos observar que a dinâmica polarizada tem suas condições de funcionamento favorecidas pelas redes sociais digitais, tanto por uma questão de como essas ferramentas funcionam (suas funcionalidades, seus algoritmos, o capital social vinculado à capacidade de gerar engajamento, entre outros fatores mencionados no primeiro capítulo), quanto pela influência desse cenário digital nas subjetividades envolvidas nesses embates, que atuam de maneira a rejeitar as diferenças, que se sentem autorizadas a agir violentamente sob a máscara do *self online* e que se guiam pelos preceitos neoliberais do “eu empresa”, com seus respectivos valores e atributos. Não é possível dizer que as redes sociais digitais causaram a polarização, mas elas têm um peso importante na operacionalização desses conflitos. Além disso, o cenário mais amplo de hipermediatização em que vivemos hoje, como explica Carlón (2020), com uma circulação complexa e transversal, entre meios de comunicação *on* e *off-line*, e com diversos enunciadores que não são apenas instituições, influencia diretamente no alcance de fenômenos como as controvérsias que analisamos no Twitter, que se referem a casos que surgiram nos meios tradicionais de comunicação, mas que circularam de maneira amplificada após sua emergência no cenário digital. O fato de as conexões em rede no ambiente *online* serem ramificadas e não horizontais, ou seja, não existem condições iguais de fala entre todos os usuários das mídias sociais, mas sim condições privilegiadas de acordo potencial de conexões que cada perfil pode estabelecer, como explica Martino (2014), também nos ajuda a dimensionar o impacto do contexto comunicacional nos linchamentos e embates polarizados. As dinâmicas de ódio instauradas pela extrema direita, como vimos nas análises do “gabinete do ódio”, se utilizam desses mecanismos das redes digitais e essas redes, por sua vez, potencializam os efeitos desses ataques.

Já com relação à nossa questão política, vinculada à pauta de gênero, defendemos que uma equivalência entre lutas democráticas que não ignore a importância de se pensar a

partir das identidades pode ser construída em torno da ideia de *queer*. Ao recusar a lógica do sucesso, como defende Halberstam (2020), o *queer* também permite imaginar outras formas de relação que não as tradicionais associações entre sujeitos por interesses, por negócios, ou por meio de instituições normativas como a família e o casamento, criando uma noção de coletivo baseada na inadequação a essas formações disciplinares. Essa alternativa possibilita também a criação de “formas de engajamento político que sejam diferentes daquelas invocadas pela imaginação liberal” (HALBERSTAM, 2020, p. 31), instaurando mais perguntas do que respostas. O autor se posiciona junto a Saba Mahmood, em *The Politics of Piety* (2005), que defende a renúncia a certa maestria ao se dirigir ao outro para, em seu lugar, instaurar a conversação, de modo a contribuir com uma visão de coexistência que não requeira tornar outras experiências de vida extintas ou provisórias. Pode-se fazer um paralelo entre essa perspectiva e a correlação “conversa”, que aparece na Semiótica Tensiva teorizada por de Fontanille e Zilberberg (2001) e diz respeito à mistura, lógica dos campos políticos mais progressistas, em oposição à correlação “inversa”, que corresponde à lógica da triagem da qual partem os campos neoconservadores e de extrema direita. Esse argumento nos remete também à noção de Mouffe (2015) de agonismos *versus* antagonismos, já que essa extinção do outro faria parte da esfera antagonística que o entende como ameaça a ser aniquilada, no lugar de entendê-lo como igualmente pertencente a um mesmo campo político ainda que possua um posicionamento ou uma visão de mundo diferentes. Nas reflexões de Halberstam (2020), essa dimensão agonística passa pela prática de um diálogo efetivamente aberto com o outro, que o reconheça como sujeito e não objeto, além de valorizar diferentes saberes que não necessariamente aqueles da “alta teoria”, nos termos de Stuart Hall, ou da racionalidade ocidental, que muitas vezes reinscreve as práticas colonizadoras ainda hoje.

Para Safatle (2019), esse diálogo seria possível ao constituirmos uma dinâmica de afetos pautada na solidariedade – não uma solidariedade em lógica cooperativa, mas sim uma que se estabelece a partir de uma visão desconstrutiva do sujeito, observando o que Butler (2005) chama de opacidade do sujeito com relação a si mesmo. Ao dividirem uma cegueira parcial com relação a si e ao outro, os sujeitos partilhariam desconfortos em relação às identidades estáticas, ou seja, às versões essencialistas da identidade. O autor explica:

o fato de não me estabelecer com identidade fortemente determinada, mas de reconhecer a necessidade de lidar com algo em mim não completamente estruturável em termos de identidade, me levaria a uma maior solidariedade com aquilo que, no outro, sou incapaz de integrar. (SAFATLE, 2019, p. 242)

Ao defender um tipo de reconhecimento “antipredicativo”, Safatle reforça a necessidade de entender uma instância do sujeito carregada de uma potência indeterminada e uma força de indistinção. Assim, uma agudização das dinâmicas de reconhecimento que

hoje permeiam as lutas identitárias passaria não por aumentar o número de predicados que designam um sujeito, ou seja, não por reforçar as afirmações identitárias essencializantes, mas por “compreender que um sujeito se define por portar o que resiste ao próprio processo de predicação” (SAFATLE, 2019, p. 246).

Nesse caminho, Safatle (2019) defende que um reconhecimento que se dê fora da lógica dos predicados requer evitar também os mecanismos de institucionalização, reduzindo o poder do ordenamento jurídico. Essa lógica, longe de enaltecer o princípio liberal do Estado mínimo e da autorregulação, ignorando experiências de opressão e vulnerabilidade, propõe criar o que o autor chama de “zonas de indiferença cultural”, nas quais a sociedade exerce uma indiferença com relação às diferenças culturais, reduzindo suas legislações sobre costumes, família e autodeterminação e direcionando os esforços jurídicos contra processos de espoliação econômica, no sentido de uma redistribuição. Trata-se de um Estado com “forte regulação das relações econômicas e fraca regulação das relações sociais” (SAFATLE, 2019, p. 249). Essa é uma reflexão produtiva para fazer frente aos retrocessos neoconservadores que o Brasil vem experienciando com o governo Bolsonaro e as massas bolsonaristas, mas que não aparece em páginas de grande alcance nas redes sociais que se propõem a debater gênero, como a referida *Quebrando o tabu*, ou nos embates que tratamos, apesar de os grupos progressistas argumentarem sua vinculação com a luta sobre gênero. Ainda que as propostas desses perfis *online* não sejam as de fazer um debate acadêmico ou teórico sobre as lutas identitárias, a construção discursiva que é amarrada frequentemente na demanda por inclusão jurídica, por exemplo, impede a problematização do papel do Estado enquanto regulador do tipo de relações que o sujeito pode estabelecer e do tipo de comportamento que ele deve realizar. Safatle (2019) cita como exemplo a questão da desinstitucionalização do casamento; a possibilidade de uma união legal é uma das principais bandeiras levantadas pela militância LGBT e que aparece na página *Quebrando o tabu* na figura que segue, em um post com um vídeo²² que se propõe a quebrar os estigmas e estereótipos ligados ao casamento de sujeitos que não são heteronormativos, reforçando o direito à sua inclusão jurídica e à naturalização dessa regulação legal. É certo que pleitear o direito ao casamento para relações homossexuais é requerer uma igualdade que a constituição prevê, mas, para radicalizar a discussão no sentido de questionar a estrutura do problema, a demanda deveria visar o fim da legislação do Estado sobre as formas do matrimônio e os tipos de relação inclusas no espectro jurídico, de modo a simplesmente legislar sobre as relações econômicas implicadas em uma vida a dois (ou três, ou no formato desejado). Para Safatle (2019), essa seria uma maneira de “radicalizar o princípio de abertura do casamento a modelos não ligados

²² O vídeo referido encontra-se na página de *Quebrando o tabu*, na data de 05/03/2020, disponível em: <https://www.facebook.com/search/top/?q=Quebrando%20o%20Tabu%20casamento&epa=SEARCH_BOX>.

à estrutura disciplinar da família heterossexual burguesa, com seu modo de gestão biopolítico da vida” (SAFATLE, 2019, p. 250).



Figura 62 – Post da página *Quebrando o tabu* sobre o casamento gay.

É importante, no entanto, como nos lembra Louro (2018), que essas subversões que partem dos debates sobre gênero não proponham um novo ideal de sujeito, o “sujeito queer” como mais uma categoria identitária, ou uma espécie de “novo manual” de boas práticas para abordagens identitárias. No lugar de construir uma nova referência, “a visibilidade e a materialidade desses sujeitos parecem significativas por evidenciarem, mais do que outros, o caráter inventado, cultural e instável de todas as identidades (LOURO, 2018, p. 22). Assim, defende a autora, pensar em termos de *queer* implica em opor-se a toda normalização e em pensar além de oposições binárias como heterossexual/homossexual, já que ambos são interdependentes e reiteram o mesmo referencial normativo. Como alternativa, ela propõe uma mudança epistemológica mais radical, que questione os processos que produzem determinado gênero ou determinada sexualidade como norma, como “natural”.

A hipótese desidentitária ou *queer* também nos permite ir além do debate sobre gênero, questionando tanto processos regressivos e antidemocráticos quanto falsas soluções e pontos cegos de movimentos que se consideram progressistas. Isso porque “mais do que uma nova posição de sujeito ou um lugar social estabelecido, *queer* indica um movimento, uma inclinação” (LOURO, 2018, p. 96) ou, ainda:

uma disposição para o questionamento e a inquietude, um estranhamento de tudo ou de qualquer sujeito ou prática que se represente (ou se apresente como) “normal”, “natural” e incontestável. O estranhamento *queer* pode ser instigante para pensar a cultura, a sociedade, para pensar o próprio pensamento (*idem*, p. 100-101).

REFERÊNCIAS

- ALLEGRETTI, B.; GIOVANNINI, R.; PRADO, J. **Controvérsia Schwarcz/Beyoncé: sociabilidades antagonistas e direito ao debate**. 2021 (inédito).
- AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. São Paulo: Polén, 2019.
- ALMEIDA, Silvio. **Racismo Estrutural**. São Paulo: Polén, 2019.
- ARUZZA, C.; BHATTACHARYA, T.; FRASER, N. **Feminismo para os 99%**: um manifesto. São Paulo: Boitempo, 2019.
- BADIOU, Alain. **O ser e o evento**. Rio de Janeiro: Zahar/UFRJ, 1996.
- BADIOU, Alain. **Para uma nova teoria do sujeito**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002.
- BALIEIRO, Fernando de Figueiredo. “Não se meta com meus filhos”: a construção do pânico moral da criança sob ameaça. **Cadernos Pagu**, (53). Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/8653414>>. Acesso em: 22 jul. 2019.
- BARROS, Diana. Paixões e apaixonados: exame semiótico de alguns percursos. In: **Cruzeiro Semiótico**, jul. 1989 – jan. 1990. Disponível em: <<http://felsemiotica.com/descargas/cruzeirosemiotoico1112.pdf>>. Acesso em 15 abr. 2021.
- BERTRAND, Denis. **Caminhos da semiótica literária**. São Paulo: Edusc, 2003.
- BIROLI, F.; MACHADO, M.; VAGGIONE, J. **Gênero, neoconservadorismo e democracia: disputas e retrocessos na América Latina**. São Paulo: Boitempo, 2020.
- BIROLI, Flavia. **Gênero, “valores familiares” e democracia**. In: BIROLI, F.; MACHADO, M.; VAGGIONE, J. **Gênero, neoconservadorismo e democracia: disputas e retrocessos na América Latina**. São Paulo: Boitempo, 2020, p. 135-187.
- BROWN, Wendy. American Nightmare: Neoliberalism, Neoconservatism, and De-Democratization. **Political Theory**, v. 34, n.6, 2006.
- BROWN, Wendy. **Nas ruínas do neoliberalismo: a ascensão da política antidemocrática no ocidente**. São Paulo: Editora Filosófica Politeia, 2019.
- BROWN, Wendy. **Politics out of history**. Princeton: Princeton University Press, 2001.
- BROWN, Wendy. **States of injury: power and freedom in late modernity**. Princeton: Princeton University Press, 1995.
- BRUGNAGO, F.; CHAIA, V. A nova polarização política nas eleições de 2014: radicalização ideológica da direita no mundo contemporâneo do Facebook. **Aurora: revista de arte, mídia e política**, São Paulo, v.7, n.21, p.99-129, out.2014-jan 2015.
- BUENO, Alexandre. Para uma gramática da intolerância. In: **Entremeios: revista de estudos do discurso**. v.10, jan. jun. 2015.

BUTLER, Judith. **Corpos que importam**: os limites discursivos do “sexo”. 1 ed. São Paulo: N-1 Edições e Crocodilo Edições, 2019.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão de identidade. 16 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

CALAZANS, Fabíola. **Seja ótima, seja feliz: Discurso, representação e subjetividade feminina no canal GNT**. 2013. 238f. Tese (Doutorado em Comunicação) – Universidade de Brasília, Brasília. Disponível em: <https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabvieuTrabalhoC.jsf?popup=true&id_trabalho=132589>. Acesso em: 18 mai. 2019.

CARLÓN, Mario. Tras los passos de Verón...Un acercamiento a las nuevas condiciones de circulación del sentido en la era contemporánea. **Galáxia**. São Paulo, n.43, jan-abr. 2020. Disponível em: < <http://revistas.pucsp.br/galaxia/article/view/46718>>. Acesso em: 10 jun. 2020.

CHAUÍ, Marilena. Cultura política e política cultural. **Revista Estudos Avançados**, v. 9, n.23, 1995.

COLLING, L.; PIRAJÁ, T. Queridas, mas nem tanto: a representação da travestilidade em Queridos Amigos. **Revista FAMECOS**: mídia, cultura e tecnologia. Porto Alegre, v. 18, n. 2, p. 507-528, maio/ago. 2011. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistafamecos/article/view/9472>>. Acesso em: 20 mai. 2019.

DA EMPOLI, Giuliano. **Engenheiros do caos**. Belo Horizonte/ São Paulo: Editora Vestígio, 2019.

DARDOT, P.; LAVAL, C. **A nova razão do mundo**: ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Boitempo, 2016.

DUNKER, Christian. **O que é o gozo para Lacan?** Canal Chistian Dunker no Youtube, 2017. Disponível em: <<https://youtu.be/N9sJYyFakso>>. Acesso em: 30 jul 2020.

DUNKER, Christian. **Para onde foi a sexualidade em Lacan?** Canal Chistian Dunker no Youtube, 2020. Disponível em: < <https://www.youtube.com/watch?v=ysT7aE5gnsI>>. Acesso em: 30. jul. 2020.

DUNKER, Christian. Psicologia das massas digitais e análise do sujeito democrático. In: **Democracia em risco?** 22 ensaios sobre o Brasil hoje. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

GIELEN, Pascal. Let us try to assume our fundamental ambiguity: on the art of getting beyond identity politics. **Galáxia**. São Paulo, n. 44, p. 5-15, mai-ago, 2020. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1982-25532020247796>>. Acesso em 08 jul. 2020.

GOMES, Marco Aurélio Paiva. **Uma visão sobre as transgressões da heteronormatividade no cinema contemporâneo**. 2015. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Semiótica) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo. Disponível em: <https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabvieuTrabalhoC.jsf?popup=true&id_trabalho=2435591>. Acesso em: 18 mai. 2019.

GOMES, Wilson. A esquerda identitária e a satanização da maioria. São Paulo: revista **CULT**, 09 nov. 2018. Disponível em: < <https://revistacult.uol.com.br/home/esquerda-identitaria-e-satanizacao-da-maioria/>>. Acesso em 05 jun. 2020.

GRAMSCI, Antonio. **Prison notes**. New York: Columbia University Press, 1992.

GREIMAS, A. Julien. **Sobre os sentidos II**: ensaios semióticos. São Paulo: Edusp, 2014.

GREINER, Christine. **O corpo – pistas para estudos indisciplinados**. São Paulo: Annablume, 2005.

FERNANDES, Sabrina. **O problema do identitarismo**. Canal Tese Onze no Youtube, 2018. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=4b3StHWY1ms>>. Acesso em: 10 jun. 2020.

FERNANDES, Sabrina. **Resolvendo o identitarismo**. Canal Tese Onze no Youtube, 2018. Disponível em: < <https://www.youtube.com/watch?v=SdXBbkwtNG8>>. Acesso em: 10 jun. 2020.

FIORIN, José Luiz. Semiótica das paixões: o ressentimento. **Alfa**, São Paulo, 51 (1): 9-22, 2007.

FONTANILLE, J.; ZILBERBERG, C. **Tensão e significação**. São Paulo: Humanitas, 2001.

FONTENELLE, Isleide. **Cultura do consumo: fundamentos e formas contemporâneas**. São Paulo: Editora FGV, 2017.

FOUCAULT, Michel. **A história da sexualidade 1**: A vontade de saber. 7 ed. Rio de Janeiro/ São Paulo: Paz e Terra, 2018.

FOUCAULT, Michel. **Do governo dos vivos**. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2014.

HAIDER, Asad. **Armadilha da identidade**: raça e classe nos dias de hoje. São Paulo: Veneta, 2019.

HALBERSTAM, Jack. **A arte queer do fracasso**. Recife: Cepe, 2020.

HOWARTH, D.; NORVAL, A.J.; STAVRAKAKIS, Y. (Orgs). **Discourse theory and political analysis. Identities, hegemonies and social change**. Manchester: Manchester University Press, 2000.

KLEINBERG, J.; EASLEY, D. **Networks, Crowds, and Markets**: Reasoning about a Highly Connected World. Cambridge University Press, 2010.

LACLAU, E.; MOUFFE, C. **Hegemonia e estratégia socialista**: por uma política democrática radical. São Paulo: Intermeios; Brasília: CNPq, 2015.

LAZARIN, L.; RODRIGUES, A. **Um Panorama da Produção de Teses e Dissertações em Comunicação no Brasil que abordam a temática LGBT**. 2014. XXXVII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, Foz do Iguaçu. Anais eletrônicos. Disponível em: <<http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2014/resumos/R9-1640-1.pdf>>. Acesso em: 20 abr. 2019.

LORDE, Audre. **Irmã outsider**: ensaios e conferências. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019.

LOURO, Guacira Lopes. **Um corpo estranho**: ensaios sobre sexualidade e teoria queer. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2018.

MACHADO, F.; GONZATTI, C.; ESMITIZ, F. E elxs viverão felizes para sempre? (In)visibilidades de personagens LGBT em produções da Disney como força propulsora de cibercontecimentos. **Revista Comunicação, Mídia e Consumo**. São paulo, v. 15, n. 43, p. 386-412, maio/ago. 2018. Disponível em: <<http://revistacmc.espm.br/index.php/revistacmc/article/view/1535/pdf>>. Acesso em: 18 mai. 2019.

MACHADO, J.; MISKOLCI, R. Das Jornadas de Junho à cruzada moral: o papel das redes sociais na polarização política brasileira. **Sociologia & Antropologia**, v. 9, n. 3, p. 945-970, dez. 2019. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/2238-38752019v9310>>. Acesso em: 01 jun. 2020.

MAHMOOD, Saba. **The Politics os Piety**: The Islamic Revival and the Feminist Subject. Princeton: Princeton University Press, 2005

MARTINO, Luís Mauro Sá. **Teoria das Mídias Digitais**: linguagens, ambientes e redes. Petrópolis: Editora Vozes, 2014.

MELLO, Patrícia Campos. **A máquina do ódio**: notas de uma repórter sobre fake news e violência digital. São Paulo: Companhia das Letras, 2020. E-book.

MCINTYRE, Lee C. **Post-truth**. Massachusetts: Cambridge, MA: MIT Press, 2018.

MISKOLCI, R.; CAMPANA, M. "Ideologia de gênero": notas para a genealogia de um pânico moral contemporâneo. **Soc. estado**. [online]. 2017, vol.32, n.3, pp.725-748. ISSN 0102-6992. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/s0102-69922017.3203008>>. Acesso em: 24 jul. 2019.

MOUFFE, Chantal. **Sobre o político**. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2015.

NEGRI, Antonio. Para onde vai o PT?, p.267-283. **Negri no Trópico 23°26'14"**, org. por SANTIAGO, Homero; TIBLE, Jean; e TELLES, Vera. São Paulo: Autonomia Literária, Editora da Cidade e n-1 edições, 2017.

PRADO, José Luiz Aidar. **Convocações biopolíticas dos dispositivos comunicacionais**. São Paulo: EDUC: FAPESP, 2013.

PRADO, José Luiz Aidar. **Polarização e insatisfação midiaticizadas no capitalismo comunicacional: como manter a democracia**. Texto apresentado no Ciseco 2018. Jarapatinga: Ciseco, 2018.

PRADO, J.; PRATES, V. O afastamento de Dilma Rousseff: afetos e discursos em disputa na política. **Revista FAMECOS**: mídia, cultura e tecnologia. Porto Alegre: v. 26, n.2, mai-ago, 2019a.

PRADO, J.; PRATES, V. Regimes passionais do MBL na eleição presidencial de 2018. **E-Compós**, 2020. Disponível em: < <https://doi.org/10.30962/ec.2107>>. Acesso em: 20 abr. 2021.

PRADO, J.; PRATES, V. **Regimes passionais do MBL nas eleições presidenciais de 2018**. 2019b. XXVIII Encontro Anual da Compós, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre – RS. Anais eletrônicos. Disponível em: <http://www.compos.org.br/biblioteca/trabalhos_arquivo_2VRR2NQQLRLQCBG5VV54_28_7453_17_02_2019_08_11_21.pdf>. Acesso em: 02. jul. 2020.

RECUERO, Raquel. **A rede é a mensagem**: Efeitos da Difusão de Informações nos Sites de Rede Social. In: Eduardo Vizer. (Org.). *Lo que McLuhan no previu*. 1ed. Buenos Aires: Editorial La Crujía, 2012, v. 1, p. 205-223.

RIBEIRO, Djamila. **O que é lugar de fala?** Belo Horizonte: Letramento: Justificanto, 2017.

ROCHA, Rose de Melo et al. **Comunicação e estudos de gênero: imagens diaspóricas, imaginários insurgentes**. 2018. XXVII Encontro Anual da Compós, Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte. Anais eletrônicos. Disponível em: <https://www.compos.org.br/busca_anais.php?idEncontro=Mjc=&termoBusca=g%C3%AAnero>. Acesso em: 19 mai. 2019.

SAFATLE, Vladimir. **O circuito dos afetos**: Corpos políticos, desamparo e o fim do indivíduo. São Paulo: Autêntica Editora, 2019.

SAFATLE, Vladimir. **Introdução a Slavoj Zizek**. Tv Boitempo, jan. 2021. Disponível em: <<https://youtu.be/l8LKKO9RYYI>>. Acesso em: 02 fev. 2021.

SALIH, Sara. **Judith Butler e a Teoria Queer**. 5 reimp. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2018.

SCHWARCZ, Lília. **Sobre o autoritarismo brasileiro**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

TREVISAN, João Silvério. **Devassos no paraíso**: a homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade. 4ª ed. rev., atual. e amp. Rio de Janeiro: Objetiva, 2018.

ZAGO, Gabriela. **Informações jornalísticas no Twitter**: redes sociais e filtros de informações. In: III Simpósio da ABCiber, São Paulo, SP, 2009